

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM - UFOP

Dissertação

**A Máquina do Ódio na
República das Milícias:
o testemunho jornalístico na
atualidade**

Maíra Theophilo de Souza Amaral

Mariana
2022



UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO

MAÍRA THEOPHILO DE SOUZA AMARAL

**A Máquina do Ódio na República das Milícias: o testemunho
jornalístico na atualidade**

Mariana

2022

Maíra Theophilo de Souza Amaral

**A Máquina do Ódio na República das Milícias: o testemunho
jornalístico na atualidade**

Dissertação apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para defesa em nível de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal de Ouro
Preto (PPGCOM-UFOP).

Linha de pesquisa: Práticas
Comunicacionais e Tempo Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Regina Maia

Mariana
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A485a Amaral, Maíra Theophilo de Souza.

A Máquina do ódio na República das Milícias [manuscrito]: o testemunho jornalístico na atualidade. / Maíra Theophilo de Souza Amaral. - 2022.

147 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Testemunho. 2. Narrativa. 3. Memória. 4. Violência. I. Maia, Marta Regina. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maíra Theophilo de Souza Amaral

A Máquina do Ódio na República das Milícias: o testemunho jornalístico na atualidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 14 de março de 2022

Membros da banca

Dra. Marta Regina Maia - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Alda Cristina Silva da Costa (Universidade Federal do Pará)
Dra. Karina Gomes Barbosa da Silva (Universidade Federal de Ouro Preto)

Marta Regina Maia, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 13/05/2022



Documento assinado eletronicamente por **Marta Regina Maia, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/05/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0325777** e o código CRC **DD66818D**.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei meu mestrado, na primeira semana de março 2020, eu imaginava que viveria dois anos de dificuldades e desafios e, de fato, não poderia estar mais certa. Entretanto, eu nunca poderia prever tamanho sofrimento e angústia que todos nós passaríamos nesses anos. Junto ao mestrado veio a pandemia e todas as suas trágicas consequências e, com isso, começo agradecendo por estar viva, pela vida de todos que amo e, mesmo em meio a tantas perdas e todo padecimento, por eu ter conseguido concluir esse trabalho.

Em segundo lugar, sou imensamente grata à minha orientadora, Marta Maia, pelo incansável e intenso trabalho, pelas reuniões, até mesmo, sábados à noite e por ter feito o possível e impossível para me ajudar a concluir esse trabalho dentro do prazo.

Agradeço ao professor e amigo Rennan Mafra que durante a minha graduação na UFV sempre foi minha grande inspiração e a razão que me fez querer seguir a área acadêmica. Também, foi quem me apoiou de diversas formas para que eu prestasse o processo seletivo de mestrado em Comunicação na UFOP e vibrou por essa conquista junto a mim.

Não há como medir a minha gratidão aos meus pais, Tânia e Douglas, por serem as pessoas que mais acreditam em mim e no meu potencial e fizeram de tudo para que eu chegasse até aqui. Vocês são tudo para mim.

Também não posso mensurar a gratidão que eu tenho ao meu companheiro, meu amor, André. Além de todo suporte inigualável que me ofereceu, ainda conseguiu me dar os momentos mais felizes em meio a tantos medos e incertezas. Você trouxe luz.

Agradeço aos meus amigos que foram presentes em todo esse percurso e que me deram carinho e forças para concluir essa importante etapa, com vocês com certeza foi tudo mais leve do que poderia ser.

Obrigada aos jornalistas Bruno Paes Manso e Patrícia Campos Mello pela disposição e gentileza em me conceder as entrevistas que engrandeceram a análise feita nesta pesquisa.

Agradeço, por fim, à Universidade pública, gratuita e de qualidade que me possibilitou conquistar tantos conhecimentos que vão para sempre me acompanhar, serem passados adiante e que são como arma para enfrentar o obscurantismo, as intolerâncias e a opressão que assombra a nossa sociedade.

*Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer,
de reconstruir, de não se entregar, de
recusar burocratizar-se mentalmente, de
entender e de viver a vida como processo,
como vir a ser...*

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetos de pesquisa as obras jornalísticas “A máquina do ódio: nota de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, escrito por Patrícia Campos Mello, e “A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro”, de Bruno Paes Manso, e duas entrevistas feitas com estes autores. O objetivo é entender como os testemunhos jornalísticos configuram narrativas sobre a realidade brasileira. O método de Análise de Narrativas (BARRETOS, 2017; ALVES, 2021) foi adotado para esse trabalho a partir de três operadores metodológicos: a relação entre narrador e os personagens na etapa de captação das informações; a construção da narrativa; e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor. Será utilizado, a partir do conceito de “testemunho midiático” de Frosh e Pinchevski (2009), os conceitos de “testemunho *na* mídia”, “testemunho *pela* mídia” e “testemunho *através* da mídia” como eixos norteadores destes operadores, respectivamente. Em conclusão, há o entendimento que Patrícia Campos Mello e Bruno Paes Manso, em suas narrativas, dão aos seus testemunhos jornalísticos um caráter de resistência e luta contra o mal e a violência da realidade atual brasileira mostrando uma potência da ampliação da prática jornalística por meio dos livros de repórter.

Palavras-chave: Testemunho jornalístico. Livros de repórter. Narrativas. Memória. Violência.

ABSTRACT

This research uses the journalistic works “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, written by Patrícia Campos Mello, and “A República das Milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro”, by Bruno Paes Manso, and two interviews with these authors as research objects. The objective is to understand how the journalistic testimonies configure a narrative of the today’s Brazilian context. The Narratives Analysis (BARRETOS, 2017); (ALVES, 2021) was adopted for this dissertation which there are three methodological operators: the relationship between the narrator and the characters in the information capture stage; the construction of the narrative; and the sharing process that presupposes the reader. Based on the concept of “media witness” by Frosh and Pinchevski (2009), the concepts of “witness *in* the media”, “witness *by* the media” and “witness *through* the media” will be used as guiding axes of these operators, respectively. In conclusion, there is the understanding that Patrícia Campos Mello and Bruno Paes Manso, in their narratives, give their journalistic testimonies a feature of resistance and fight against violence and evil that is experienced in Brazil today, showing a power of expansion of journalistic practice through reporter books.

Keywords: Journalistic testimony. Reporter books. Narratives. Memory. Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O JORNALISMO COMO LUGAR DO TESTEMUNHO E DA MEMÓRIA	16
1.1 O testemunho e o jornalismo	16
1.2 Memória, comunicação e história.....	22
1.3 A prática jornalística e o lugar do livro de repórter na atualidade	30
2 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO NA ATUALIDADE	42
2.1 Narrativa e acontecimento	42
2.2 Os acontecimentos jornalísticos e suas narrativas.....	50
2.3 A violência e o mal na era Bolsonaro.....	57
3 A POTÊNCIA DOS LIVROS JORNALÍSTICOS PRESENTES NAS NARRATIVAS “A REPÚBLICA DAS MILÍCIAS” E “A MÁQUINA DO ÓDIO”	70
3.1 O tecer das relações entre a milícia carioca e o Brasil atual em “A república das milícias”	72
3.1.1 <i>A relação entre o narrador e os personagens durante a captação de “A república das milícias”</i>	73
3.1.2 <i>A construção narrativa de “A república das milícias”</i>	84
3.1.3 <i>O processo de escrita de “A república das milícias” que pressupõe o leitor</i> ..	90
3.2 A resistência e luta contra a violência digital em “A máquina do ódio”	92
3.2.1 <i>A relação entre o narrador e os personagens durante a captação de “A máquina do ódio”</i>	93
3.2.2 <i>A construção narrativa de “A máquina do ódio”</i>	99
3.2.3 <i>Processo de compartilhamento que pressupõe o leitor</i>	101
3.3 Aproximações e distanciamentos das narrativas	103
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A - Entrevista com Bruno Paes Manso	104
APÊNDICE B – Entrevista com Patrícia Campos Mello.....	132

INTRODUÇÃO

Durante o passar do tempo, é possível notar o surgimento de acontecimentos que afetam aqueles que são atravessados por eles. Acontecimentos que podem ser efêmeros, leves, agressivos, intensos. As experiências geradas a partir deles fazem das pessoas testemunhas dessas histórias. Nesta pesquisa, procurou-se entender os fenômenos de acontecimento, testemunho e narrativas. Para isso, também foram mobilizados conceitos de memória e tempo apresentados e discutidos dentro do contexto jornalístico e político do Brasil com ênfase no período anterior e posterior à eleição de Jair Bolsonaro como presidente do país. Desde antes da eleição, muitos jornalistas começaram a pesquisar, investigar e testemunhar eventos ligados à figura de Jair Bolsonaro, associando-o a milícias do Rio de Janeiro, a partir de discursos conservadores e preconceituosos e, também, do registro de insubordinação na época em que era parte da ativa do Exército Brasileiro.

O interesse em pesquisar o jornalismo vem da relevância e do compromisso que a área tem em fiscalizar, investigar, denunciar possíveis abusos e irregularidades na sociedade, publicizando os fatos. Ao longo do estudo, surgiram discussões a respeito desta prática, especialmente em livros de repórter. Foram analisados dois livros de repórteres que se dedicaram a escrever sobre o que testemunharam na Era Bolsonaro¹. Os livros escolhidos foram “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital” (2020), escrito pela jornalista Patrícia Campos Mello, e “A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro” (2020), do jornalista Bruno Paes Manso. Ambos trazem ocorrências situadas no passado de Bolsonaro, no período eleitoral e, também, após sua eleição.

É possível elencar uma série de acontecimentos vivenciados pelos brasileiros em 2018, em seguida, serão apresentados alguns que foram selecionados para ilustrar a conjuntura política desse ano. Em 14 de março, a vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados por integrantes da milícia carioca. Em sequência, no dia 7 de abril, o ex-presidente que concorreria às eleições presidenciais se entrega à polícia após o ex-juiz Sergio Moro condená-lo, sem provas, concretas à prisão. No segundo turno das eleições presidenciais, Bolsonaro, que pertencia ao Partido Social Liberal (PSL), disputou a

¹ Foi escolhida a expressão “Era Bolsonaro” para se referir ao período eleitoral e aos anos de governo de Jair Bolsonaro até então.

presidência contra Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Nessas eleições, Fernando Haddad foi alvo de incontáveis *fake news*, as quais, como conta a jornalista Patrícia Campos Mello em seu livro, foram oriundas de um grande esquema de disparo de notícias falsas financiadas por empresários. No livro, a jornalista também denuncia os ataques que sofreu por parte de Jair Bolsonaro², de membros de sua família e apoiadores. Esses ataques, segundo as evidências trazidas pela jornalista e por seu testemunho, são recorrentes contra profissionais da imprensa, especialmente mulheres.

Mello traz relatos sobre sua larga experiência como correspondente e conta com muitos detalhes sobre as eleições presidenciais que já cobriu nos Estados Unidos e na Índia. Ela traz um parâmetro sobre a violência que jornalistas sofrem em muitos países do mundo, além de evidências e números sobre como o Brasil é um dos países onde há mais casos de jornalistas assassinados. Em sua trajetória, a jornalista teve a oportunidade de conversar com pessoas importantes que auxiliaram o capitão reformado a se tornar presidente, como o estrategista político Steve Bannon e o chamado “guru do bolsonarismo”, Olavo de Carvalho. A jornalista também explica o surgimento e o funcionamento das chamadas “milícias digitais” e do “gabinete do ódio”, bem como os impactos que isso tem gerado no contexto atual.

Patrícia Campos Mello (2020) é jornalista formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em *Business and Economy Reporting* pela *New York University* (NYU). Trabalha na Folha de São Paulo, é escritora, comentarista e já ganhou uma série de prêmios nacionais e internacionais. Ela convida seus leitores a se aprofundarem em suas vivências como jornalista, a partir de temas como a violência digital que sua categoria sofre e o funcionamento do que chama de milícia digital no Brasil. A jornalista narra sobre a importância da transparência no jornalismo. Para ela, mostrar como foi dado o processo de construção de suas narrativas sobre o gabinete do ódio contribuiu para a credibilidade de seu trabalho. O principal acontecimento abordado pela jornalista é, então, o processo de construção da série de reportagens sobre os disparos de *fake news* financiados por empresários. Ela conta como foi feita a seleção de fontes, as entrevistas, o processo de escrita e a reverberação do trabalho.

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>. Acesso em: 22 set. 2021.

Já Bruno Paes Manso, explicita em seu livro que, antes de ser eleito como presidente, notícias sobre o envolvimento de Jair Bolsonaro e sua família com policiais militares e milicianos já haviam sido divulgadas, como relembra o jornalista e pesquisador Bruno Paes Manso. Na obra do autor, são citadas, por exemplo, as investigações sobre o assassinato de Marielle Franco – executada por milicianos que residiam no mesmo condomínio do presidente e sua família e com quem mantinham relações próximas³ – e também a suspeita de esquema de “rachadinha” praticado por Flávio Bolsonaro junto ao seu assessor e ex-miliciano Fabrício Queiroz⁴.

Manso traz um olhar jornalístico e científico sobre essas relações e testemunhos de diversos grupos envolvidos na complexa relação entre polícia, política e crime no Rio de Janeiro. Com riqueza de detalhes, o jornalista relata detalhes de histórias descobertas por meio de diálogos com delegados, oficiais de justiça, ex-milicianos, ex-traficantes de drogas e armas, moradores de regiões dominadas pela milícia e de morros em que há grande incidência de operações policiais. Manso conta também sobre momentos da sua carreira em que cobriu massacres oriundos dessas operações em comunidades do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e sobre sua reflexão desde que começou a pesquisar sobre violência.

Bruno Paes Manso é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) e em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Ele também é mestre e doutor em Ciência Política pela USP, tem pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Violência da USP e já trabalhou na redação do veículo O Estado de São Paulo. Além de “A república das milícias”, Manso também publicou outros livros, como “A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil”, publicado em 2018, e “O homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino”, lançado em 2005. Em 2021, o autor recebeu o prêmio da 63ª edição do Jabuti na categoria Biografia, Documentário e Reportagem pelo livro “A república das milícias” e, neste mesmo ano, lançou um podcast homônimo em parceria com a Globoplay e a Rádio Novelo que foi premiado como melhor *Podcast* de 2021 pela *Deezer*. Os episódios dos podcasts não entraram na Análise de Narrativas deste trabalho, mas serviram como importante instrumento para um melhor entendimento

³ Conferir reportagem sobre as investigações da relação da família Bolsonaro com o caso de Marielle Franco. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/entenda-o-que-se-sabe-sobre-bolsonaro-e-o-caso-marielle-e-veja-perguntas-sem-resposta.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2022.

⁴ A seguir, *link* para reportagem que traz informações sobre as investigações do esquema de “rachadinha”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/09/rachadinhas-investigacao-contra-flavio-bolsonaro-volta-a-andar-na-justica-do-rj.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2022.

sobre o livro e sobre a obra, como também auxiliaram na construção do roteiro de perguntas para a entrevista.

As narrativas jornalísticas podem ser consideradas uma forma de interpretação sobre acontecimentos e experiências vivenciadas tanto pelos profissionais quanto por outros. Elas podem ser entendidas como um instrumento fundamental na refiguração do mundo comum, a partir de uma produção e da disputa de novos sentidos e significados ao se considerar a existência do *outro* nos espaços. Dito isso, esta pesquisa procurou responder as seguintes questões: quais aspectos trazidos nos livros e nas entrevistas com os autores evidenciam uma ampliação da prática jornalística que resiste a ideais positivistas do jornalismo, por meio do testemunho midiático? E, na disputa narrativa em curso, o jornalismo pode desempenhar um papel de resistência contra a violência e o mal da atualidade brasileira?

Ambos os livros escolhidos para análise são escritos em primeira pessoa do singular e apresentam testemunhos dos dois jornalistas acerca dos acontecimentos que relatam. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar de que forma as experiências são trazidas por meio do testemunho das fontes, dos jornalistas, pelo meio de comunicação, por meio da reverberação dos acontecimentos narrados e na escrita que pressupõe leitores.

Para a execução desta pesquisa, foi adotado o método de Análise de Narrativa desenvolvido por Ticiane Alves (2021)⁵, no qual são utilizados três grandes operadores metodológicos de trabalho: a relação entre o narrador e os personagens durante a captação; a construção da narrativa; e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor. Para cada operador, foram utilizados, na mesma sequência, três eixos norteadores criados com base no conceito de testemunho de Frosh e Pinchevski (2009): testemunho *na* mídia, testemunho *pela* mídia e testemunho *através* da mídia. A análise foi feita a partir dos dois livros e de entrevistas realizadas com os autores para a pesquisa. Será feito um detalhamento maior da proposta metodológica no quarto capítulo desta dissertação. Com isso, procurou-se fazer uma profunda análise a respeito do processo de produção, da construção narrativa e dos eventos e personagens envolvidos no desenvolvimento das obras.

No próximo capítulo, tem-se a potência do testemunho no texto jornalístico e como o testemunho midiático pode ser trabalhado por meio da resistência aos

⁵ A autora utilizou os operadores metodológicos criados por Dayane Barretos (2017) e desenvolveu seus próprios eixos norteadores a partir dos conceitos de Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009).

procedimentos de controle discursivo presentes na lógica de objetividade positivista do jornalismo tradicional. E, também, como a escrita dos livros de repórter, ao trazer esta dimensão subjetiva, amplia a prática jornalística e contribui para a recuperação de memórias subterrâneas fundamentais para o preenchimento de lacunas na história. Em seguida, observa-se a questão da construção da narrativa e sua relação com o tempo, a partir do acontecimento jornalístico e da experiência. Com isso, procurou-se apreender o importante papel das narrativas jornalísticas na refiguração do mundo da ação no atual contexto político brasileiro. No penúltimo capítulo, foram feitas as análises dos livros e das entrevistas com os repórteres-autores, em cruzamento com as discussões dos capítulos anteriores; e, por fim, tem-se as considerações finais.

1 O JORNALISMO COMO LUGAR DO TESTEMUNHO E DA MEMÓRIA

Por intermédio dos testemunhos, o jornalismo é construído com o intuito de revelar condições e dimensões sociais que precisam da atenção da sociedade. Neste capítulo, aborda-se a questão do testemunho midiático e dos diferentes níveis que ele apresenta: o testemunho *na, pela e através* da mídia (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Também será visto que os testemunhos passam a ter um importante papel na construção da história, uma vez que podem preencher certas lacunas ao apresentarem subjetividades geralmente desprezadas em alguns relatos jornalísticos (PERES, 2021). A disputa memorialística mostra-se fundamental para criar sentidos e percepções e quebrar enquadramentos sociais, gerando, assim, outros novos e, com isso, novos entendimentos e pensamentos (POLLAK, 1989).

Esses conceitos foram mobilizados em diálogo com o papel da ampliação do jornalismo através dos livros de repórter. Refletiu-se acerca da necessidade de um fazer jornalístico que valorize as subjetividades a partir de uma lógica relacional do jornalismo com seu público. Os livros foram trazidos como forma de resistência dentro e fora da profissão, podendo dar visibilidade a corpos vulneráveis e utilizar a palavra como arma contra opressões e injustiças (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019). Dessa forma, dividiu-se este capítulo em três diferentes tópicos que abordaram o testemunho e o jornalismo; a relação da memória com a história e a comunicação; e, por fim, como a prática jornalística é exercida na atualidade.

1.1 O testemunho e o jornalismo

O testemunho pode ser utilizado, em muitas áreas, como ferramenta discursiva para uma construção narrativa. Pode-se entender o testemunho, então, como um encontro entre vestígios memorialísticos que possibilitam a descoberta de mais facetas de uma história. Seligmann-Silva (2010) traz o conceito de testemunho, inicialmente, a partir de termos etimológicos importantes. Ele explica que, em idiomas como o português, no conceito de testemunho pode haver duplo sentido: o da testemunha sendo a pessoa que vivenciou uma experiência e o do testemunho como a fala sobre um acontecimento. O autor compreende o testemunho “na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5) e cada um desses elementos se complementa, mas podem se relacionar de

maneira conflituosa. Ele afirma que “o testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o ‘real’ e o simbólico, entre o passado e o ‘presente’” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5). Segundo o pesquisador, há também uma diferenciação da ideia de testemunha, quando se considera a origem latina da palavra, em “testis”, onde se teria um terceiro que avalia a situação “enquanto instância para decisão em um julgamento entre duas partes” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 4); e em “superstes”, que traz uma noção de testemunha para pensar sobre a questão do sobrevivente, de alguém que escapou da morte: “*o essencial, no entanto, é ter claro que não existe a possibilidade de se separar os dois sentidos de testemunho, assim como não se deveria separar de modo rígido historiografia da memória*” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5, grifo do autor).

A perspectiva religiosa, onde o testemunho também apresenta um peso da verdade de uma fé no absoluto, “lega ao conceito de testemunho, sobretudo, o dilema da experiência impedida de ser comprovada com êxito” (LAGE, 2018, p. 122) e, na perspectiva jurídica, o testemunho aparece como uma prova, “um valor empírico de atestação desafiado pelo perigo do falso testemunho” (LAGE, 2018, p.122). O jornalismo é uma das áreas, além da história, da teologia e do direito, que utiliza o testemunho como parte da construção narrativa. A mídia tem uma função mediadora do testemunho em três diferentes aspectos, explicados por Leandro Lage (2013b, p. 25):

[...] a mídia assume uma função mediadora do testemunho em pelo menos três aspectos simultâneos: naquele em que reúne e inscreve narrativamente testemunhas e relatos testemunhais de acontecimentos e experiências diversos; quando os próprios mediadores assumem o papel de testemunhas daquilo que narram, inscrevendo-se nos cenários dos acontecimentos e intervindo assumidamente no curso da narrativa; e quando os públicos são convocados a testemunhar, por intermédio da mídia, aquilo que ela narra sob a regência de seu próprio regime de visibilidade e dizibilidade.

Dessa forma, é possível considerar que existam até três diferentes testemunhas presentes neste processo de apreensão, construção e leitura de uma narrativa jornalística, que, com base nos estudos de Frosh e Pinchevski (2009), podemos definir como: “aparecimento de testemunhas em reportagens da mídia, a possibilidade da própria mídia testemunhar e o posicionamento do público da mídia como testemunhas

dos eventos retratados” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 1, tradução nossa)⁶. Tem-se, então, a testemunha *na* mídia, que relata sua experiência ao repórter; a testemunha *pela* mídia, sendo essa representada pelo jornalista que media a narrativa entre a fonte, a sua própria experiência profissional e o espectador; e, por fim, a testemunha *através* da mídia, representada pelo próprio leitor da narrativa ao testemunhar os acontecimentos através da escrita do jornalista. Sobre esta terceira, com base em Frosh (2009), Lage (2013b) explica que, ao se relatar o testemunho em uma história, os leitores se imaginam naquela situação. Para o autor, “a mediação textual do testemunho não lhe subtrai sua dimensão praxiológica. Pelo contrário, é a configuração narrativa do testemunho que nos permite experimentar o acontecimento e seus sujeitos” (LAGE, 2013b, p. 81). Assim, Lage (2013b, 2016) estabelece que o jornalismo nos faz a apresentação de um testemunho que é simultaneamente um fenômeno problemático e problematizador, à medida que essas narrativas configuram experiências que fazem leitores se tornarem testemunhas de outros testemunhos.

Logo na introdução do livro “A máquina do ódio”, a autora Patrícia Campos Mello, descreve um diálogo que ela teve com seu filho, Manuel, na época com sete anos de idade. O filho a indagou sobre um vídeo intitulado “VAGABUNDA SEM VERGONHA”, que havia achado na internet, em que o deputado Alexandre Frota direcionava a Mello uma série de insultos:

Num dia de fevereiro de 2019, o Manuel entrou no meu quarto e falou: — Mamãe, tem um vídeo na internet de um cara te xingando. Posso assistir com você? [...] Assistimos juntos ao filme de oito minutos. Desclassificada, sem-vergonha, mentirosa, petista — esses eram alguns dos termos que Frota usava para me descrever, mostrando fotos minhas. Tentei explicar (MELLO, 2020, p. 9).

Ela tentou explicar que isso acontecia porque havia escrito reportagens as quais não agradava ao deputado. E, nesse exemplo, é possível localizar os três aspectos do testemunho midiático. O testemunho *na* mídia, representado pelo testemunho de Manuel sobre uma experiência que viveu, inscrita narrativamente. Há o testemunho *pela* mídia, quando a mediadora, Mello, assume o papel de testemunha daquilo que narra, enquanto se inscreve no cenário e intervém no curso da narrativa. Por fim, o testemunho

⁶ Em inglês, como se encontra no original: “appearance of witnesses in media reports, the possibility of media themselves bearing witness, and the positioning of media audiences as witnesses to depicted events”.

através da mídia, em que o público leitor é convocado a participar ao testemunhar os acontecimentos por meio da escrita feita pela jornalista, ou seja, por intermédio do livro.

Ainda na introdução e no primeiro capítulo, Mello relata sobre como se deu o processo de construção da notícia⁷ sobre o caixa 2 feito por empresários, para financiar os disparos de *fake news* contra o então candidato para presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, em 2018. Ela também explica os desdobramentos e as consequências que vieram com a publicação da matéria. Além de ataques de eleitores de Bolsonaro, Hans Nascimento, ex-funcionário da empresa contratada para fazer os disparos, depois de movimentar uma ação contra seu empregador, denunciou à jornalista todo o esquema destes disparos de notícias falsas e depois virou-se contra ela, acusando-a de pedir informações em troca de relações sexuais. O testemunho da jornalista demonstra como a mulher, constantemente, nesta profissão, sofre diversas formas de violência direcionadas ao gênero.

Uma das características presentes neste apelo testemunhal é o que Lage (2013b, 2016) traz como *encarnação*, em que o profissional viveu de forma ativa ou passiva o sofrimento descrito. De acordo com o autor,

[...] ao carregar as marcas daquela experiência, aquele corpo exposto traz em si mesmo as evidências encarnadas do testemunho, a prova de “ter estado lá”. [...] A encarnação do testemunho, para o jornalismo, torna-se não apenas um mecanismo de atestação, mas um critério de verdade. Nesse sentido, o corpo é responsável também por implicar o sujeito em seu próprio depoimento, à maneira de uma asserção de verdade trazida na pele (LAGE, 2016, p. 31).

Dessa forma, ao relatar de forma crítica os acontecimentos que causam sofrimento, há uma apresentação de vítimas e opressores com um pano de fundo ético e moral, além de um confronto entre essas partes, no qual se assume, de acordo com Lage (2013b), que o lado de quem testemunha é sempre o oprimido. O autor explica:

Portanto, se não busca superar um entendimento sob a perspectiva das fontes de informação, o testemunho ao menos amplia as possibilidades de abordagem dessa inscrição do outro nas narrativas jornalísticas, trazendo à tona problemas éticos que já não dizem respeito somente à atestação, mas, principalmente, ao encontro com o outro (LAGE, 2013b, p. 80).

⁷ *Link* para notícia a seguir. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>, Acesso em: 7 set. 2021.

O jornalismo, desse modo, está sempre assumindo o desafio de falar com o Outro. Para Resende e Peres (2016, p. 124), o testemunho pode ser pensado como “instância de correlação de afetos”. Os autores explicam que, a partir dessa noção da potência do testemunho em apresentar diferentes aspectos do testemunhar, o jornalismo de teor testemunhal tem o desafio de questionar o lugar de particularidade do próprio jornalismo enquanto única forma de enunciar os acontecimentos do espaço comum. Assim,

[...] pensar o jornalismo de teor testemunhal, atribuindo à prática jornalística um caráter relacional, é aqui entendido como um gesto proativo, pois apresenta perspectivas que nos conduzem ao conhecimento de modos narrativos que ampliam nossas formas de compreender o jornalismo (RESENDE; PERES, 2016, p. 124).

Assim, por intermédio do testemunho, as narrativas jornalísticas expressam experiências que podem gerar compaixão ou mobilizar respostas afetivas e políticas para ações contra injustiças e opressões. Ao mesmo tempo, esse gesto pode gerar uma reação oposta àquela que se espera. Quanto a isso, Lage (2016) diz que

[...] o testemunho midiático instaura uma experiência na qual os públicos das mídias são inscritos em uma condição moral orientada no sentido afetivo da identificação e responsabilização para com os sofredores, no da empatia e da solidariedade a esses sujeitos, mas também no sentido da indignação, ódio ou ressentimento de *nós* contra *aqueles* que causam sofrimento aos *outros* [...]. Essas múltiplas formas de articulação do testemunho midiático revelam a complexidade da dimensão política desse fenômeno, especialmente naquilo que ela evidencia sobre as formas de interação entre testemunhas *na* mídia e testemunhas *através* da mídia (LAGE, 2016, p. 34).

Um exemplo disso pode ser visto no discurso de Mello em seu livro, quando foi atacada ao publicar a matéria que denunciou o esquema dos disparos de *fake news*, as quais prejudicaram o candidato adversário a Jair Bolsonaro em 2018. Sua publicação teve efeitos a favor e contra a investigação do caso. Grupos de bolsonaristas, segundo a jornalista, faziam ameaças e emitiam diversos discursos de ódio, referindo-se a ela como “petista” e “comunista”, para tentar desacreditar a sua integridade e o compromisso com os fatos, e acusando-a de ter sido partidária, além de outras violências que sofreu atribuídas a esse trabalho. Assim, seu testemunho tornou-se questionável na perspectiva de muitos cidadãos brasileiros, mas também mobilizou muitos a favor de sua defesa. Em seu relato no livro, ela cita diversas entidades, pessoas públicas e, também, pessoas desconhecidas, que lhe prestaram apoio e solidariedade após os inúmeros e constantes ataques que sofreu:

Lembro em especial de uma mensagem que recebi pelo *Facebook*, no dia 25 de fevereiro. “Patrícia, sou uma empregada doméstica que formou um filho na universidade com muito sacrifício, por isso não fiz uma universidade. Mas sou muito bem informada e me indignei com as ofensas contra você. Falei pro meu filho: gostaria de colocar ela no colo. Queria ser sua amiga virtual, você me representa, seu trabalho é maravilhoso”. Obrigada, Maria Lucimar, uma honra ser sua amiga (MELLO, 2020, p. 100).

Por outro lado, o testemunho midiático pode tornar-se problemático no campo da comunicação, a partir da perspectiva do paradigma informacional que descarta qualquer nível de subjetividade no jornalismo. Negar a existência e a necessidade da fabulação e da ficcionalização na área é provocar um distanciamento do paradigma relacional, que considera as subjetividades do discurso para descrever experiências e, assim, é possível que certos eventos tornem-se inimagináveis e gerem lacunas e lapsos memorialísticos na história (RESENDE; PERES, 2016). Ainda de acordo com Resende e Peres (2016, p. 129),

[...] se aceitamos que testemunhos são construções lacunares [...], é somente através dos restos que chegam pelos testemunhos que é possível para o leitor se imaginar como parte da experiência narrada. Nessa perspectiva, imaginar-se presente no acontecimento não pode ser visto como uma falsificação do estatuto da testemunha. Trata-se, antes, do contrário. Nenhum testemunho dá a ver a integralidade do acontecimento; não substitui a experiência. Mas todo testemunho é um ponto de contato possível com ela.

Se aceitamos isso, atribuímos uma característica ao jornalismo que rompe com o mito da objetividade absoluta, a de experiência vivida e narrada que alcança a dimensão da afetividade (RESENDE; PERES, 2016) e não pode ser apagada. Dessa forma, os pesquisadores concluem que precisamos encarar o desafio de compreender a profissão por meio do paradigma relacional, revendo enquadramentos e normas jornalísticas que trabalham para uma objetividade que desconsidera a dimensão do afeto. De acordo com Peres (2021, p. 34),

[...] acessamos não o conteúdo original e autêntico, e sim, os traços que o compõem. À medida que a narrativa nos avizinha do acontecimento, percebemos que testemunhamos não o fato como aconteceu no passado, mas a maneira como o passado afeta o presente.

Por isso, como já foi dito, o que mais importa não é relatar exatamente como se deu a experiência, pois isto não seria possível, mas, sim, como a narrativa construída a partir desse acontecimento afeta a sociedade. Para Peres (2021), a dimensão sensível promove um valor dialógico de grande importância no processo de construção de uma narrativa jornalística. Uma vez que o jornalista recolhe o testemunho de terceiros, ele

busca pelos rastros do acontecimento para compreender como o passado ainda afeta o presente. Assim, a autora afirma que

[...] de um jeito ou de outro, tendo acesso privilegiado ou não ao acontecimento, participando ou não do evento, é na narrativa que o efeito de presença se configura. Isso é o que nos permite afirmar que no jornalismo são testemunhas o jornalista, as fontes e o próprio espectador, que se torna testemunha pelo testemunho de outros, mas também o texto que possibilita que os sujeitos se façam presentes imaginariamente no acontecimento. Como em um palimpsesto, somos enredados por sucessivas camadas de testemunhos que em última instância fazem com que seja possível algo como experimentar a experiência (PERES, 2021, p. 32).

Dessa forma, a autora procura mostrar que há uma necessidade de enxergar o testemunho não como um espelho da realidade ou o portador de uma verdade integral (PERES, 2021); não seria uma imersão completa na experiência do testemunhado, mas uma fabulação do ocorrido que configura a reconstituição de uma experiência passada, a qual ainda se mostra refletida no presente. Para a pesquisadora,

[...] isso exige que nos concentremos na relação entre “texto testemunhal” – levando em conta aqui o modo como a narrativa reconfigura o acontecimento sem aprisioná-lo – e o público que o acessa. A partir de agora assumimos que o testemunho pode se dar tanto na relação direta estabelecida entre a testemunha e seu próprio enunciado quanto na interação que ocorre entre o texto e o público (PERES, 2021, p. 30).

Sendo assim, deve-se considerar que o testemunho pode ser dado tanto pela pessoa que esteve “lá” vivenciando algum acontecimento como, da mesma forma, pode ser dado por quem o experienciou por meio de uma interação indireta. Esta interação indireta pode ser feita através de diálogos, leituras, visualização de fotos, vídeos, escuta de materiais sonoros etc. A partir dessa apreensão da experiência, as lacunas memorialísticas vão sendo preenchidas.

A comunicação permite, assim, a reconstrução da história, levando em consideração as disputas memorialísticas que existem a todo momento. No tópico seguinte, será trabalhada a forma como se dá a relação entre memória, comunicação e história; a existência de dois tipos de memória, as oficiais e as subterrâneas; e como as memórias sempre estão em disputa por um lugar hegemônico no espaço social.

1.2 Memória, comunicação e história

Por meio dos conflitos sociais que atravessam toda a existência humana, emergiu, a partir de embates memorialísticos, uma hierarquia social em que as forças

dominantes possuem autoridade para determinar *memórias oficiais* que invisibilizam ou se opõem a *memórias coletivas subterrâneas*, como destaca Michael Pollak (1989). De acordo com o autor,

[...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Assim, segundo ele, sempre haverá momentos nos quais essas memórias marginalizadas podem encontrar conjunturas em que seja favorável sua emergência para o discurso público, romper a barreira do silêncio e inaugurar contestações e reivindicações. E, para que seja considerada como uma memória oficial, é necessário que ela seja aceita, o que, por sua vez, demanda organização. O autor diz que:

Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples "montagem" ideológica, por definição precária e frágil (POLLAK, 1989, p. 7).

De um lado, temos as *memórias oficiais*, construídas a partir de uma classe dominante que, ao longo do tempo, ao selecionar e ordenar os fatos históricos nas memórias coletivas, determina o que deve ser sempre lembrado e aquilo que necessariamente precisa ser banido ao campo do esquecimento. De outro lado, temos as *memórias coletivas subterrâneas*, as quais grupos dominantes tentaram sistematicamente apagar, por pertencerem a minorias que viveram, e ainda vivem, em condições de opressão por toda sua existência.

A temporalidade é utilizada como um elemento base para a estruturação da memória coletiva. Segundo a pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2000, p. 31), "o passado é a referência comum que mantém a coesão interna dos grupos, permitindo a formação de quadros de representação simbólica que lhes permitem significar o presente, a atualidade". Pollak (1989, p. 7) diz que a memória, sendo uma "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações", é fundamental "para reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc." (POLLAK, 1989, p. 7). A partir disso, o autor explica que um termo ainda mais específico para substituir "memórias coletivas" poderia ser "memórias enquadradas",

pois, assim, mantém-se a coesão com o grupo social ao qual aquela memória enquadrada pertence. De acordo com Pollak (1989, p. 7), esse “trabalho de enquadramento de memória de grupo tem limites”, não é construída de forma arbitrária e segue exigências de justificação:

Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. À luz de tudo o que foi dito acima sobre as memórias subterrâneas, pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo de justificação. Nesse caso, esse imperativo pode se impor após adiamentos mais ou menos longos. [...] os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência (POLLAK, 1989, p. 7).

Assim, o autor diz que esse enquadramento da memória é alimentado pelo material que a história fornece. Para isso, é necessário que haja uma seleção dos acontecimentos feita pelo historiador. Ribeiro (2000) acrescenta que não há nenhum fato histórico “bruto”, sendo

[...] sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e uma teoria, nos quadros dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos. Selecionar, relacionar e valorizar são operações de construção de sentido, impossíveis sem a intervenção dos sujeitos – no caso da ciência histórica, os historiadores (RIBEIRO, 2000, p. 26).

A partir disso, a autora explica que o “conhecimento histórico jamais pode superar a dimensão subjetiva. As suas conclusões são, por isso, sempre provisórias” (RIBEIRO, 2000, p. 27). Como sempre pode haver reconstruções e mudanças, tal conhecimento “caminha num processo infinito para a formulação de verdades mais completas” (RIBEIRO, 2000, p. 27).

Essas reconstruções e mudanças exigem reivindicações para que aconteçam. Para a pesquisadora Judith Butler (2015), os corpos precários reivindicam direitos políticos de proteção às suas existências e, para entender esse processo, é preciso “repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (BUTLER, 2015, p. 14). Ela explica que o “ser” do corpo se entrega aos outros sob normas estabelecidas por organizações sociais e políticas, construídas através da história, “a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2015, p. 14).

Dessa forma, segundo a perspectiva da pesquisadora, as memórias enquadradas indicam uma diferença sobre vidas que podemos ou não “apreender” e, assim, além de determinarem uma experiência visual, também definem formas de existir específicas para cada sujeito. Esses sujeitos são formados na sociedade mediante normas e, à medida que são reproduzidas, trazem características a esses sujeitos por meio das quais são reconhecidos. Entretanto, esse reconhecimento, por muitas vezes, não cabe a todos:

Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que a nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. Ao mesmo tempo seria um equívoco entender a operação das normas de maneira determinista. Os esquemas normativos são interrompidos um pelo outro, emergem e desaparecem dependendo das operações mais amplas de poder, e com muita frequência se deparam com versões espectrais daquilo que alegam conhecer. Assim, há "sujeitos" que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há "vidas que dificilmente –ou, melhor dizendo, nunca – nunca são reconhecidas como vidas (BUTLER, 2015, p. 15-16).

De maneira semelhante à ideia de Pollak (1989), Butler (2015) aponta para possíveis rompimentos nestes enquadramentos sempre que houver uma tentativa de organização definitiva de seu próprio conteúdo. Para a autora, o enquadramento se transforma, de certa maneira, em um “rompimento perpétuo”:

Como o enquadramento rompe constantemente com seu contexto, esse autorrompimento converte-se em parte de sua própria definição. Isso nos conduz a uma maneira diferente de compreender tanto a eficácia do enquadramento quanto sua vulnerabilidade à reversão, à subversão e mesmo a instrumentalização crítica. O que é aceito em uma instância, em outra é tematizado criticamente ou até mesmo com incredulidade. Essa dimensão temporal variável do enquadramento constitui, igualmente, a possibilidade e a trajetória de sua comoção (BUTLER, 2015, p. 24).

A partir do rompimento de uma memória enquadrada, a disputa de outras memórias para ocupar um lugar *oficial* segue acontecendo, a busca pela hegemonia é infinita. Na perspectiva de Butler (2015), há uma disputa de sentidos em que se revelam os “planos orquestradores da autoridade” que serviam para tentar manter esse enquadramento sob controle. Dessa forma, “os enquadramentos que, efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão devem circular a fim de estabelecer a sua hegemonia (BUTLER, 2015, p. 26).

Para Ribeiro (2000), não só a história é responsável por estabelecer e criar estes enquadramentos, os meios de comunicação se tornam um dos principais *locus* para a manifestação das representações sociais: “a mídia é o lugar *de memória e/ou de história* das sociedades contemporâneas” (RIBEIRO, 2000, p. 33, grifo da autora). A autora explica que o *fato jornalístico* e o *fato histórico* são semelhantes: “localizado em um tempo e um espaço determinados, o fato é marcado pela unicidade. O acontecimento único revela-se, então, como fator da transformação social, como o motor da história” (RIBEIRO, 2000, p. 34)

Encarar o jornalismo como fonte histórica, segundo Ribeiro (2000), é importante para admitir que o fato histórico não é dado, e sim produzido. Deixa-se de considerar o fato “em si” como o mais importante nas relações, dando lugar à “forma pela qual os sujeitos tomam consciência dele e o relatam, assumindo certas posições. Mesmo porque [...] o fato “em si” é pura abstração” (RIBEIRO, 2000, p. 40). O processo de escrita possui o papel de mediação que atua também para romper com alguns enquadramentos e gerar novos, atualizando, assim, normas e padrões sociais. De acordo com Marialva Carlos Barbosa (2019, p. 15), “a escrita, que tem a função central de libertar a memória, permitindo que se possa esquecer, aqui aparece como uma espécie de trânsito da memória em direção a um tempo que permanecerá durando”. A autora chama esses atos comunicacionais da história de “documentos-rastros”, os quais indicam a presença de um passado. Esses materiais podem ser apresentados de diversas formas, como na forma escrita, de minerais, de audiovisual, de sons, de fotografias etc., e essas fontes vão ganhando formas diferentes à medida que há avanços tecnológicos. A partir disso, um historiador recolhe os rastros para interpretá-los e qualificá-los, dando-lhes a forma de uma narrativa com inteligibilidade científica. Segundo Barbosa (2019, p. 15), “os vestígios do passado, sejam eles um testemunho ou um documento, só se transformam em fontes históricas no momento em que o pesquisador lhes atribui essa qualificação”. Então, a partir da escrita, há um “trânsito entre comunicação, memória e história” (BARBOSA, 2019, p. 16).

Barbosa (2019) ainda estabelece uma questão temporal que caracteriza a história e a comunicação. Para a autora, o tempo dominante da história é designado como passado, já a comunicação, “como lugar teórico de reflexão dos processos e práticas comunicacionais, privilegia o presente absoluto” (BARBOSA, 2019, p. 16). Na comunicação, existe a análise de assuntos contemporâneos, que ainda estão em curso,

por isso suas narrativas são consideradas como deste presente absoluto. De acordo com a autora,

[...] nossa experiência no mundo se desenvolve no tempo. E se, por um lado, os conectores históricos permitem que possamos acessar os restos do passado – a cultura material, a memória vivida, os documentos, a sequência de gerações – produzindo identidades narrativas em direção à construção do tempo histórico, por outro nossa ação no presente absoluto produz outras identidades narrativas que se materializam em ações textuais. Atos comunicacionais em presença (BARBOSA, 2019, p. 16).

A pesquisadora também traz a definição de três termos: história, memória e regimes de historicidade. A história é definida por ela como a maneira com a qual sentimos, estamos e visualizamos a existência durante uma trajetória de tempo em um espaço. A autora diz que “é a nossa relação silenciosa ou ruidosa com o presente, o passado e o futuro. A história é o fato de estarmos no mundo” (BARBOSA, 2019, p. 18). Já a memória é associada diretamente com o passado e assim é configurada, “como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente” (BARBOSA, 2019, p. 19). E, por fim, regimes de historicidade são definidos como “as formas como uma sociedade trata seu passo e do seu passado. [...] Seriam, portanto, uma ferramenta heurística, que ajudariam o historiador a melhor apreender, sobretudo, nos momentos de crise do tempo” (BARBOSA, 2019, p. 20).

Com isso, a autora determina que, enquanto a memória é uma “operação da vida”, a história seria uma “operação da ciência”, e, sobre a “operação historiográfica, pode-se dizer que ela “busca uma explicação em relação a acontecimentos passados em diversos níveis operativos, enquanto a memória produz o ingresso no passado pelo caminho da reminiscência construída como brechas para esse passado a partir do presente” (BARBOSA, 2019, p. 21). Dessa forma, conclui-se que é através dos testemunhos sobre essas memórias da vida que um autor pode realizar uma configuração para uma narrativa científica ou jornalística, por meio da sua escrita. Segundo a autora,

[...] a partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser, desde a sua construção, espécie de arquivo para a história. Assim, se pudesse ser feito algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória (BARBOSA, 2019, p. 21).

Entretanto, para que o testemunho seja possível, de acordo com Candau (2012, p. 851-852), antes de tudo “as testemunhas devem se sentir capazes de falar, os

membros da sociedade devem estar dispostos a escutar”. Em algumas situações traumáticas, como aconteceu no Brasil, por exemplo, na Ditadura Militar, que durou cerca de 20 anos, muitas vítimas de tortura não se sentem capazes de falar sobre o que viveram nesta época. E, além do trauma, outro fator que pode prejudicar a liberdade da fala das testemunhas é o medo. No livro “A república das milícias”, Bruno Paes Manso, por diversas vezes, relata sobre a dificuldade de encontrar moradores de áreas dominadas pelas milícias cariocas, por elas terem medo de retaliação, de perseguição, de simplesmente morrerem ou serem muito prejudicadas. Quando o jornalista encontra pessoas para testemunharem o que vivem ou já viveram, essas pedem que seja apenas no anonimato e, se Manso precisasse divulgar os áudios da entrevista, que fosse com a voz alterada. Em um dos casos presentes no livro, há o de Marcelo, sócio da Coopeouro, uma empresa de vans que atuava em um bairro onde a milícia queria expandir o negócio de transporte. Os milicianos planejaram ir à casa de Marcelo com o intuito de o assassinar. Ele conseguiu fugir assim que avistou os carros se aproximando. De acordo com Manso, seu testemunho foi peça-chave para a investigação, mas a conclusão do inquérito demorou três anos para acontecer:

A demora de três anos para a conclusão do inquérito decorreu, principalmente, do pânico das testemunhas e das ameaças que muitos sofreram dos autores do atentado. Durante as investigações, um dos sócios de Marcelo desapareceu, outro mudou seu depoimento, uma testemunha foi assassinada e outras duas entraram para o Programa de Proteção à Testemunha (MANSO, 2020, p. 94).

Assim, há uma implicação na reconstrução do passado através da memória. Espaços que o testemunho poderia preencher ficam vazios por conta da impossibilidade da testemunha de falar. Outra forma de tentativa de domínio de uma memória oficial é por meio de sua utilização sistemática para falsificar fatos que ocorreram. Candau (2012) explica que essa é uma tática normalmente adotada por governos autoritários, que, segundo ele, “dispõem assim de um meio cômodo de “fabricar” inimigos, por intermédio da invenção ou da exacerbação de memórias antagonistas com, numa forma extrema, uma “boa” memória em oposição a uma “má” (CANDAU, 2012, p. 852). Um discurso frequente de Jair Bolsonaro, por exemplo, é o de que a Ditadura Militar não foi algo ruim para o Brasil e de que a “esquerda política” teria inventado que o período militar foi uma ditadura, como vemos na entrevista concedida ao Jornal da Band, da TV Bandeirantes, no ano de 2018:

Eu mostrei, e hoje em dia grande parte da população entende, que o período militar não foi ditadura, como a esquerda sempre pregou. Por que tinha censura muitas vezes? De acordo com o articulista, a palavra-chave que estava naquela matéria era para executar um assalto a banco ou até mesmo executar uma autoridade em cativo. Essa foi a censura.

Dessa forma, Bolsonaro coloca como “inimigo” todos que entendem que a Ditadura, de fato, existiu no Brasil e classifica, de modo generalizado, esse “inimigo” como a “esquerda”, apresentando sua “boa” memória contrariando a “ruim”. Outro exemplo que pode ser colocado está presente no livro “A máquina do ódio”, onde Mello discorre sobre os ataques que as jornalistas mulheres sofrem, principalmente vindos do presidente da República. Ela cita a jornalista Miriam Leitão como sendo alvo constante de Bolsonaro, o qual disse que, quando a jornalista foi presa em Vitória, ela estava indo para a guerrilha de Araguaia e que o fato de ter sido torturada foi um “drama mentiroso” contado pela jornalista. Sobre este caso, Mello comenta:

A jornalista foi presa e torturada, grávida, aos dezenove anos, no 38º batalhão de Infantaria em Vitória. Foi agredida com tapas, chutes, golpes que abriram sua cabeça, e passou pelo constrangimento de ficar nua na frente de dez soldados e três agentes da repressão, além de ficar horas intermináveis numa sala escura com uma jiboia. Bolsonaro havia zombado da tortura sofrida por Miriam, dizendo: “Coitada da cobra” (MELLO, 2020, p. 91-92).

Desse modo, há uma tentativa incessante em colocar a memória social que está sempre em disputa como algo “inventado”. Como explica Candau (2012), o que há de “inventado” é o discurso que procura estabelecer e construir uma imagem homogênea do passado, o que não é possível, uma vez que, para existir memória, é necessário que haja também esquecimento, e toda tentativa de recuperação de uma memória social implica em considerar que existem lacunas do esquecimento em uma reconstrução do passado. Como diz Candau (2012, p. 857- 858), “a memória também é esquecível. Ela é o conjunto dos vestígios descontínuos do passado que nós reconfiguramos no presente para nos projetarmos em direção ao futuro, e essa descontinuidade implica o esquecimento”. Assim, conclui-se, como já dito, que o testemunho surge na tentativa de preencher algumas dessas lacunas existentes.

Para que o jornalismo contribua com a luta de uma reconstrução histórica justa, que considere as memórias subterrâneas dos grupos oprimidos, é necessário que ele atue dentro de uma perspectiva relacional e resista à visão positivista que preza pela objetividade na profissão. No tópico seguinte, aprofunda-se a questão da prática jornalística no mundo atual e da resistência de repórteres-autores contra um jornalismo inscrito na perspectiva da impessoalidade e da objetividade absoluta.

1.3 A prática jornalística e o lugar do livro de repórter na atualidade

Ao longo dos anos, o jornalismo se consolidou a partir de uma visão positivofuncionalista presente não só nas narrativas da contemporaneidade difundidas nos meios de comunicação social, como também em algumas metodologias de pesquisa do conhecimento científico (MEDINA, 2008). O estado positivo é definido como “um regime definitivo da razão, em que a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade” (MEDINA, 2008, p. 17-18). Cremilda Medina (2008) apresenta a corrente de pensamento de Auguste Comte, a partir da ideia por ele defendida de que “a eficácia científica de qualquer modo, seja a abstração racional, seja o laboratório experimental, depende da relação direta ou indireta com os fenômenos observados” (MEDINA, 2008, p. 19). Ou seja, de acordo com o pensador, a lógica científica não poderia abranger também concepções puramente abstratas: “essa abstração pertenceria a estados menos evoluídos, como o regime teológico-metafísico” (MEDINA, 2008, p. 20).

Como foi dito, o jornalismo também foi alvo de uma estruturação fundamentada pelos princípios positivistas durante a modernização. As doutrinas traçadas nesse modelo do jornalismo incluíam

[...] a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da inviabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. A moldura ideológica, fixada no jornalismo, está representada nas palavras-chave de bandeira brasileira – ordem e progresso (MEDINA, 2008, p. 24-25).

Desse modo, a “vã erudição” poderia ser eliminada em detrimento da construção de um relato objetivo que explicitaria a ordem natural das coisas. Conforme Medina (2008, p. 25) explica:

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. Das ordens imediatas nas editoriais dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste

Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão de linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista.

Nota-se, pois, o desprezo a qualquer explicitação de abstrações interpretativas de ordem exclusivamente subjetiva. Entretanto, não há como negar que o pragmatismo é, de certa forma, essencial para a produção jornalística. Segundo a autora, “ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço do real concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade” (MEDINA, 2008, p. 26). Porém, é importante que haja junto uma interpretação da informação transmitida. A autora explica a necessidade desses níveis de subjetividade e abstrações:

A arte de tecer o presente ultrapassa a rígida lógica de Auguste Comte e a tradição positivista das narrativas da contemporaneidade. Os impasses e os trágicos contextos que as sociedades viveram no século XX, reforçados pelas mazelas e pelos desafios do século XXI, exigiram e exigem da reflexão e das práticas jornalísticas muito mais do que as gramáticas operantes cujos princípios derivam não só de Comte, como no século XVII, de René Descartes. As guerras, a bomba atômica, a miséria social, as ameaças ao meio ambiente, o terrorismo, as doenças fatais e todas as pautas da contemporaneidade (MEDINA, 2008, p. 28).

Nos estudos da comunicação, o modelo positivo-funcionalista pode ser associado ao chamado paradigma informacional. Conforme explica a pesquisadora Vera França (2001, p. 14), “o paradigma informacional entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos”. A autora comenta que críticas quanto a sua unilateralidade e mecanicismo foram feitas e o movimento analítico, provocado por esse paradigma, tem duas direções básicas a serem seguidas, a primeira é pautada “na neutralidade e evidência da lógica transmissiva” (FRANÇA, 2001, p. 14) e essas análises terão como resultado a eficácia ou não da transmissão da mensagem. A segunda direção, considerando o processo mecânico em que “cada um de seus elementos tem seu papel fixo, definido previamente” (FRANÇA, 2001, p. 14), seria estudar os elementos de forma separada: “estuda-se a lógica da produção dos emissores; a característica dos meios (natureza técnica, modos operatórios); as mensagens (conteúdos); a posição e atitude dos receptores (FRANÇA, 2001, p. 14).

Neste paradigma, os princípios positivo-funcionalistas operam, pois não é considerada uma multilateralidade, trocas entre emissores e receptores numa dimensão relacional. Por outro lado, a autora faz a descrição de outro paradigma que rompe com essa unilateralidade que ela chama de modelo dialógico, também conhecido como paradigma relacional:

[...] a partir da bilateralidade do processo, da igualdade de condições e funções estabelecidas entre os interlocutores. Nesse modelo a ênfase é toda centrada na natureza da relação entre os dois pólos, apagando ou desconhecendo os demais aspectos do processo (inclusive a natureza das mensagens e os sentidos produzidos) (FRANÇA, 2001, p. 15).

Desse modo, há uma resistência a este modelo informacional de jornalismo que, com o passar do tempo, foi alterando os modos de operação da prática jornalística. As mudanças de diferentes ordens que o jornalismo sofreu, ao longo dos anos, estabeleceram, segundo os autores Deuze e Witschge (2015, 2016), a necessidade de questionar no que o jornalismo está se tornando, ao invés de o que é o jornalismo hoje. Isso ocorreu justamente por acreditarem que há uma constante liquidez na área, o que torna impossível determinar apenas uma definição para o jornalismo atualmente. No entanto, apesar das transformações da profissão, o jornalismo ainda é visto como um lugar de integridade e, ao longo da história, tem sido alvo de censuras, perseguições e violência contra seus profissionais (DEUZE; WITSCHGE, 2015). Na perspectiva dos autores, grande parte das definições sobre o jornalismo partem da ideia de que o jornalismo seja baseado em expectativas normativas. Os autores descrevem o que seriam os elementos presentes nesse ideal do jornalismo:

Jornalistas tenderiam a espelham-se uns nos outros nessas normas típico-ideais, vendo a si próprios como (a) fornecedores de um serviço público; (b) imparciais, neutros, objetivos, justos e críveis; (c) trabalhadores autônomos, livres e independentes; (d) comprometidos com uma lógica operacional do imediatismo, da realidade e da velocidade (proeminente no conceito de furo noticioso); e (e) com um senso de ética, validade e legitimidade (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 4).

Nas redações dos jornais essas regras eram colocadas em práticas e davam forma à profissão, principalmente durante o século XX: elas representaram a “forma dominante de emprego e de organização do trabalho em jornalismo, [...] cujo arranjo servia para estabilizar a indústria e andava de mãos dadas com a formação de práticas consensuais nos estudos e educação em jornalismo” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 8). Porém, esses valores descritos acima indicam um olhar objetivo e positivista para a

profissão. Olhar este que evidencia o chamado jornalístico de referência⁸, o qual ignora as particularidades humanas, ao negar a existência da parcialidade inerente em cada sujeito, e diminui ao máximo a importância da voz destes profissionais da imprensa, buscando, por meio dessa suposta neutralidade, conceder um atestado de veracidade incontestável.

A partir da leitura de algumas ideias de Michel Foucault, Beatriz Marocco (2021) diz que não há um sujeito que não seja constituído pelo discurso, e a subjetivação é um modo de trabalhar na constituição de si mesmo. Com isso, através da fundamentação de um diálogo entre Foucault e Dent, Marocco descreve os denominados controles discursivos do jornalismo, uma vez que a área é reconhecida por ser uma das formações discursivas da sociedade. Sendo assim, a autora explica que Dent fez uma aproximação entre práticas jornalísticas e os controles discursivos originalmente estruturados por Foucault, os quais são denominados de procedimentos externos, procedimentos internos e procedimentos que não são completamente externos ou internos. Cada um desses procedimentos reúne um conjunto de controles discursivos. Os procedimentos externos incluem a “palavra proibida”, a “segregação da loucura” e a “vontade de verdade”. Marocco (2021, p. 85) explica que as técnicas externas

[...] giram em torno da capacidade dos jornalistas de negar aos *outsiders* a oportunidade de serem ouvidos. Elas se referem à habilidade de segregar pessoas em função do que elas dizem ser proibido, ou em função de sua falta de conhecimento sobre o discurso verdadeiro que domina a formação.

Particularmente sobre a “vontade de verdade”, ela diz que por anos o jornalismo procurou se apoiar na ciência para ganhar reconhecimento e autoridade, buscando, assim, mostrar neutralidade, uma vez que nos jornais tinha-se um fato comprovado e não havia parcialidade no texto. Marocco (2021) explica ainda que a voz do jornalista não tinha autoridade para aparecer a não ser que estivesse dentro de uma ordem de discurso jornalístico, para intermediar uma testemunha ou fonte de informação, a qual traz consigo a “verdade”.

Já os procedimentos internos de controle são exercidos pelo próprio discurso (MAROCCO, 2021). Este conjunto inclui “os princípios de classificação, ordem e distribuição dos enunciados e são relacionados ao autor, às disciplinas e ao comentário” (MAROCCO, 2021, p. 86). A pesquisadora afirma que o autor tem a função de

⁸ Ou seja, “aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige” (ZAMIM, 2014, p. 939).

interferir nos textos através da ordem e, também, vive sob a pressão de carregar a responsabilidade pelos textos assinados por ele, o que determina a necessidade de revelar sua autoria, a fim de que o material tenha sua autoridade reconhecida. Segundo a autora, “no texto jornalístico essa autoridade também pode ser desenhada nas marcas discursivas de impessoalidade, que produzem efeitos de imparcialidade” (MAROCCO, 2021, p. 86).

Por último, no conjunto de controles discursivos dado por procedimentos nem totalmente externos ou internos, há processos de “rarefação dos sujeitos que falam”, onde se evidencia que nem todos os membros do público possuem capacidade de dizer o que é considerado verdade para essa formação discursiva, mesmo que haja a reinvidicação de alguns para serem fonte ou comentarista.

O pesquisador Erik Neveu (2010) explica que através das noções de confiabilidade, objetividade, responsabilidade, que, como foi visto, são traçadas a partir dos controles discursivos desta formação, o jornalismo reivindica, então, um lugar de autoridade. Entretanto, com o advento da internet, o autor acredita que a profissão está se modificando e que futuramente os jornalistas serão substituídos por “trabalhadores da informação, um termo estenográfico que significa um conglomerado de empregos e atividades com a dimensão comum de oferecer notícias e informações para as audiências” (NEVEU, 2010, p. 33). O impacto da internet, ainda de acordo com o autor, não só amplia as tendências como realmente altera o emprego de jornalista. Esta mudança é chamada de convergência: “os jornalistas não trabalham mais para um jornal ou para um tipo específico de mídia; eles alimentam toda mídia e todos os canais dos seus empregadores com notícias” (NEVEU, 2010, p. 38). Este novo modelo vem desgastando e influenciando negativamente a rotina dos profissionais, tornando precárias as condições de trabalho e contribuindo para a não permanência dos jornalistas nas redações. Além das “multifunções” dos empregados, há muita insegurança e medo de serem demitidos, pois, cada vez mais, há um esvaziamento das redações: muitas demissões sem substituição nenhuma (DEUZE; WITSCHGE, 2015).

Além disso, existem outros fatores que também influenciam essa mudança na profissão. Por conta desse enxugamento das redações dos jornais, muitos profissionais, querendo ainda trabalhar como jornalistas ou recém-formados, procuram atividades de *freelancers*. Quanto a isso, os pesquisadores Deuze e Witschge (2016) apontam para uma individualização do trabalho nesse processo de reorganização, traço comum na “cultura do novo capitalismo”. Os jornalistas acabam por incorporar uma espécie de

“mentalidade empreendedora”, em que se tornam “chefes” de si mesmos, o que subentende uma ideia de flexibilidade e autodisciplina, assumindo a responsabilidade pelo próprio sucesso ou pelas falhas. Por outro lado, os autores alertam para os problemas trazidos por essa individualização:

[...] a mudança da noção de empreendimento – com suas conotações de eficiência, produtividade, empoderamento e autonomia – de uma empresa para o indivíduo arranca a identidade profissional dos jornalistas. [...] A introdução de contratos personalizados, embora permitindo que jornalistas individuais tenham alguma liberdade para negociar seus próprios contratos e condições de emprego, de fato, tem impacto na deterioração das condições de trabalho dos jornalistas: salários mais baixos, menos segurança nos empregos, e mais relações de trabalho contingentes (horários inconstantes, rotações nos empregos...) (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 9).

Dessa forma, o trabalho do jornalista *freelancer* também mostra mais uma faceta da insegurança desses profissionais na área em que escolheram atuar. Outra alternativa que recém-formados acabam tendo que escolher, segundo Deuze e Witschge (2016), é trabalhar em áreas relacionadas à comunicação, como a do *design* e do *marketing*. A falta de empregos dentro das redações também colabora para essa necessidade de migração de campo de trabalho. Voltando aos que permanecem na profissão de jornalista, considerando os problemas descritos, Neveu (2010) aponta que a autoestima desses profissionais, apesar de bastante afetada por essa condição de emprego, é o melhor indicativo de satisfação no trabalho. O autor descreve uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que estudou sobre o grupo multimídia Metro. De acordo com o estudo, o nível de estresse dos jornalistas aumenta, dentre outros motivos, pela pressão de ter que alimentar diversas formas de mídias a todo momento, com o conteúdo adaptado para cada plataforma:

O maior estresse, no entanto, vem de sentir-se treinado de maneira insuficiente para trabalhar devidamente em mídias diferentes, da ansiedade de ser um malabarista que tem que produzir para o *website*, a imprensa, o rádio e a televisão. Os jornalistas manifestaram sentimentos de frustração e desqualificação. Criticaram a prática compulsória da convergência e se sentiram incapazes de se comportar como bons jornalistas em várias mídias. O resultado é uma taxa alta de rotatividade, uma crença encolhida nos mitos básicos da profissão. Um destes jornalistas afirmou que as empresas têm mais interesse em recrutar “*bons empregados do que bons jornalistas*” (NEVEU, 2010, p. 39).

Assim, a precarização da profissão exige renovações dos moldes de atuação jornalística para que os profissionais sejam valorizados devidamente. Os livros

jornalísticos acabam sendo uma forma de atuação diferenciada, uma vez que há uma liberdade editorial maior do que nas redações de jornal e a voz do jornalista ganha destaque. Essa ampliação da prática jornalística mostra-se importante no sentido de considerar formas de atuação que desafiem e vão além daquelas normas engessadas, presentes no paradigma informacional da comunicação, que encaram apenas uma forma de construção narrativa e de utilização de testemunhos; que desconsideram a subjetividade do repórter; que prezam pela suposta neutralidade; e que são comprometidos com a lógica da velocidade e do imediatismo na publicação de notícias. Deuze e Witschge (2015) defendem a ampliação da visão sobre a profissão e a prática jornalística:

[...] nós temos que repensar a nossa compreensão tanto do papel das organizações (para além das instituições estáveis de notícias) quanto dos indivíduos (para além do empreendedor como um salvador do jornalismo). Precisamos encontrar maneiras de abordar o jornalismo em sua construção através das práticas cotidianas e da variedade de (auto)compreensões do jornalismo que cercam a profissão. Essas práticas e essa construção discursiva gradualmente ganham espaço fora e para além do contexto industrial ordenadamente delimitado da redação e já é hora de começamos a prestar a atenção, tanto empírica quanto teoricamente, que esse tema merece (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 24).

Sendo assim, os livros de repórteres podem ser considerados também um espaço de ampliação da prática jornalística. Neles, o repórter pode deixar de lado a obrigação com a objetividade positivista, inverter a lógica do imediatismo e se aprofundar em questões de seu interesse e de interesse público. Da mesma forma que Butler (2015) afirma que a todo momento os enquadramentos se rompem para gerar novos modos de reconhecimento dos sujeitos, alguns jornalistas também trabalham para que, cada vez mais, modelos engessados de estrutura discursiva possam ser quebrados. E as práticas de resistência são um meio de atingir isso. Marocco (2015) traz o exemplo de Eliane Brum, que se aproximou de um repórter veterano até atingir autonomia suficiente para escrever sobre o que queria: os “desacontecimentos”, as histórias sobre pessoas ditas “comuns”, as quais ela não via notícias sobre:

O que desviou a trajetória profissional de Eliane daquela figura foi a cristalização de uma resistência singular e intensiva à segregação do outro, que, no jornalismo diário, repercutiu o comportamento social de controle

através de táticas de exclusão do diferente, do anormal, daquele que não se enquadra na normalidade social (MAROCCO, 2015, p. 81).

Os jornalistas que escolheram a experiência de resistência do fazer jornalístico, segundo a pesquisadora, precisaram optar por outras formas de mídias jornalísticas para operarem, como o documentário, a literatura, a história, a memória. Eliane Brum escolheu os livros para relatar as histórias que queria contar. Foi a partir deste deslocamento da autoria coletiva (da redação) para a autoria individual (através dos livros de repórter) que a jornalista, como muitos outros profissionais, pôde se “autonomizar”:

Neste ponto, as mídias se conjugam a um outro espaço igualmente jornalístico, o “livro de repórter”, em que se materializa o “comentário” sobre a prática jornalística que não tem lugar no jornalismo senão ali, onde os repórteres encontram tempo para proceder a uma análise epistemológica reflexiva (MAROCCO, 2015, p. 83).

Mas como pode ser definido o livro do repórter? Marocco (2021) o define como um trabalho investigativo que se ocupa do jornalismo e, a partir dele, traz textos questionadores ou críticos às formas de se fazer jornalismo, “em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa daquilo que é considerado norma no jornalismo” (MAROCCO, 2021, p. 89-90). Por meio dele, é possível notar uma tensão paradigmática entre os controles discursivos e a resistência na prática jornalística, uma vez que os repórteres-autores desafiam a lógica positivista do jornalismo e não procuram seguir as normas padrões dessa formação discursiva.

Em artigo publicado em 2019, chamado “Livro de repórter: percurso de repórter e formulação do conceito”, as autoras Beatriz Marocco, Angela Zamim e Marcia Veiga da Silva demarcaram algumas ações que foram recortadas no processo desta pesquisa e ilustram o trabalho dos repórteres-autores: a) *uso da informação como arma*; b) *cuidado com a fonte*; c) *experiência sensorial*; d) *escritura*. Quanto ao uso da informação como arma, as autoras mostram como o livro pode ser uma possibilidade de resistência tanto para profissão como para a testemunha que se encontra numa situação de vulnerabilidade, uma vez que, por meio da mediação dos jornalistas, a testemunha pode expor seus sofrimentos e reivindicar seus próprios direitos. No que se refere ao cuidado com a fonte, as pesquisadoras dizem que “o repórter rompe com a produtividade da fonte do jornalismo industrial ao eleger para as suas matérias os indivíduos à margem

da sociedade” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 34). Já a experiência sensorial diz respeito ao uso do próprio corpo do profissional como dispositivo para vivenciar os acontecimentos: “não interessa ouvir somente declarações das fontes para cumprir a pauta, mas fazer funcionar os sentidos do tato, da visão, da audição em uma relação de cognição afetiva entre seres humanos” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 35). Por fim, o processo de escritura acontece a partir de uma boa escuta do som e da forma que as pessoas têm de se expressar, para auxiliar o leitor a se transportar até o lugar do acontecimento relatado. O jornalista precisa “complexificar o ato de leitura para que o leitor veja e ouça, não apenas leia, por meio de imagens, sons e movimento, a partir da escritura, com técnicas que fazem isso ser possível no cinema e na literatura” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 35-36).

As autoras afirmam ainda que os livros produzidos por jornalistas apresentam uma “experiência à sombra das práticas jornalísticas, que se localiza além dos relatos dos jornais e às margens das teorias jornalísticas e manuais de redação” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 36). Ou seja, o livro do repórter reinventa as normas traçadas no jornalismo de referência e nas teorias acadêmicas que investigam o jornalismo. Por outro lado, esta prática diferenciada não rompe com o jornalismo,

[...] embora o “repórter- autor” construa com seu trabalho um lugar outro dentro do jornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. O conjunto de informações resultantes de suas ações dá conta de operações de “acontecimentalização” (FOUCAULT, 1978, p. 13), que fazem aparecer o acontecimento em sua complexidade. Neste novo patamar epistemológico, o repórter projeta o acontecimento em sua complexidade, em um “poliedro de inteligibilidade”, que possibilita “compor, decompor e recompor acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 38).

Dadas as características a respeito dos livros de repórter, as autoras consideram que esta subversão dos modos de objetivação presentes no jornalismo de referência pode se traduzir em ações de resistência: “ao resgatarem a experiência do narrador, à fonte, ao ampliarem as vozes que compõem uma polifonia de fontes, à disciplina jornalística, ao possibilitarem uma reflexividade sobre a prática” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 38). A partir dessas ações, o jornalista revela uma dimensão subjetiva da prática jornalística que inclui elementos como a *sensorialidade*, o *corpo*, as *visões de mundo dos sujeitos-profissionais*, o que não aparece no jornalismo de referência, o qual suprime essa subjetividade “com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade” (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 39).

Assim, como foi visto, nos livros de repórter os profissionais estabelecem com suas fontes uma relação diferente, também considerada subversiva do modo de objetivação, pois atua através de uma prática relacional. Ela age contra os procedimentos de apagamento do sujeito nos discursos, em razão da escolha das fontes no jornalismo de referência ser utilizada estrategicamente para nortear as práticas discursivas no jornalismo, com o profissional e com o mundo ao seu redor, e assim:

[...] será designada como “testemunha”, aquela que diz “isto aconteceu, isto é verdade”. Sua presença desencadeia a operação de apagamento e de impessoalidade assumida pelo narrador que torna a fonte auxiliar direta, com a função de ajudá-lo a apresentar uma “visão verdadeira” dos acontecimentos da “realidade” que o jornalista não pôde ver, pois não estava ali, ou que, mesmo tendo estado presente, não poderia trazer à luz com o seu depoimento direto porque necessita manter a sua posição de “neutralidade” discursiva (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 40).

Desse modo, dentro de uma lógica de ruptura paradigmática e epistemológica, em que as práticas jornalísticas consideram uma dimensão subjetiva, os repórteres-autores passam a interpretar a própria área de forma crítica. E este sujeito-repórter mediador do acontecimento surge em seus textos descrevendo seu corpo e sua sensorialidade, intrínsecos à atividade jornalística. A partir disso, nasce do jornalista a percepção do Eu participante do processo de construção do Outro (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019). Os livros de repórteres apresentam, dessa forma, condições de reflexividade sobre o exercício de alteridade, uma vez que, ao possibilitarem o encontro com o Outro, pressupõe-se também um encontro com o Eu. As autoras explicam que

[...] essa relação precisa ser compreendida no sentido de que o Outro é uma construção do Eu, mas se o Eu é alijado dos procedimentos, e parte-se do ideário de uma possível neutralidade, impede-se a condição de um exercício de alteridade. Impede-se também a condição de crítica, autocrítica e reflexividade sobre as próprias práticas, posto que igualmente envolve o reconhecimento da subjetividade nos processos cognitivos de objetivação do real (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019, p. 43-44).

A compreensão da relação repórter-fonte, considerando esse exercício de alteridade, então, colabora também para a subversão dos modos de objetivação jornalística e se configura como uma das ações de resistência contra os controles discursivos. Dessa forma, há um resgate da dimensão subjetiva do sujeito que diz respeito também a um espaço constituído material e culturalmente, onde, conforme explica Silva (2021, p. 276), “residem os valores sociais dos jornalistas e suas visões de

mundo, arcabouço do conhecimento cultural constituído nas experiências, nos processos de socialização”. As ideologias difundidas nesses processos, incluindo o machismo, o racismo, o classicismo etc., estão enraizadas nos diferentes espaços e instituições que colaboram para as formações dos sujeitos, como escolas, igrejas e os próprios meios de comunicação. E todo esse processo de apreensão de conhecimento e saberes, atravessado por essas ideologias, também é vivido pelos jornalistas. Os profissionais não são formados de forma alheia a tais ideologias:

Esses conhecimentos sociais interferem nos modos como a realidade é compreendida, no como pessoas e situações são classificadas pelos conhecimentos produzidos também no e pelo jornalismo. Naturalizados, e não suficientemente refletidos de forma crítica na deontologia profissional, esses valores acabam por ser reproduzidos nas construções noticiosas. Sem o reconhecimento de que os sujeitos e subjetividades são parte fundamental dos processos de cognição da realidade na produção do conhecimento jornalístico, como prevê a deontologia guiada por uma noção de objetividade masculinista, não há como compreender os modos como esse processo cognitivo e de poder opera na transformação de diferenças em desigualdades (SILVA, 2021, p. 266).

A autora afirma que o rompimento do chamado “mito da neutralidade” traz a possibilidade de uma corresponsabilidade diante do que se publica. A interpretação e reflexividade do repórter evidenciam o resgate dessa subjetividade do profissional. Os sentidos de olhar e escuta, antes rejeitados pelos princípios de objetividade e neutralidade, passam a ser utilizados na descrição das ações. Dessa forma, a sensorialidade e o corpo são categorizados como elementos que integram a racionalidade e “dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística - que prescinde da subjetividade como princípio paradigmático (SILVA, 2021, p. 276). A partir disso, há o enaltecimento da coletividade e da horizontalidade em detrimento à competição e ao individualismo, normalmente predominantes no campo, e, assim, cria-se uma nova produção de sentido da profissão, uma vez que há valorização da escuta e não do “furo jornalístico” ou do “arrancar” algo da fonte, ações que podem ser associadas à uma lógica impositiva e dominadora (SILVA, 2021). Assim, o pensamento binário e simplista é dissolvido, abrindo espaço para uma complexificação do mundo:

A “Verdade” abre espaço para um mosaico de verdades vistas sob diversos prismas, localizados e corporificados na diversidade de vozes e visões que os e as profissionais se interessam em compreender. A dimensão ética destas práticas reconhece explicitamente a intrusão da interpretação de um Eu sobre

um Outro, e é sempre perpassada por um exercício de alteridade. Ajuda a estranhar inclusive a si mesmos e as proximidades de valores de seus universos individuais e culturais que geram mais empatia com determinados sujeitos e situações, desnaturalizando o “familiar” e colocando-os sempre em perspectiva (SILVA, 2021, p. 276).

Com a compreensão sobre o Outro e o lugar do jornalismo nesta troca, é possível lutar contra uma visão de mundo excludente que violenta diversos grupos sociais. Os testemunhos dos Outros e dos jornalistas são essenciais nesse processo, pois evidenciam a escuta e a interlocução na relação repórter-fonte. Assim, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, ao reconhecer a relação entre os três diferentes níveis de testemunho inseridos no testemunho midiático, os repórteres-autores apresentam em seus livros uma dimensão subjetiva, resistindo aos procedimentos de controle discursivos existentes nos modos de objetivação jornalística. Ao apresentarem os testemunhos em suas obras, eles oferecem importantes substratos para a reconstrução da história, por meio da comunicação e da restituição de memórias subterrâneas, as quais são recuperadas a partir da escolha por fontes que não costumam ser centrais na narrativa jornalística. Nesta construção do Outro, os jornalistas se encontram em sua escrita como repórteres-sujeitos. Este encontro com o Eu pode ser reconhecido através da explicitação de seus próprios corpos e sua sensorialidade, pois, ao perceberem a voz, os sons, as imagens trazidas pelas fontes, eles também contam sobre seu processo de escuta e compreensão do Outro.

O jornalista, observador do cotidiano, utiliza os meios comunicacionais para reivindicar o poder da sua fala e da fala de outros grupos, apresentando, em suas narrativas, um novo olhar sobre o mundo a ser contemplado e interpretado pelos seus leitores. Esses leitores, por sua vez, poderão entrar em conflitos sensíveis e procurar, a partir dessa potência política acionada pela experiência da leitura, reivindicar novas realidades e novos modos de vivenciar o mundo. Dessa forma, buscando fazer uma correspondência com a ideia do testemunho *na*, *pela* e *através* da mídia, tem-se o testemunho *na* mídia representado por diversos grupos testemunhando no livro; o *pela* mídia, no qual o repórter descreve sua experiência a partir de sua vivência e da vivência do Outro; e o *através* da mídia, dado pela reverberação do público a partir da leitura desses testemunhos.

2 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO NA ATUALIDADE

Para um melhor entendimento sobre a prática jornalística, é importante refletir sobre o que é fundamental na produção e na interpretação de uma narrativa jornalística. Dito isso, dividiu-se este capítulo em três tópicos que trabalharão os seguintes temas: as definições de narrativa e acontecimento; as narrativas jornalísticas; e a contextualização política atual do Brasil associada aos conceitos de violência e de mal.

Primeiramente, será visto como é construída uma narrativa e qual sua relação com o tempo a partir da teoria da intriga (RICOEUR, 1994). Com base nessas definições, será preciso entender o que é um acontecimento (QUÉRÉ, 2012) e como pode se dar sua aplicação no jornalismo (FRANÇA, 2012). Também será apresentado o atual contexto político do Brasil, num recorte que versa com os livros escolhidos como objetos de estudo desta pesquisa. Dentro dessa contextualização, propõe-se, além de um diálogo com os conceitos de violência (ŽIŽEK, 2014) e de mal (RICOEUR, 2019), a análise acerca de como os livros de repórter agem de forma resistente em um contexto opressor hegemônico, com o papel de lutar para romper com enquadramentos sociais que causam sofrimento a diferentes grupos vulneráveis que são parte da sociedade.

2.1 Narrativa e acontecimento

Para haver uma compreensão sobre as narrativas jornalísticas, é importante introduzir, antes, uma discussão sobre os conceitos de narrativa e acontecimento. A construção da narrativa, e seu círculo hermenêutico, será visto pela teoria sobre narrativa e tempo de Paul Ricoeur (1994), com a colaboração da perspectiva de Leandro Lage (2013a), além da reflexão sobre o conceito de acontecimento desenvolvido por Louis Queré (2012) e Vera França (2012).

A teoria sobre narrativa e tempo de Ricoeur (1994) foi criada a partir do diálogo que o autor propõe entre o paradoxo dos tempos, presente na obra “Confissões”, de Santo Agostinho, e a teoria da intriga apresentada na “Poética”, de Aristóteles. Mesmo sendo duas obras completamente independentes, Ricoeur (1994) estabelece um paralelo entre elas através do que elas têm ou não em comum. De acordo com o autor, Santo Agostinho se debruça na busca pelo entendimento a respeito da natureza do tempo e Aristóteles não considera implicações temporais em sua construção da intriga

dramática, encarregando à física a responsabilidade do estudo do tempo. Dentro de sua obra, Ricoeur (1994) observa que cada uma das análises engendra a imagem invertida da outra:

[...] a análise agostiniana oferece, com efeito, uma representação do tempo na qual a *discordância* não cessa de desmentir o anseio de *concordância* constitutiva do *animus*. A análise aristotélica, em compensação, estabelece a preponderância da concordância sobre a discordância na configuração da *intriga*. É essa relação inversa entre concordância e discordância que me pareceu constituir o interesse principal do confronto entre as *Confissões* e a *Poética* — confronto que pode parecer tanto mais incongruente quanto vai de Agostinho a Aristóteles, desprezando a cronologia. Mas achei que o encontro entre as *Confissões* e a *Poética*, no espírito do mesmo leitor, se tornar-se-ia mais dramático se fosse da obra em que predomina a perplexidade engendrada pelos paradoxos do tempo em direção àquela em que/ao contrário, reina a confiança no poder do poeta e do poema de fazer triunfar a ordem sobre a desordem (RICOEUR, 1994, p. 16, grifo do autor).

Com base nessas obras, Ricoeur (1994) utilizará o triplo presente⁹ inscrito na teoria fenomenológica de Santo Agostinho, aliado à teoria da intriga de Aristóteles, para entender a relação que se dá entre tempo e narrativa. Dessa forma, Ricoeur (1994) procura provar que entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal há uma necessidade de correlação. Nas palavras do autor: “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Para isso, o autor desenvolve sua própria teoria a respeito do círculo narrativo a partir do que chama de *tríplice mimese*.

Ricoeur (1994) afirma que o círculo hermenêutico da narratividade e da temporalidade passa por um processo em forma de espiral que não tem fim. Ele considera que há três operações miméticas que configuram a narrativa e permitem a interação entre os humanos e o mundo que existe pré-narrativa, onde são produzidos os acontecimentos. Essas três operações são chamadas de *mimese I*, *mimese II* e *mimese III*. A *mimese I* corresponde ao que existe na sociedade em um mundo pré-figurado. De acordo com Ricoeur (1994, p. 91), “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada”. Para o autor, estas articulações simbólicas estão presentes no campo da

⁹ Ricoeur (1994) explica que, para Santo Agostinho, existem três diferentes modos de tempo: presente das coisas passadas (relacionado à memória), presente das coisas presentes (relacionado à intenção) e presente das coisas futuras (relacionado à espera).

ação e carregam consigo “caracteres temporais”, onde acabam criando e mostrando a necessidade de a ação ser transformada em uma história narrada. É chamado de mundo “pré-figurado” pois essa ação ainda não passou pela mediação necessária através da tessitura da intriga, a fim de ser, então, transformada em narrativa:

Um sistema simbólico fornece, assim, um *contexto de descrição para* ações particulares. Em outros termos, é em “função de...” tal convenção simbólica que podemos interpretar tal gesto *como* significando isto ou aquilo: o próprio gesto de levantar o braço pode, segundo o contexto, ser compreendido *como* maneira de saudar, de chamar um táxi, ou de votar. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos da ação (RICOEUR, 1994, p. 93, grifo do autor).

Dessa forma, o simbólico fornece à ação uma primeira legibilidade com base em suas regras e normas da significação, a partir das quais se pode interpretar aquela situação. Ricoeur (1994) acrescenta que, em função dessas normas, as ações podem ser julgadas de acordo com níveis de preferência moral e, assim, são atribuídas a valores relativos. Como consequência, algumas ações possuem maior ou menor valor segundo o julgamento de cada indivíduo. Esses graus de valor também podem ser designados a agentes, que determinariam os bons, os melhores ou os seus respectivos opostos.

Em sequência, a *mimese* II tem a função mediadora e é nela que ocorre a tessitura da intriga. Segundo Ricoeur (1994), a intriga exerce função de integração e, “nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar fora desse próprio campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ousar dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais” (RICOEUR, 1994, p. 102-103). A intriga, assim, ocupa esta posição intermediária no círculo hermenêutico, por executar a função de mediação e transformar acontecimentos ou incidentes individuais em (ou, ainda segundo o autor, extraí-los de) uma história narrada:

[...] quanto a isso, pode-se dizer equivalentemente que ela extrai uma história sensata *de* —uma pluralidade de acontecimentos ou de incidentes (os *pragmata* de Aristóteles); ou que transforma os acontecimentos ou incidentes *em* — uma história. As duas relações recíprocas expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada (RICOEUR, 1994, p. 103, grifo do autor).

Tem-se, pois, que o acontecimento deve ser tido como algo maior que uma simples ocorrência singular, pois contribui para o desenvolvimento da intriga. Já a história precisa ir além da enumeração de eventos e deve ser organizada de forma

inteligível. Assim, o autor conclui que “a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão, uma configuração” (RICOEUR, 1994, p. 103). Leandro Lage (2013a) complementa que a intriga surge como uma mediação entre acontecimentos que, de fato, produzem uma experiência e histórias contadas, pois ela

[...] opera uma síntese do heterogêneo, compondo juntos agentes, circunstâncias, interações, consequências etc.; conjugando acontecimentos em relação a outros. É mediadora, ainda, porque substitui o tempo da ocorrência do acontecimento, um tempo sucessivo e cronológico, pelo tempo da narrativa, um tempo configurado. Sem este arranjo, por meio da compreensão narrativa que o torna inteligível, o acontecimento permaneceria insignificante, como se estivesse à deriva (LAGE, 2013a, p. 230).

Desse modo, a *mimese* II mostra-se essencial para transformar a experiência produzida, a partir do acontecimento, em uma história contada, uma narrativa. E essa compreensão narrativa é o que dá significância para o acontecimento.

Por fim, a *mimese* III é o ato de configuração e refiguração realizado pelo leitor; corresponde à passagem da *mimese* I e *mimese* II, isto é, quando o texto se encontra com as referências do mundo. Ao dissertar sobre a *mimese* III, Ricoeur (1994) explica a função que a leitura tem de acompanhar a configuração da narrativa e de capacitá-la a seguir um percurso: “seguir uma história é atualizá-la na leitura” (RICOEUR, 1994, p. 117-118). A partir disso, o autor diz que podemos encarar a tessitura da intriga como “um ato de juízo e da imaginação produtora”, e este ato nada mais é do que a “obra conjunta do texto e de seu leitor” (RICOEUR, 1994, p. 118), uma união entre o sentido e quem sente.

Mais adiante, Ricoeur (1994) explica que a linguagem não é considerada um mundo à parte. Isso acontece pois os indivíduos se encontram em um mundo e são afetados por ocorrências que os fazem querer ancorar-se e orientar-se através da compreensão e da interpretação, podendo, então, viver uma experiência que despertará a necessidade de dizer algo. E, assim, encontram-se com a linguagem e a partilha. Quanto a isso, o autor acredita que

o que um leitor recebe é não somente o sentido da obra mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si (RICOEUR, 1994, p. 120).

Como foi visto, em suma, a tessitura da intriga transforma os acontecimentos em uma história. Assim, neste processo de construção da narrativa, em que há transformação e refiguração daquilo que está pré-figurado na sociedade, é o ato de narrar que configura os fatos e os torna identificáveis.

Adicionalmente, Quéré (2012) aponta que, antes de ser narrado, o acontecimento é considerado apenas uma mudança existencial. São apenas as transformações no mundo. Ele se torna, de fato, um acontecimento a partir do momento em que um observador nota sua saliência e passa a determinar um começo e um fim para aquela ocorrência. Por isso, pode-se considerar o acontecimento como um conceito teleológico, uma vez que se pode determinar e identificar sua finalidade, meta ou objetivo em seu entorno.

A partir disso, Quéré (2012) aponta que existem dois tipos distintos de acontecimento: os existenciais e os objetos. O autor descreve os acontecimentos existenciais como “mudanças contingentes que se produzem concretamente no nosso entorno” (QUÉRÉ, 2012, p. 24). Tais mudanças são alterações e emergências que surgem espontaneamente e possuem uma “força brutal” que, segundo o autor, são “abordadas pela experiência direta” (QUÉRÉ, 2012, p. 24), e o indivíduo, obrigatoriamente submetido a elas, precisará apenas se adaptar. Para Quéré (2012, p. 24), “trata-se, então, de reações espontâneas, baseadas nos hábitos, na percepção direta e na emoção. Em regime de experiência imediata, elas não estão isoladas do entorno, nem observadas por si mesmas, ou seja, não constituídas como objetos a conhecer”.

Já os acontecimentos-objeto estão diretamente relacionados ao pensamento, à consciência, ao discurso, à investigação e ao julgamento. Eles podem ser considerados como objetos de análise que o indivíduo usa para melhor compreendê-los e interpretá-los. O autor dedica atenção a eles, para obter uma definição mais aprofundada a respeito de seu conteúdo, identidade, alcance e significação, e defende que “o acontecimento advém no presente; é uma emergência. Seu vir a ser é que lhe confere sua identidade e singularidade” (QUÉRÉ, 2012, p. 25). Assim, a partir da linguagem, pode-se reconhecer a identidade do acontecimento. Quéré (2012, p. 24) afirma que “estamos conscientes de objetos e, mais precisamente, de objetos de pensamento ou de objetos de pensamento ou de objetos com significados. Esse é o caso da maioria dos acontecimentos fisgados pela comunicação”. O pesquisador explica que a maior distinção entre as duas formas de acontecimento é o grau de simbolização. Os acontecimentos existenciais só poderão ser analisados e julgados quando se transformarem em acontecimentos-objetos. Quanto a

isso, Quéré (2012) aponta que os indivíduos constantemente estão a converter acontecimentos existenciais em acontecimentos-objetos, uma vez que essas duas formas coexistem em suas experiências. Tal conversão provoca efeitos práticos, “de maneira capaz de intervir no curso dos acontecimentos, a atenuar seu impacto e domesticá-los um pouco (QUÉRÉ, 1994, p. 24-25). Ou seja, o acontecimento deixa de ser apenas uma mudança existencial a partir do momento que salienta suas características simbólicas e identitárias aos olhos de um observador cujo interesse é despertado. A partir disso,

[...] o acontecimento ganha, por conseguinte, novos modos de operação e novas características. Ele se torna não só um objeto e uma fonte de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada. Com efeito, servimo-nos desse tipo de objeto cognitivo-discursivo para intervir no curso dos acontecimentos, a fim de canalizá-lo ou atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos-objetos tornam-se, assim, agentes da história que se faz (QUÉRÉ, 2012, p. 31).

O autor aponta que a comunicação permite uma atenuação do impacto dos acontecimentos ao transformá-los em objetos de julgamento, aos quais, após investigação e apreensão de conhecimento, os indivíduos atribuirão valores. Assim, “podemos apreender as condições e consequências desses julgamentos – ao mesmo tempo, o que os havia condicionado ou provocado e, sobretudo, suas consequências possíveis ou prováveis no âmbito de interações diversas e variadas” (QUÉRÉ, 2012, p. 31).

Entretanto, Quéré (2012) afirma ser necessária uma distância temporal para obter a compreensão plena do que se passou, “a testemunha direta de um acontecimento não é a pessoa mais idônea para compreendê-lo e, deste modo, a informação imediata pode ser transmitida sem discernimento” (QUÉRÉ, 2012, p. 25-26). A partir disso, o autor inicia uma reflexão sobre a temporalidade do acontecimento, considerando que, quando algo se transforma em história narrada, é apreendido enquanto passado; assim, ele passa a deixar o domínio da existência e pertencer ao domínio das ideias, sendo um “objeto a identificar, compreender, explicar e avaliar” (QUÉRÉ, 2012, p. 26). Dessa maneira, sua “realidade” já mora no passado e o que resta é a tentativa de compreensão de suas causas, consequências, finalidades e significações. Dessa maneira,

[...] somos levados a pensar não só no acontecimento como o que se produz, mas também que, uma vez transcorrido, ele está encerrado e é irrevogável: se ocorreu, ocorreu. Teria sido possível que não tivesse acontecido, que tivesse sido diferente ou tivesse consequências diferentes, mas uma vez que ocorreu, já não podemos modificá-lo. Isso é verdade, mas é apenas um aspecto das coisas. O passado não é assim tão absoluto quanto o supõe essa maneira de pensar simplesmente porque ele tem a ver com a ideiação. Ele é sempre o passado de um presente experiencial, principalmente o passado dos acontecimentos que emergem neste presente (QUÉRÉ, 2012, p. 27).

Com isso, o autor aponta que há uma modificação do passado à medida que as causas do acontecimento são questionadas, que existem novas descobertas e detalhes após uma investigação e, também, que se estrutura uma predição das possibilidades futuras graças às potencialidades e consequências do acontecimento. Desse modo, também pode haver uma tentativa de controle de sua reparaçãõ:

[...] o motivo pelo qual o significado de um acontecimento transcorrido está sempre em curso de desenvolvimento e reside no futuro: seria possível, por exemplo, mostrar como a catástrofe nuclear de Fukushima, no Japão, revelou novos aspectos dos acidentes de Chernobyl ou de Three Mile Island (QUÉRÉ, 2012, p. 27).

Pode-se utilizar o livro “A república das milícias” de Bruno Paes Manso (2020), parte do objeto de pesquisa, como exemplo desta dinâmica de acontecimento e tempo. O segundo capítulo do livro chama-se “Os elos entre o passado e o futuro”. Nele, Manso (2020) estabelece conexões entre acontecimentos que ocorreram nos anos 2000 e acontecimentos que surgiram dentro dos últimos três anos, envolvendo agentes como Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz e Adriano da Nóbrega. A partir disso, ele mostra como estes antigos acontecimentos se modificaram e ganharam novos destaques e sentidos após os acontecimentos posteriores. Assim, tornam-se elementos-chave para a investigação de eventos atuais que envolvem esses mesmos agentes, os quais produzem acontecimentos históricos, dada a relevância deste entorno. Ao considerar-se este exemplo, é possível concordar com o olhar para o acontecimento que a pesquisadora França (2012) traz, a partir também da leitura de Louis Quéré: “ao desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (FRANÇA, 2012, p. 47). Além disso, a pesquisadora afirma que encarar o acontecimento como uma ocorrência desencadeadora de sentidos com um poder hermenêutico “nos possibilita ver mais que discursos: permite perceber os discursos

dando forma, configurando, organizando sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções” (FRANÇA, 2012, p. 46).

Dessa forma, o acontecimento possibilita levantar dúvidas, indagações, provocar ações, mudar hábitos. França (2012) explica que há acontecimentos de duas ordens: naturais ou sociais. Ambos podem ser espontâneos ou provocados, “podem aparecer de forma súbita ou serem previstos, programados, mas, mesmo assim, constituírem um acontecimento” (FRANÇA, 2012, p. 47). A autora diz que, no caso dos acontecimentos sociais provocados, é possível identificar um ou mais “agentes desencadeadores”, que podem ser grupos sociais, o governo ou outras instituições. Além disso, os “acontecimentos definitivamente não são unilaterais [...] e nenhum agente detém o poder de definir completamente a afetação do outro” (FRANÇA, 2012, p. 47). A partir do acontecimento, podemos perceber rupturas dos enquadramentos sociais e mapear possibilidades e sentidos desencadeados. Na visão da autora, ele “anuncia o *novo*” (FRANÇA, 2012, p. 50, grifo da autora) e permitem que a sociedade reorganize a hierarquia dos enquadramentos, proponha mudanças, provoque embates, descortine níveis que estavam velados, costurem novos horizontes no tecido social: “eles não apenas nos fazem falar; eles colocam questões, revelam aspectos, abrem possibilidades” (FRANÇA, 2012, p. 48). Essa reorganização de quadros é importante para a construção da memória coletiva, por reconhecer níveis que antes não pareciam visíveis:

Nós percebemos as coisas ao nosso redor organizando o percebido em quadros, compondo conjuntos reconhecíveis, eles nos lembram. A maneira como os organizamos, e como esses quadros são compostos e hierarquizados, tem a ver com nossa experiência pregressa, com nossos níveis de aprendizado (capacidade de cognição) - estes também estruturados hierarquicamente. Tais quadros, no entanto, não são construções individuais, mas resultados de nossa inserção na cultura (FRANÇA, 2012, p. 48).

Essa reorganização dos quadros interfere na convivência de indivíduos e grupos, uma vez que a partilha e a identificação de quadros entre diferentes culturas, as trocas e interações, geram “conflitos, constrangimentos e ruptura” (FRANÇA, 2012, p. 48). Ao considerar o acontecimento, então, como um momento de ruptura e de renovação de sentidos e significados, a autora diz que esse conceito, além de ser descritivo, é também problematizador:

[...] *o acontecimento é gerador de informações, perturbador dos quadros.* [...] para além da desorganização que ele provoca, também pela reorganização, pela modificação de quadros de sentido, pelo estabelecimento de novos níveis de aprendizado – por um outro patamar de experiência (FRANÇA, 2012, p. 49, grifo da autora).

Assim, ela conclui que o acontecimento nasce para renovar sobretudo a forma de pensar da sociedade. Ao narrar um acontecimento, é possível descrever uma experiência e romper com enquadramentos, gerando outros novos a partir da reverberação desta narrativa. Isso produz novos sentidos e permite novos olhares da sociedade para a sociedade. No tópico seguinte será explorada a potência que as narrativas jornalísticas possuem no tecido social, considerando, principalmente, esta ampliação da prática jornalística por meio dos testemunhos trazidos em livros jornalísticos.

2.2 Os acontecimentos jornalísticos e suas narrativas

O jornalista, além de investigar e produzir novos sentidos, tem o objetivo de ser um observador do cotidiano, que utiliza a sua escrita como mediação entre os acontecimentos jornalísticos e os leitores. É importante ter em mente que as narrativas jornalísticas não têm como compromisso reconstruir os acontecimentos exatamente como ocorreram, pois sua natureza irrecuperável mingua a possibilidade de tal reconstrução. De acordo com o olhar de Quéré (2012), não é possível reconstruí-lo tal como ele ocorreu e

[...] mesmo que tal reconstrução fosse possível, ela de nada serviria. Outra coisa tomou o lugar desse presente existencial desaparecido: um objeto mental [...] constituído por ideias e imagens com as quais o indivíduo entra em relação de uma forma semelhante àquela com que lida com os objetos concretos de seu entorno (QUÉRÉ, 2012, p. 28).

Para Quéré (2012), a realidade do acontecimento está no passado e é irrecuperável. Ele ainda acrescenta que “os acontecimentos-objetos são substitutos ideacionais e discursivos de acontecimentos existenciais; eles não podem restituir a qualidade e o impacto existenciais destes últimos, tais como duas características poderiam ter “sido experimentadas” (QUÉRÉ, 2012, p. 38). Assim, a transformação do acontecimento existencial em objeto apenas constitui uma reconstrução, porém, a experiência vivida nunca poderá ser repetida.

Dentro do jornalismo, Bruno Souza Leal (2013) defende que é necessário olhar para as narrativas não apenas como modalidade textual, mas como um modo de dar sentido à vida e apreender o mundo. As narrativas serviriam para conectar pessoas, sentimentos, desejos, eventos do passado, expectativas futuras em diferentes relações causais, para que possam ser "apreciados, organizados, experimentados, comunicados" (LEAL, 2013, p. 29). Para Leal, precisamos encarar o jornalismo como mais um modo de conformar narrativas. Em sua visão,

[...] narrar é sempre produzir uma nova experiência, pois a narrativa traz sempre, como diz Paul Ricoeur [...], uma "inovação semântica", pela sua própria capacidade de dar ordem ao caos. Mais que espelho de uma experiência, mais que um veículo para o saber, a narrativa produz outros conhecimentos e outras vivências e essa circulação é infinita. Quando narramos contamos sempre *outra* história, não só porque cada contexto é único, como também porque os interlocutores se diferenciam e a organização que narrativamente geramos traz nem que seja sutis diferenças (LEAL, 2013, p. 32).

Dessa forma, o autor apresenta a possibilidade de que as narrativas jornalísticas possuam um traço de ficcionalidade inerente. Os profissionais do jornalismo precisam da ficcionalização da narrativa para ilustrar, representar e apresentar o acontecimento ao seu receptor, com o intuito de que, assim, ele possa imaginar a situação daquele relato. Essa capacidade imaginativa do receptor é fundamental dentro da *mimese* III de Ricoeur (1994). É só a partir desta interpretação que se dá a refiguração do acontecimento na vida social. Nesse processo, acontece a "hermenêutica em si": o receptor utiliza códigos, símbolos e normas sobre os quais tem conhecimento, para interpretar aquela narrativa e avaliá-la de acordo com suas próprias crenças. Leal (2013) acrescenta que este "olhar narrativizante" dos acontecimentos sociais resulta na dinâmica da tríplice *mimeses* de Ricoeur e, também, na inserção das narrativas numa perspectiva pragmático-antropológica que possibilita que o sujeito "seja ao mesmo tempo gerador, leitor e parte das histórias do mundo" (LEAL, 2013, p. 41).

Lage (2013a) sugere que as narrativas permitem que experienciemos as histórias que nos são contadas, pois a correlação que existe entre a narração e o acontecimento vai além da composição de intrigas. Para ele,

[...] a correlação entre compreensão narrativa e acontecimento está para além da operação de compor intrigas. Afirmar, na esteira de Ricoeur, que a configuração dos acontecimentos em intrigas provê uma forma de experimentá-los ganha importância quando pensamos que a maior parte dos acontecimentos que intervêm na experiência social é vivenciada, em nosso cotidiano, por meio de histórias contadas pela mídia. O acontecimento ganha definição a partir de sua inscrição na intriga porque esta faz mediação entre uma experiência prefigurada e uma experiência refigurada, portanto, entre um antes e um depois da composição poética (LAGE, 2013a, p. 233).

O autor compreende, portanto, que, quando o sujeito procura compreender seu entorno a partir de uma leitura, ao interpretá-la, ele se permite ser afetado por essa narrativa. Isso mostra que a dimensão estética é implicada numa “poética dos acontecimentos” e

[...] negar essa dimensão é reforçar a ideia, que encontra fundamentação numa linguística dura, segundo a qual há um dentro e um fora dos textos, remetendo-nos à premissa de teor positivista de que os fenômenos da realidade são aqui que é empiricamente observado e metodologicamente comprovado. A intersecção de horizontes, em termos ricoeurianos, leva-nos a romper a divisão rigorosa entre o narrar e o viver, deixando margem para entendermos, hermeneuticamente, a vida como o que é aberto à narração, e as narrativas como parte integrante do viver (LAGE, 2013a, p. 234).

Ao deixar afetar-se pela narrativa, o sujeito abre portas para compreender melhor sobre o mundo e sobre si. Mas Lage (2013a) aponta que nunca se deve sobrepor o valor da refiguração ao da configuração, pois, mesmo com a importância da partilha, nenhuma dessas afetações seriam possíveis sem o trabalho do narrador:

[...] como o próprio Ricoeur nos alerta, na esteira da estética da recepção, “o que é experimentado pelo espectador deve ser primeiro ser construído na obra” (RICOEUR, 2010a: 89). De outro modo, situados contra a imanentização dos sentidos, devemos nos precaver para não advogar em favor da excessiva autonomia semântica da leitura em relação à obra (LAGE, 2013a, p. 238).

Em sua obra “Tempo e narrativa”, Ricoeur (1994) trabalha seu projeto hermenêutico com foco na historiografia e interlocução com a teoria literária e com a fenomenologia. Entretanto, segundo Lage (2013a), podemos transpor sua teoria para o campo da comunicação e do jornalismo, pois, de acordo com Ricoeur, o momento no qual o acontecimento é qualificado como histórico ou jornalístico é a configuração, ou seja, quando o profissional da área o compreende e o escreve dessa forma. O “acontecimento, portanto, não é histórico – ou jornalístico – *em si*. É, na realidade, configurado enquanto tal” (LAGE, 2013a, p. 231).

Assim, para a produção de narrativas jornalísticas, também há a necessidade do olhar observador acerca do acontecimento jornalístico do entorno. Elton Antunes (2008) afirma que o jornalista é este observador interno à vida cotidiana. Segundo ele, o profissional é sempre um interpretante que constrói o chamado "vida-relato", que não é apenas um relato sobre algo, é "ao mesmo tempo um enunciado narrativo e uma enunciação narrativa, o tempo contado e o tempo de contar se confundem. O jornal vive então como personagem e narrador" (ANTUNES, 2008, p. 19).

O acontecimento jornalístico, de acordo com Antunes (2008), não pode ser definido somente por um movimento de descontinuidade; ele não marca uma ruptura, mas um *ponto rítmico* na temporalidade cotidiana. O autor explica: a "periodicidade, a fixação da atualidade em um presente da enunciação, a urgência como publicação imediata de uma apuração recente, são todos aspectos da temporalidade social marcados por essa ritmização no âmbito da notícia" (ANTUNES, 2008, p. 6).

Dessa forma, o jornalismo, ao longo dos anos, consolidou-se e popularizou-se através de uma noção de urgência e atualidade. Nesta concepção, as informações viajam num fluxo temporal e estabelecem uma ideia única do que é o presente. Para Antunes (2007, p. 27), o "“presentismo” teria raízes em um fenômeno de percepção difusa da diminuição do sentido histórico em favor de um horizonte restrito somente ao presente". O pesquisador ainda acrescenta sua hipótese de que esta manifestação do presentismo indica uma falta de competência em distinguir e estabelecer critérios para relacionar a temporalidade ao relato jornalístico. De acordo com o pesquisador,

ao invés de operar como um critério que ao mesmo tempo permite selecionar e singularizar elementos relevantes dos fatos relatados, a temporalidade é tomada como um mero dispositivo de ativação da atualidade da notícia pela sua equivalência com o presente histórico" (ANTUNES, 2008, p. 27).

Entretanto, esta perspectiva de atualidade produzida pelos textos jornalísticos leva a crer que há uma temporalidade social sincrônica. Isso gera a impressão de que existe uma fabricação contínua da atualidade e, dessa forma, a atualização do tempo presente se daria a partir do acontecimento jornalístico.

Importante considerar que há uma hierarquização na escolha dos acontecimentos, na qual os agentes especializados, no caso os jornalistas, numa tarefa interpretativa, acolhem alguns acontecimentos e desprezam outros. Antunes (2007) conceitua, então, o acontecimento jornalístico como uma intersecção entre o olhar que

apresenta a informação e o que recebe e, assim, neste contexto de sua emergência, ele busca explicar um sentido. O autor acrescenta que, no entanto, não devemos considerar que nesta troca de olhares não haja diferentes formas de interpretação e possibilidades. Segundo ele,

[...] essa construção de um acontecimento interpretado não deve ser, entretanto, confundida com uma suposta incapacidade do relato noticioso de permitir que o fato jornalístico também se abra para possibilidades variadas de inteligibilidade, que seja inovador ou perturbador em relação a uma situação dada. Reduzir a indeterminação do acontecimento não significa estabelecer uma única determinação como muitas vezes parece querer um modelo de jornalismo atualmente dominante (ANTUNES, 2007, p. 31).

Desse modo, Antunes (2007) mobiliza a teoria de Patrick Charaudeau sobre o processo de emergência dos acontecimentos, chamado de *evenemencial*, que consiste em uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e interpretação da informação. O autor explica que a informação midiática tem o objetivo de absorver o que vem da esfera pública e eleger eventos a serem noticiados de acordo com seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. De acordo com Antunes,

[...] a noção de atualidade “evenemencial”, para o autor, é central no seu entendimento de contrato de comunicação midiático: ela visa responder à questão “o que se passa nesse momento?”, determinando assim as escolhas temáticas dos assuntos objeto de atenção do discurso jornalístico. A atenção à atualidade irá conferir à informação jornalística sua natureza ao mesmo tempo efêmera e a-histórica. Tal condição, a chamada “obsessão do presente”, explicaria as dificuldades do discurso jornalístico em lidar com o passado e imaginar o futuro (ANTUNES, 2007, p. 34).

A partir disso, pode-se entender que a notícia, então, não é uma retrospectiva de acontecimentos históricos. Para o autor, ela apenas orienta a cotemporalidade que ela mesma cria entre o acontecimento e sua circulação sem privá-los, mas conduzindo-os por "linhas de fuga que figuram representações do passado e futuro" (ANTUNES, 2007, p. 35). No caso da reportagem, a temporalidade pode ser ampliada, considerando a liberdade do profissional e o tempo que ele pode dedicar-se à produção.

Seguindo os conceitos mobilizados, pode-se entender que o jornalista tem como papel observar a vida cotidiana e perceber acontecimentos que salientam sua atenção devido à sua própria identidade e, também, às normas e signos presentes na pré-concepção que o profissional tem daquela situação. A partir disso, ele iniciará seu trabalho, transformando sua experiência em um material compartilhável através da

linguagem e da investigação. Assim, ele devolve ao mundo da ação sua interpretação e julgamento acerca do acontecimento. Os receptores, por sua vez, vão interpretar seu texto, de acordo com seus simbolismos sociais, dando continuidade ao círculo da hermenêutica dentro da espiral infinita da relação entre narratividade e temporalidade. Entretanto, esse processo de configuração subjetiva dos acontecimentos só poderá ser plenamente atendido caso o profissional tenha liberdade para tal. Dependendo do veículo em que está empregado, pode ser que suas produções tenham como base interesses mercadológicos que cerceiam a liberdade textual do profissional e o fazem escrever de acordo com o olhar que o seu editor determinará.

A riqueza desta capacidade dialógica está na exposição de seu olhar para o mundo através da sua escrita, onde o jornalista possibilita que os leitores compreendam seu entendimento da situação e concordem ou discordem de sua visão. Por isso, é importante que se repense o jornalismo de referência constituído a partir de princípios positivo-funcionalistas, pois, nele, torna-se mais difícil que o profissional faça esse movimento de afeto, tanto diante de sua própria experiência ao construir a notícia quanto de uma troca com seus leitores. Quanto ao processo de hermenêutica dentro de uma perspectiva relacional do jornalismo, o pesquisador Fernando Resende (2009, p. 40) considera que

[...] repensar o ato jornalístico, portanto, implica conceber, nele, a coexistência de atores, tanto os que o provocam como os que são por ele provocados; um processo, por excelência, relacional. Esse pressuposto ressignifica a atitude dos sujeitos que participam do ato, percebendo-os no encaixe de uma expectativa de compreensão — bem sucedida ou não — sem abrir mão da heterogeneidade na qual eles se inscrevem. O jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos.

Sobre o fazer jornalístico, Resende (2005) explica que o campo dos media, ao mesmo tempo que se faz autônomo, faz-se dependente, porque cria e recria práticas sociais discursivas sobre e para a sociedade. Além disso, este campo, ao narrar experiências e modos de vida, provoca releituras sobre elas de forma subjetiva e objetiva, às vezes de forma tão imperativa que podem assumir o lugar de onde pessoas retiram o que sabem e se dispõem a entender e absorver acerca da vida e do cotidiano. Entretanto, Resende (2005) alerta que o jornalismo, realmente, quando burocratizado

por fundamentações epistemológicas do discurso jornalístico e, também, ao trazer produções pouco atentas às práticas cotidianas e culturais contemporâneas, pode tornar-se limitado e limitador. Desse modo, o jornalismo destes grandes veículos pode tentar mascarar a impossibilidade da imparcialidade e interpretação pessoal do profissional dos acontecimentos jornalísticos.

O paradigma relacional no jornalismo é essencial ao considerar, também, a experiência do jornalista e sua importância no papel de construção de novos significados no mundo. Marta Regina Maia e Michele da Silva Tavares (2017) afirmam que o jornalismo traz sua contribuição para a interação social ao operar com a produção de sentido e do imaginário social, apesar da disputa semântica acionada pela ampliação de modelos e referências simbólicas que são geradas no interior da sociedade. A reflexão dessas narrativas se mostra essencial para entender o *modus operandi* do campo que cotidianamente produz sentidos sobre passado, presente e futuro (MAIA, TAVARES, 2017). Para as pesquisadoras,

[...] os textos jornalísticos relatam acontecimentos em âmbito factual, mas também contam e remontam histórias que transpassam a linearidade cronológica do olhar temporal ao qual estamos condicionados, utilizando enunciados, imagens, cores, sons, entre tantos outros recursos verbais, visuais e sonoros, por meio de relações de temporalidade (MAIA, TAVARES, 2017, p, 79).

Desse modo, é importante refletir sobre tempo e memória dentro de contextos históricos que o jornalismo ajuda a construir, percebendo como as suas narrativas auxiliam na tentativa de criação de diferentes símbolos e significados sociais. Assim, as autoras afirmam que, por intermédio dos meios de comunicação em que as notícias são veiculadas, há o surgimento de um registro documental que faz o jornalismo atuar como este agente de memória, seja ela individual ou coletiva.

Quanto a isso, as pesquisadoras afirmam ainda que a memória individual se encontra no quadro de vida pessoal, são lembranças comuns sobre diversos aspectos que são de interesse próprio e, para evocá-las, é preciso fazer apelo às lembranças dos outros, conectando-se a referências externas determinadas pela sociedade. Já a memória coletiva é recuperada (não integralmente) por anotações históricas demarcadas por um tempo social e compartilhadas socialmente, podendo ser, pois, evocada por grupos. As autoras acrescentam que “em linhas gerais, o jornalismo precisa do trabalho de memória para contextualizar o recontar de eventos públicos, ao passo que a memória precisa do

jornalismo para fornecer um ‘rascunho público’ dos acontecimentos” (MAIA, TAVARES, 2017, p. 82).

A partir dessa reflexão, é possível compreender que Bruno Paes Manso e Patrícia Campos Mello analisam os acontecimentos e eventos da atualidade, dentro do contexto político brasileiro, com base em suas experiências como jornalistas. Eles utilizam suas narrativas para configurar essa experiência que se deu a partir da busca de dados, testemunhos ou por eventos que vivenciaram. É a partir dessa configuração que um leque de possibilidades de sentidos se abre e seus leitores passam a gerar formas de pensar e ver o mundo. Além disso, o contato com estes acontecimentos relatados pode iniciar conflitos e rupturas de enquadramentos, o que permite que novos acontecimentos possam nascer. Para entender as narrativas no contexto atual brasileiro, no tópico seguinte, haverá uma contextualização da política brasileira atual em diálogo com conceitos de violência e de mal, além da reflexão sobre como os livros jornalísticos atuam nessa realidade.

2.3 A violência e o mal na Era Bolsonaro

Neste tópico, será explorada a relação entre o contexto político atual no Brasil e a importância dos livros jornalísticos. A contextualização feita a seguir contará com relatos, reportagens, *podcasts* e livros que abordam a ascensão e as particularidades do governo Bolsonaro no Brasil. Sendo assim, serão apresentados fatos, com o foco principal no ano eleitoral de 2018, e alguns acontecimentos posteriores, a partir do olhar de diferentes jornalistas e pesquisadores. O propósito é refletir sobre os acontecimentos deste período relacionando-os com a violência e o mal, bem como entender a potência e a importância dos livros jornalísticos, e da ampliação da prática profissional, os quais são instrumentos de resistência e luta contra o mal e a violência vigentes..

Em 2018, o Brasil vivenciou um inesquecível ano de turbulência no cenário político nacional, como já citado na introdução deste trabalho. No início daquele ano, a então vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, foi assassinada pela milícia da cidade e, até o momento da escrita deste texto, não há respostas sobre o mandante do crime. Também durante aquele ano, houve a prisão do principal candidato adversário de Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva. Mais tarde, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, reconheceu publicamente, após um longo discurso, que Lula havia sofrido diversos abusos de poder e que, claramente, a decisão do então juiz

Sérgio Moro não poderia ter sido imparcial. O STF, então, absolve Lula de todos os crimes pelos quais havia sido condenado injustamente no caso do Triplex do Guarujá e determina a suspeição de Sérgio Moro, decisão esta que ficou ainda mais fundamentada quando Moro assumiu o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro em 2019. E, por fim, houve a eleição de Jair Bolsonaro, candidato que, ao longo de toda sua campanha e de sua vida pública, propagou discursos ofensivos¹⁰, racistas, misóginos, LGBTfóbicos e elitistas.

Assim que assumiu, muitos retrocessos e perdas têm sido vivenciados pelos brasileiros, como ataques ao meio ambiente, à cultura e à imprensa¹¹. Desde que a pandemia de Covid-19 assombrou o país e o mundo, o presidente vem trabalhando de forma contrária a tudo o que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pela ciência¹². É possível dizer que os altos índices de vítimas da pandemia têm relação com a negligência do governo e do negacionismo propagado através de discursos que minimizam a doença e sabotam medidas sanitárias de controle do vírus, as quais não são apenas essenciais, mas também a única forma comprovada cientificamente de salvação e redução de danos.

Desde a ascensão de Bolsonaro, surgiram inúmeras produções culturais que procuram entender, explicar e traçar soluções para o futuro. A revista piauí junto à Rádio Novelo produziram uma série documental em formato de *podcast* chamada “Retrato narrado”. Nele, a repórter Carol Pires faz um panorama sobre a Era Bolsonaro e recupera acontecimentos desde a infância do presidente até os últimos anos, para refletir com profundidade sobre a construção de sua identidade. No quarto episódio da série, intitulado “A construção do mito”, há uma pequena introdução de como estava o governo de Dilma Rousseff (PT) em 2015, pouco depois de ser reeleita e, também, o

¹⁰ Conferir a seguir reportagem que selecionou diversas falas preconceituosas de Jair Bolsonaro nos últimos anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2022.

¹¹ Conferir ataques ao meio ambiente na matéria a seguir. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/09/21/bolsonaro-tem-records-de-destruicao-do-meio-ambiente-mas-usa-dados-para-enaltecer-seu-governo-entenda.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022. Sobre a liberação de agrotóxicos, ver reportagem a seguir. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/liberacao-de-agrotoxicos-bateu-novo-recorde-em-2020-no-5o-ano-de-alta/>. Acesso em: 10 jan. 2022. Sobre ataques à cultura, ver reportagem a seguir. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>. Acesso em: 10 jan. 2022. Sobre ataques à imprensa, ver reportagem a seguir. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-aumentam-74-em-2021/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹² *Link* sobre condução da pandemia de Covid-19 pelo presidente Bolsonaro: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ano que marcaria o início de seu processo de afastamento, ou, nas próprias palavras de seu sucessor, Michel Temer (MDB), de um golpe de estado¹³. A narrativa conduz o ouvinte pelas dificuldades enfrentadas pela então presidente, mas, depois, retrocede um ano e rememora um dos momentos em que Jair Bolsonaro começa a ganhar destaque no mundo digital, logo que a petista é reeleita. O vídeo que a jornalista relembra é uma gravação de uma discussão entre Bolsonaro e a então deputada Maria do Rosário (PT). A briga aconteceu em 2003, mas ganhou grande visibilidade 11 anos depois. Este mesmo vídeo foi editado e a fala do atual presidente que mais ganha destaque, como uma suposta gloriosa "volta por cima", é quando ele diz que a deputada não merecia ser estuprada por ele porque ela era feia. Nesta época, o vídeo, que foi postado em uma página de um apoiador do político, viralizou e rendeu muitas curtidas, compartilhamentos e comentários. A fala do então deputado, explicitamente misógina e sexista, foi vista como uma resposta digna de aplausos por milhares de brasileiros. E este era só o início do crescimento de Jair Bolsonaro nas mídias. Além desse vídeo, outros em que agride congressistas de esquerda, como Randolfe Rodrigues, que, na época, era filiado ao PSOL e Benedita da Silva (PT), começam a ser reconhecidos popularmente na internet como "mitadas", as quais para os apoiadores soavam como boas "voltas por cima" do então deputado e geraram grande atenção de comunicadores televisivos. O político foi chamado para diversas entrevistas em programas como CQC, Super Pop, Programa do Ratinho, The Noite e Programa Raul Gil, que levaram o mito da internet para as telas de televisão em rede nacional. Nessas entrevistas, falas sexistas, racistas e homofóbicas são reproduzidas e retornam para a internet, rendendo, a cada dia, mais seguidores para Jair Bolsonaro.

Carol Pires continua seu trajeto expondo que, concomitante a isso, o segundo filho do político, Carlos Bolsonaro, que fazia parte do PP neste período e depois se filiou ao PSC, já começava a trabalhar a imagem do pai na internet. Em um fragmento de áudio trazido pela jornalista, Carlos conta que, naquela época, ao digitar o nome do pai na barra de busca do Google, todos os resultados, segundo ele, eram negativos. Ele, então, cria um *blog* para melhorar estes resultados, em sua perspectiva, e começa a gerar conteúdos nas redes sociais do pai. Nesta mesma época, Carlos também inicia contatos com os principais administradores de páginas de direita do momento e monta uma

¹³ *Link* a seguir da matéria em que Michel Temer se refere ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como golpe. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment-de-dilma-23953119>. Acesso em: 4 out. 2021.

grande rede de apoio. O então vereador via a necessidade de crescer na internet, cujo potencial já tinha sido vivenciado pelo PT, o qual ganhou em sua campanha digital muita visibilidade através de *blogs* progressistas, que geravam conteúdos pró-governo e ajudaram Dilma a ser eleita em 2010. Inclusive, a campanha digital foi uma estratégia que o partido adotou com a contratação do marqueteiro digital que encabeçou a última campanha de Barack Obama. Assim, em 2014, a página de Jair Bolsonaro no Facebook já contava com 500.000 seguidores e, na eleição desse ano, ele foi reeleito com o quádruplo dos votos em relação a sua última eleição, sendo o deputado federal mais votado do Estado do Rio de Janeiro. Outras páginas da dita "nova direita" surgiram e foram essenciais, inclusive, para pressionar o *impeachment* da presidente Dilma e instaurar o antipetismo.

A partir disso, uma máquina de *fake news* começou a atuar em solo brasileiro, o que contribuiu para atingir a imagem do PT. Carol Pires traz uma entrevista que fez com um ex-jornalista do site de notícias O Antagonista, em que ele relata que sempre sentiu que a direita brasileira não fazia parte do debate democrático, que era sempre deixada de lado. E, a partir da ascensão destes sites direitistas e páginas em redes sociais, de acordo com o ex-jornalista, eles puderam se expressar e colocar suas ideias de forma ativa.

Dentro do Congresso, Bolsonaro travava brigas constantes com o então deputado do PSOL, Jean Wyllys. Wyllys relata que frequentemente o atual presidente se sentava atrás dele nas sessões e o direcionava insultos homofóbicos no plenário. Para além disso, suas alianças com a bancada evangélica se afinavam a ponto de ser até cotado a substituir Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

A esta altura, Jair já crescia desgovernadamente na internet, possuía apoio fiel da bancada evangélica no Congresso e o "verniz intelectual" estava prestes a ser passado. A aproximação de seus filhos com Olavo de Carvalho, que, segundo Carol, faz questão de ser reconhecido como filósofo, foi fundamental para a construção da "ala ideológica" do bolsonarismo. Além de ser autor de diversos livros, Carvalho possui milhares de seguidores nas redes sociais e ficou conhecido por oferecer cursos *on-line* sobre política. Segundo ele mesmo, em um áudio inserido no episódio, sua preferência eram alunos que não sabiam nada sobre nenhum dos assuntos que ele traria, pois, assim, eles não teriam sido "doutrinados" por instituições de ensino e professores. Sua aparição no episódio deixa claro que suas atitudes e crenças ajudaram a caracterizar a ideologia

bolsonarista, por exemplo, com o desprezo à imprensa, à ciência e à educação; além de sempre associar a esquerda a qualquer tipo de criminalidade, tais como estupro, pedofilia e incesto.

Outro ponto importante trazido pela jornalista foi a crescente onda de manifestações lideradas por jovens relacionados, principalmente, a movimentos apartidários, como o Movimento Brasil Livre e o movimento Vem pra Rua. Alguns dos manifestantes traziam reivindicações de cunho monarquista e elogiosos ao período do regime militar do Brasil.

Carol Pires encerra o episódio resumindo os principais tópicos que ela considera fundamentais na trajetória de construção de Jair Bolsonaro como um mito, que foram: 1) um exército de jovens criando uma fábrica de memes gratuitos; 2) o autointitulado filósofo que dava um “verniz intelectual” para a opinião de quem se sentia ignorado do debate público; 3) os evangélicos que o emprestavam suas redes de contatos; 4) os novos sites que tiravam as ideias direitistas “do armário” e promoviam notícias falsas; e 5) os jovens que convocavam manifestações na rua contra a política tradicional e o regime democrático.

A partir desses pontos destacados por ela, pode-se compreender que, desde antes, até, da queda de Dilma Rousseff, foi percebida a ascensão da chamada "nova direita", que reuniu milhares de seguidores nas redes sociais, e o início, também, de uma onda de proliferação de notícias falsas que deterioraram a imagem do PT. A utilização de redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e sites de notícias falsas, para impulsionar o crescimento do eleitorado de Bolsonaro, diz sobre a utilização do mundo digital para mediar o contato com os cidadãos não-especializados. Com esse contato amplo, pessoas passaram aos poucos a descredibilizar o papel da imprensa tradicional e direcionaram suas certezas principalmente ao que recebiam pelo aplicativo. Assim, diversas pessoas de formações culturais diferentes começaram a convergir para a perspectiva bolsonarista, como os evangélicos, jovens da nova direita, saudosistas da Ditadura Militar, armamentistas e aqueles que perpassam por crenças conservadoras sexistas, racistas, LGBTfóbicas e elitistas. Bolsonaro estimula o ódio de seus adeptos contra minorias quando afirma, por exemplo, que "as minorias devem se curvar às maiorias. [...] Ou as minorias se adequam, ou elas simplesmente desaparecem"¹⁴. Esse

¹⁴ Para ter acesso à fala na íntegra, consultar *link* a seguir. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-aumentam-74-em-2021/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

tipo de discurso legitima diferentes formas de violência contra estes grupos minoritários. Trata-se de um discurso de ódio vindo do político que hoje ocupa o cargo de presidente, aquele que deveria representar todos os brasileiros e não somente grupos hegemônicos.

Ricardo Lísias, escritor da obra lançada em 2020, “Diário da catástrofe brasileira - Ano I: o ano que o inimaginável foi eleito”, relata sobre a importância de duas peças na consolidação da imagem de Jair Bolsonaro em 2018: Olavo de Carvalho e Sérgio Moro. Olavo de Carvalho passou anos atacando universidades, escolas, professores, teóricos e políticos, dizendo que ensinava para os alunos de seus cursos de filosofia o que eles realmente deveriam saber sobre a vida, sobre as relações de poder. Para Carvalho, as escolas e universidades públicas doutrinavam seus alunos e colaboravam para a “ameaça comunista” que ele dizia assombrar o país e o mundo. Olavo possuía um vocabulário chulo e agressivo, o que Lísias diz ser próprio de alguém que segue à risca a cartilha do estrategista político de extrema-direita Steve Bannon. Lísias traz em seu livro um trecho escrito por Olavo de Carvalho em que ele cita inúmeros teóricos, muitos deles que escreviam contra o fascismo e a favor de ideias socialistas, e os chama de mentirosos, mal-intencionados, vis, agressores, pedófilos, exploradores de mulheres e assim por diante. Nas palavras de Lísias (2020, p. 20):

Para neutralizar do Carvalho, outra operação deveria ter sido realizada: filósofos de fato precisavam ter ocupado o espaço que ele foi tomando. Era preciso ter falado para públicos amplos, conversado de forma mais direta e objetiva e, sem prejuízo de mergulhos acadêmicos, lidado com questões mais palpáveis. Precisávamos ter contornado, de alguma forma, o vácuo que o sistema de ensino brasileiro deixa. É uma lacuna criada propositalmente para que gente como do Carvalho instaure o fascismo. Deu certo.

Por um lado, enquanto, para Lísias, Olavo de Carvalho apresentava uma imagem vulgar, Moro era visto de uma forma diferente, o ex-juiz “se enxerga como elegante e saudável. [...] Moro foi de um rincão pretensioso do Sul brasileiro para a capital. No intervalo, passou por festas elegantes com políticos do PSDB e por universidades da elite internacional” (LÍSIAS, 2020, p. 40). Os dois foram importantes para construir parte identitária da campanha política de Bolsonaro em 2018, na qual a principal ideia propagada parecia ser: “se nosso mito nos proteger do comunismo, nos mantiver longe

dos presidiários, arrumar a economia, deixar as ruas mais seguras, então tudo bem a ditadura voltar, a oposição ser suprimida e os direitos individuais acabarem diminuindo” (LÍSIAS, 2020, p. 38-39).

Sérgio Moro ganhou notoriedade a partir dos muitos brasileiros que acreditavam que ele os salvaria da corrupção e da violência. Essa visibilidade começou após a participação do juiz nos casos da Operação Lava Jato, entretanto, sua atuação foi problematizada um tempo depois, após serem reveladas mensagens que o juiz trocou com os promotores das ações, para garantir seus próprios interesses, o que está além do determinado por lei:

O futuro ministro da Justiça partiu de uma questão concreta e, a partir dela, chegou a resultados fantasiosos. Subiu ao palco. Condenou o ex-presidente da República mais popular do Brasil sem uma sentença de fato robusta e colocou na cabeça de grande parte da população brasileira que o Poder Judiciário poderia, por si só, terminar com nosso problema endêmico (e primordial) da corrupção. Quando aceitou o cargo de ministro, ainda colocou no pacote o crime organizado (LÍSIAS, 2020, p. 40)!

Assim, a campanha de Bolsonaro estava moldada em valores conservadores e era consolidada através da imagem do “autointitulado filósofo”, contrário a todas as formas de saber científicos, e da imagem do juiz que abusou de seu poder ao prender, sem provas, o ex-presidente, principal oponente de Jair Bolsonaro, o qual, por sua vez, vem a torná-lo ministro de Justiça e Segurança Pública, prometendo condenar e prender todos aqueles que não são “de bem”. Sobre isso, afirma Lísias (2020, p. 40):

No primeiro pronunciamento após a vitória eleitoral, o mito tinha um livro de Olavo de Carvalho sobre a mesa e o nome do ex-juiz entre os futuros ministros. A característica que os une é formal. Os dois conseguem bloquear qualquer tipo de pensamento contrário lançando mão, sempre através de posição heroica, de efeitos em cascata. Qualquer argumento contrário acaba soterrado pela massa estridente que os segue.

Em seu livro “Sobre lutas e lágrimas”, o jornalista Mário Magalhães relembra mais um aspecto que poderia trazer aos eleitores uma certa ilusão de segurança e ordem. Trata-se do vínculo entre Bolsonaro e as Forças Armadas, dada pela trajetória do presidente no Exército e pela sua admiração pelo período ditatorial. Desde a Ditadura Militar, é a primeira vez que se vê tantos militares compondo o governo federal. Mário Magalhães relembra uma significativa parte do anúncio do voto de Bolsonaro na sessão da Câmara dos Deputados, em abril de 2016, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff:

“pela memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra foi um dos militares que mais ficou conhecido por torturar e assassinar os presos políticos durante a ditadura. Na campanha eleitoral, este militar foi exaltado pela família Bolsonaro e seus seguidores, que utilizavam camisas com seu rosto e os dizeres “Ustra vive”. Segundo Magalhães (2019, p. 107), “o endosso ao horror de outrora evidencia que as sombras permanecem. Os fantasmas do passado sobrevivem no do presente”.

O período ditatorial foi, indubitavelmente, um momento de muitas perdas, dentre elas, da liberdade, de vidas e de dignidade. A agressão à democracia cometida nesta época não se curou, uma vez que não houve uma justiça de transição que trouxesse à tona, de forma clara e evidente, as memórias dos oprimidos desse período, bem como o direito à justiça e à reparação como parte da história, no sentido de garantir que a democracia pudesse existir de forma sólida no futuro. Assim, torna-se aceitável por muitos que um torturador tenha seu rosto em camisas e que seja adorado.

Slavoj Žižek (2014) traz definições sobre a *política do medo* e a *violência* na sociedade. Para ele, quando um governante atua através de uma gestão em que há uma renúncia do que o autor chama de “causas ideológicas”, o que resta para este governo é o controle social por meio de uma *administração eficaz da vida*. Uma administração que seria “despolitizada” e socialmente objetiva, por isso, “a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje” (ŽIŽEK, 2014, p. 99). Dessa forma, o autor afirma que a biopolítica, em última instância, é uma política de medo que foca numa suposta defesa contra assédios ou “vitimizações potenciais”. Ele explica que esta lógica descreve uma

[...] política que renuncia à própria dimensão constitutiva do político, uma vez que releva do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio (ŽIŽEK, 2014, p. 99).

Então, por meio dessa perspectiva, é possível apreender os discursos de Bolsonaro, tais como aqueles que se referem à luta contra o “comunismo”; à prisão de “bandidos”; aos ataques às universidades públicas; à falsa associação de artistas e políticos à pedofilia, como estratégias para gerar medo na população e converter este medo em votos, com o argumento de garantir a segurança da sociedade. Esse senso

aterrorizante, que visa manter um Outro distante por medo de assédio, distancia os indivíduos de uma percepção mais ampla sobre o direito de existir que o Outro tem:

Atualmente, a tolerância liberal perante os outros, o respeito pela alteridade e a abertura a ela, é contrabalançada por um medo obsessivo de assédios. Em resumo, o Outro está muito bem, mas só na medida em que a sua presença não seja intrusiva, na medida em que esse Outro não seja realmente outro (ŽIŽEK, 2014, p. 100).

Uma das estratégias para instauração desse medo é, justamente, o uso de notícias falsas. Durante a campanha, a desinformação a respeito desses pontos citados acima (ameaça comunista, pedofilia por parte de artistas e políticos, universidades públicas e professores universitários) pode ter colaborado para a instauração de uma política do medo, em que a alternativa era votar no candidato que lutaria contra esses males e protegeria a sociedade.

Nessa perspectiva, a violência contra certas pessoas torna-se aceitável na medida em que é por um “bem maior”. Žižek (2014) afirma existir duas dimensões diferentes de violência: a subjetiva e a objetiva. A subjetiva seria mais visível uma vez que ela abrange uma agressão feita de forma direta: insultos verbais ou físicos. A objetiva é dividida em duas outras formas, a sistêmica e a simbólica. A violência objetiva sistêmica é intrínseca aos modos hegemônicos da vida social, como a opressão de classes, por exemplo. É uma violência menos visível se comparada à subjetiva, apesar de também causar sofrimento. Já a violência objetiva simbólica, “encarnada na linguagem e em suas formas” (ŽIŽEK, 2014, p. 35), está diretamente ligada ao discurso e à produção de sentidos. Tanto a violência sistêmica quanto a simbólica parecem invisíveis, por serem parte do que sustenta a normalidade da vida social:

[...] esta violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que as nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição a que a linguagem procede de um certo universo de sentido (ŽIŽEK, 2009, p. 9-10).

Dessa forma, através da violência objetiva, pode-se entender que Bolsonaro procura manter o *status quo* por meio do qual garante seus privilégios de poder hegemônico de homem, branco, cisgênero, heterossexual e da elite, renunciando a luta dos vulneráveis por dignidade e justiça social. Seu discurso e suas ações como parte do

Estado estão vinculados sempre a uma tentativa de produção de sentido e de imposição ideológica que visa uma dominação cultural. E a violência sistêmica se dá pelas consequências nos sistemas econômico e político, que colocam alguns corpos em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, pode-se notar que Bolsonaro, muitas vezes, também utiliza a violência subjetiva ao agredir jornalistas ou quando ameaçou petistas durante sua campanha dizendo que iria “fuzilar a petralhada do Acre”¹⁵. Através de atos violentos, é possível visualizar a tentativa de instauração da política do medo por parte de Jair Bolsonaro.

Essa posição de Bolsonaro o fez ganhar milhões de seguidores pelo Brasil. A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2020) associa essas violências atuais contra grupos vulneráveis a uma resposta destes grupos dominantes diante do fortalecimento de movimentos sociais das minorias. Em sua pesquisa, ela foca na força de movimentos feministas no contexto político em que estamos. Segundo a pesquisadora, desde as Jornadas de junho de 2013 e as ocupações secundaristas de 2016, houve uma primavera feminista: “não é novidade que, nas classes populares, as mulheres exercem um papel crucial tanto como chefes de família quanto como lideranças comunitárias. Mas me refiro a um processo novo, de ruptura de estruturas sociais profundas” (PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 165). E, sobre essa ruptura, ela afirma que nem é possível ainda mensurá-la. Em sua pesquisa, feita em uma comunidade periférica de Porto Alegre, a autora se deparou com grupos de homens muito alinhados com um discurso conservador e machista, semelhante às ideias de Bolsonaro, e mulheres de uma geração politizada que denunciam o machismo, o racismo e a homofobia de Bolsonaro:

Em tempos de crise de segurança pública que transformou Porto Alegre em uma das cidades mais violentas do mundo, bem como em um momento de ascensão do feminismo, a figura de Bolsonaro parecia ser um emblema de virilidade que representa uma arma de fogo – uma arma que se defende de bandidos, mas também de outras ameaças inomináveis (PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 166).

Segundo a pesquisadora, o colapso econômico e uma crise política com certeza colaboraram para a vitória de Bolsonaro, mas não se pode deixar de levar em consideração o componente de preconceito de gênero, de sexualidade e raça. Pinheiro-Machado (2020) diz ainda que, mesmo que Bolsonaro tenha tido grande presença de

¹⁵ Vídeo da fala de Bolsonaro na íntegra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 28 fev. 2022.

mulheres eleitoras, o número de votos masculinos é majoritário. Ela entende que as mulheres são parte importante de um bloco de resistência ao autoritarismo:

Estamos falando de penúria econômica, de falência democrática, mas também de crise do macho. E esses fenômenos são indissociáveis [...]. A identificação com Bolsonaro é também uma jogada desesperada de um time que se vê caindo na tabela, uma reação às tantas vozes políticas emergentes que resolveram se rebelar dentro e fora de casa nos últimos anos” (PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 168).

Durante o primeiro ano do governo Bolsonaro, pesquisas¹⁶ apontaram que o número de casos de feminicídios aumentou cerca de 7,1% em comparação ao ano anterior. Segundo o Datafolha¹⁷, em 2020, o número aumentou em 0,7%, resultando em 1350 mulheres mortas naquele ano e, em 2021, uma a cada quatro mulheres com mais de 16 anos sofreram algum tipo de violência. Durante a pandemia, a situação das mulheres piorou, devido à ausência de políticas públicas específicas, como casas de apoio, além das dificuldades no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Ricoeur (2019) traz diferentes perspectivas que nos ajudam a analisar as percepções sobre si e o Outro em relação ao mal e, a partir delas, notar uma possível subversão do que seria o mal na sociedade brasileira por parte de apoiadores de Bolsonaro e do próprio governo. O autor estabelece três aspectos que contribuem para a construção do mal dentro de uma tradição judaico-cristã: o pecado, o sofrimento e a morte. O pecado pode ser associado ao mal moral fora da linguagem religiosa e, na visão do autor, é “um objeto de imputação, de acusação e de repreensão” (RICOEUR, 2019, p. 2). A imputação diz respeito à atribuição de responsabilidade de uma ação que é suscetível de apreciação moral por um sujeito. A acusação é feita quando a ação é caracterizada como uma violação de um código ético dominante naquele lugar. Caso o sujeito seja considerado culpado, há a repreensão por meio de uma punição: “é aqui que o mal moral se mistura com o sofrimento, na medida que a punição é um sofrimento infligido” (RICOEUR, 2019, p. 2). Entretanto, o autor afirma que sofrimento e pecado são opostos e que “diferentemente da imputação que centraliza o mal moral num agente responsável, o sofrimento sublinha seu caráter essencialmente sofrido: não o fazemos surgir; ele nos afeta” (RICOEUR, 2019, p. 2). As causas do sofrimento, no entanto,

¹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 28 fev. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/politicas-de-bolsonaro-estimulam-aumento-de-violencia-contra-a-mulher-bbb0>. Acesso em: 28 fev. 2022.

podem ser diversas: tristeza pela morte de entes queridos, enfermidades de corpo e mente, aflição diante de desastres naturais etc. Todavia, se o acusado de mal moral demonstra sofrimento por causa da punição condenada a ele, “à repreensão, enfim, e sobretudo, o sofrimento opõe a lamentação; pois se o erro torna o homem culpado, o sofrimento faz dele vítima” (RICOEUR, 2019, p. 2). Ricoeur (2019) afirma que a fenomenologia do mal é gerada a partir de uma hermenêutica de símbolos e mitos. Ele explica que, na perspectiva do mal moral,

[...] a incriminação de um agente responsável isola de um fundo obscuro a zona mais clara da experiência de culpabilidade. Esta encobre em sua profundidade o sentimento de ter sido seduzida por forças superiores, que o mito não terá pena em demonizar. Ao fazê-lo, o mito apenas exprimirá o sentimento de pertencer a uma história do mal, sempre já presente para cada um. O efeito mais visível dessa estranha experiência de passividade, no próprio centro do mal-agir, é que o homem se sente vítima enquanto é ele mesmo culpado (RICOEUR, 2019, p. 2).

Então, de acordo com a perspectiva de Ricoeur, a partir da legitimação de violências contra grupos vulneráveis, trazida por Jair Bolsonaro e seus seguidores, esta noção dos opressores se considerando vítimas parece ser uma resposta à ameaça ao seu lugar de dominância. A ameaça viria por estes grupos que lutam por uma ruptura de quadros sociais que os violentam sistemicamente.

Através de seus livros, os jornalistas mostram-se parte dessa resistência contra a violência extrema que é parte da Era Bolsonaro. A partir do momento em que estes profissionais do jornalismo procuram romper com esta lógica de dominação que os limita e optam por desafiar as barreiras que os cerceiam, os livros jornalísticos se tornam um lugar para a expressão de suas experiências, por meio da sua escrita, e para a reivindicação de seu espaço visível da fala, causando, dessa maneira, uma perturbação nos quadros sociais. Assim, em suas narrativas, colocam em prática o círculo hermenêutico que busca evidenciar estas experiências como cidadãos e jornalistas, com o intuito de trazer uma nova configuração de enquadramentos, mais justa ao mundo comum. Consequentemente, produz-se novos sentidos e significados que podem gerar, novamente, diferentes formas de intriga, ao serem interpretadas pelos leitores, dando continuidade ao curso natural da espiral do processo hermenêutico. Dessa forma, rompe-se com antigos enquadramentos, gerando novos e criando uma nova forma de pensar e olhar para as relações no espaço comum. Entende-se, então, que as narrativas jornalísticas presentes nos livros servem como formas de resistência na profissão e,

também, na política, pois colaboram para subverter a lógica de dominância do contexto atual.

3 A POTÊNCIA DOS LIVROS JORNALÍSTICOS PRESENTES NAS NARRATIVAS “A REPÚBLICA DAS MILÍCIAS” E “A MÁQUINA DO ÓDIO”

Neste capítulo, tem-se a análise dos livros “A república das milícias: dos Esquadrões da Morte a Era Bolsonaro” e “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, além das entrevistas com Bruno Paes Manso e com Patrícia Campos Mello, a partir da proposta metodológica adotada em cruzamento com os conceitos e teorias trabalhados até aqui. Desse modo, serão evidenciados aspectos nestes livros e entrevistas que se referem à construção da narrativa de uma experiência tecida através de um recorte temporal, que envolve diversas outras temporalidades intrinsecamente (RICOEUR, 1994); aos acontecimentos que permitem que estas narrativas sejam geradas (QUÉRÉ, 2012; FRANÇA, 2012), possibilitando o surgimento de novos enquadramentos sociais e memórias (POLLAK, 1989; BUTLER, 2015); às diferentes dimensões do testemunho midiático (FROSH; PINCHEVSKI, 2009; LAGE, 2016); ao lugar do jornalista como testemunha que vive e relata sua experiência e a experiência do Outro (RESENDE; PERES, 2016; SELIGMANN-SILVA, 2009); à prática jornalística e à resistência dos profissionais a partir da ampliação dessas práticas contra a lógica de objetivação do jornalismo (MAROCCO, 2015; MAROCCO, ZAMIM; SILVA, 2019) e, também, a resistência política, através do compromisso desses livros com a luta contra a violência. A escolha dessas duas obras como objetos de pesquisa deu-se pela relevância do tema com o qual trabalham, levando-se em consideração o contexto político atual no Brasil. Outro fator é a importância dos livros jornalísticos para a valorização do papel dos autores-repórteres na interação com as fontes, no processo de escrita do material e na produção de novos sentidos na sociedade.

Sendo assim, este trabalho buscou analisar e interpretar os trabalhos dos autores-repórteres Patrícia Campos Mello e Bruno Paes Manso, que através de seus livros trouxeram seus testemunhos sobre a realidade atual política do Brasil, construídos pela própria vivência e pela escuta de diversas outras testemunhas desta mesma realidade. O método de pesquisa adotado foi a Análise de Narrativas e foram utilizados operadores metodológicos, bem como seus respectivos eixos norteadores. Os operadores adotados com base no trabalho de Dayane Barretos (2017) foram: **a relação entre o narrador e os personagens na etapa de captação das informações, a construção da narrativa e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor**. Os eixos norteadores foram

escolhidos com base nas três diferentes formas de performar testemunhos, trazidas e discutidas por Frosh e Pinchevski (2009), e utilizadas no trabalho de Ticiane Alves (2021), sendo elas: o testemunho *na* mídia; o testemunho *pela* mídia; e o testemunho *através* da mídia. O objetivo desta análise é entender quais são os aspectos presentes nos livros e nas entrevistas, que evidenciam uma ampliação da prática jornalística de forma a resistir à lógica de objetivação do jornalismo, e como esse jornalismo se como um dos mecanismos contrários à violência e ao mal vigentes na Era Bolsonaro. uma luta da civilização contra a barbárie e o obscurantismo.

Dessa forma, no primeiro operador, que é **a relação entre o narrador e os personagens na etapa de captação das informações**, Barretos (2017) trabalha, em específico, com a “constituição das relações entre as jornalistas e os demais sujeitos envolvidos no processo de obtenção de informações que serão organizadas narrativamente” (BARRETOS, 2017, p. 74). Com isso, o eixo norteador que será utilizado é o “testemunho *na* mídia”, o qual se refere ao relato das testemunhas diretas do acontecimento (FROSH; PINCHEVSKI, 2009).

O segundo operador, chamado de **a construção da narrativa**, trabalha a configuração textual da narrativa e examina as escolhas do modo de narrar; a presença dos autores e a forma que eles tornam os outros sujeitos também presentes na narrativa; todos os aspectos que possam auxiliar na compreensão do processo de escrita; e o “modo como os sujeitos são constituídos narrativamente desde a apropriação do eu-narrador” (BARRETOS, 2017, p. 75). Nesta pesquisa, o jornalista será analisado como testemunha, uma vez que ele ocupa um lugar testemunhal no qual ele expõe aquilo que lhe foi relatado com base em sua visão sobre a situação e, por isso, o eixo norteador a ser utilizado é o “testemunho *pela* mídia”, que, de acordo com Frosh e Pinchevski (2009), corresponde a esse lugar testemunhal do profissional que narra a experiência vivenciada por ele ao ouvir o relato de suas fontes.

Por último, o terceiro operador, denominado de **o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor**, refere-se à reverberação do produto jornalístico, “ao retorno dos sentidos ao mundo da experiência, à reconfiguração efetuada pelo leitor” (BARRETOS, 2017, p. 75). De acordo com a perspectiva de Alves (2021), através desse operador, “buscamos refletir como os testemunhos oferecidos pelas duas obras analisadas acionam o leitor no processo de mediação como testemunha potente, no que tange aos significados que as narrativas jornalísticas podem engendrar no mundo” (ALVES, 2021, p. 72). Assim, será visto como “A máquina do ódio” e “A

república das milícias” atuam de forma ativa nas dinâmicas de disputa de sentidos e memórias na sociedade. Dessa maneira, o eixo norteador respectivo deste operador será o “testemunho *através* da mídia”, o qual, afirmam os autores Frosh e Pinchevski (2009), é o local de testemunho daqueles que leem o material narrado pelo jornalista.

A partir disso, é importante frisar que a análise das entrevistas será feita concomitantemente às obras. A entrevista com Manso, a qual está gravada, foi realizada no dia 26 de janeiro de 2022, por meio da plataforma de vídeo-chamadas Google Meet (Apêndice A), e teve a duração, aproximadamente, de 1h15min. No dia 23 de fevereiro de 2022, via WhatsApp, mais duas perguntas, com o objetivo de sanar algumas dúvidas sobre o trabalho, foram enviadas e o entrevistado respondeu por meio de áudio. Já a entrevista com Patrícia Campos Mello foi feita via áudios, através do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp (Apêndice B). A entrevista é uma técnica de pesquisa muito utilizada tanto na pesquisa científica quanto na prática jornalística. De acordo com a pesquisadora Isabel Travancas (2012), a entrevista, em certas pesquisas científicas, mostra-se importante, pois, além da transmissão de informações de forma verbal, ela também traz elementos valiosos quanto ao comportamento do entrevistado, que podem ser relevantes dados para o estudo. Segundo ela, “seja a entrevista realizada virtual ou pessoalmente, há dois tipos de dados em questão: os dados objetivos e subjetivos. Raramente se deseja obter apenas um deles em uma entrevista” (TRAVANCAS, 2012, p. 15). Ainda na perspectiva da autora, a utilização da entrevista pode trazer muitas vantagens para a pesquisa:

[...] ela permite maior flexibilidade nas perguntas, percepção da validade das respostas, possibilidade de se chegar mais perto da intimidade do entrevistado, dar a ele mais tempo para responder, adaptá-la a cada entrevistado em particular, seja em termos de linguagem quanto de conteúdo, e tratar, de forma mais cuidadosa, questões delicadas. Para isso, a relação de confiança estabelecida entre o entrevistador e entrevistado é fundamental (TRAVANCAS, 2012, p. 16).

Portanto, a entrevista é de grande valor para esta pesquisa, por trazer estas subjetividades dos autores, que vão além dos seus livros. Mesmo que feitas de diferentes formas (uma via vídeo-chamada e outra por mensagens instantâneas), foi possível obter trocas objetivas e subjetivas com os entrevistados.

3.1 O tecer das relações entre a milícia carioca e o Brasil atual em “A república das milícias”

O livro “A república das milícias” possui 302 páginas e é dividido nas seguintes partes: “1. Apenas um miliciano”; “2. Os elos entre o passado e o futuro”; “3. As origens em Rio das Pedras e na Liga da Justiça”; “4. Fuzis, polícia e bicho”; “Facções e a guerra dos tronos”; “6. Marielle e Marcelo”; “7. As milícias 5G e o novo inimigo em comum”; “8. Cruz, Ustra, Olavo e a ascensão do capitão”; “Ubuntu” e “Notas”. Durante os capítulos, Manso traz as origens, as trajetórias e os envolvimento da milícia no Rio de Janeiro e sua relação com a família Bolsonaro. Por meio de ampla pesquisa, o jornalista procura entender o funcionamento dessa organização criminosa e quais caminhos o país percorreu para chegar ao ponto que está hoje. Para poder compreender melhor esta situação, será então realizada a análise do livro e da entrevista no tópico a seguir, a partir do primeiro operador metodológico e seu respectivo eixo norteador.

3.1.1 A relação entre o narrador e os personagens durante a captação de “A república das milícias”

Com a escrita de “A república das milícias”, Manso afirmou, na entrevista (2022), que seu intuito era entender o funcionamento da milícia carioca e os laços que ela tem com a família Bolsonaro. Para isso, ele pretendia entrevistar milicianos, traficantes, os moradores dessas regiões, juízes, promotores, policiais, políticos e o Ministério Público, por causa da história de Marielle. O autor explica que foi atrás dessas pessoas para coletar seus testemunhos e construir um arco narrativo que o levasse até o que ele chama de Era Bolsonaro. As principais entrevistas realizadas, e para as quais dá bastante centralidade, foram com o Lobo, um ex-miliciano do Rio de Janeiro; com um ex-policia, que também era miliciano, chamado de Pescador; com um ex-trafficante de armas apelidado de Bigode; e com alguns ex-trafficantes que atualmente trabalham pra milícia, que ele não revela os nomes. Com isso, Manso conta que há anos os jornais do Rio de Janeiro fazem um trabalho de qualidade ao documentar os conflitos e acontecimentos que envolvem a milícia, os traficantes e a política carioca. E, em seu livro, ele quis, através dessas entrevistas e pesquisas, criar uma narrativa que explicasse a fundo como as milícias se constituem. Para isso, ele foi percebendo fatores que não eram tão evidentes até então, mas que se mostraram fundamentais para tal entendimento:

[...] eu acho que eu trouxe algumas coisas legais, importantes que ficavam, mais ou menos, à margem, mas eu acho que fui mais contundente, e botei mais luz. No caso do jogo do bicho, que eu acho que, a cada vez mais, tá ficando evidente como ele é fundamental para entender as milícias hoje. E foi o Lobo que me deu esse toque, que eu não tava percebendo. Quando Lobo me conta aquela história dos... do bicheiro que chega lá e os caras falam: “não, esses caras, eu não quero confusão com eles. Eles são a verdadeira máfia do Rio, tal...” (MANSO, 2022).

Manso se aprofunda muito na pesquisa sobre os bicheiros e revela, inclusive, as relações deles com o “Escritório do Crime”, um grupo de milicianos influente no Rio de Janeiro que é investigado por ter aparente relação com o assassinato de Marielle Franco e, também, do qual Adriano da Nóbrega já foi um dos líderes. Lobo é um dos personagens centrais e o que abre seu livro. Seu verdadeiro nome foi ocultado para garantir seu anonimato. No início da narrativa, ele descreve sobre o local e as circunstâncias da entrevista com o ex-miliciano Lobo. Foi uma entrevista realizada no centro da cidade do Rio de Janeiro enquanto o personagem acompanhava o enteado até lá para uma aula de gastronomia. Lobo mora na região metropolitana, mas diz que acompanha o enteado, pois o Rio de Janeiro está muito perigoso e violento. Quanto a isso, no livro, o autor confessa: “eu não sabia o que esperar. O relato que ele me fez sobre a família, sua preocupação com a segurança do enteado, suavizavam na minha cabeça a imagem do miliciano” (MANSO, 2020, p. 8).

Manso demonstrou no livro a preocupação em garantir o anonimato de Lobo, pois foi um voto de confiança que ele ganhou do entrevistado para conseguir seu testemunho. A intenção do autor não é de denunciá-lo para autoridades ou fazê-lo sofrer alguma retaliação de inimigos. Para o jornalista, estes limites do que ele deve ou não relatar do que foi dito são um dilema, apesar da fonte não ter pedido para ocultar nada do que conversaram:

[...] são decisões que você tá sempre pisando meio que na corda bamba, assim, e nem sempre é tranquilo. Na verdade, os mais abnegados são os que dão a entrevista, porque eles não precisavam dar a entrevista. Eles se arriscam dando a entrevista. Eles estão colocando o deles na reta, mais do que eu. Bem mais do que eu, eu acho, assim. Mas enfim, e eu tenho que contar uma história também. Eu também tô nessa, não tenho nenhum tipo de ingenuidade porque não vai levar nada de bom pra eles necessariamente. Eles só tendem a se ferrar por darem a entrevista. A não ser que você pense do ponto de vista mais, que é o que eu penso, mais político, mais sociológico ou social, né? Talvez isso ajude as pessoas a refletirem, né? Mas eu nem chego com esse papo pra eles, me soa meio falso, assim, sabe? Não é nem isso... “é uma coisa meio necessária de falar, vamo nessa, tá a fim?” [...]. E às vezes as

peças falam e aí rola, tem material. Mas muitas vezes as pessoas não falam, né? As pessoas na maioria das vezes preferem não falar (MANSO, 2022).

O jornalista acredita que há essa responsabilidade de fazer o máximo para que seu entrevistado não se prejudique por ter contado suas histórias, mas que não há nunca a certeza de que nada pode acontecer. Então ele acredita que “é um exercício de desprendimento, também, dos dois lados” (MANSO, 2022). O jornalista fala sobre isso com certo pesar durante a entrevista. É possível perceber sua preocupação e, ao mesmo tempo, o dever de reportar aquilo que ouviu, uma vez que também houve a transparência com a testemunha e o compromisso de proteger a identidade dentro do possível. Ele afirma que tem cuidado em seu relato no livro e que tomar essas decisões não é nada fácil: “eu sei que eu também tô colocando a pessoa em risco de alguma forma, quer dizer... sabe? Viver é perigoso. E não é tranquilo, nem trivial, nem nada. Eu nem posso fazer grandes coisas, é só redução de danos [...]. Eu tento fazer o máximo para que não haja problema” (MANSO, 2022).

Durante a narrativa do livro, o autor conta que Lobo nunca foi policial, mas entrou para a milícia através do convite de um policial. Antes, ele trabalhava como segurança no Rio de Janeiro, mas o exército dos paramilitares o chamou para prestar serviços e o pagamento era bem maior do que o que ele recebia como segurança de festas. Depois de anos trabalhando para eles, Lobo foi denunciado e preso por três anos. Foi acusado de mais de vinte homicídios e ocultação de cadáveres, mas foi absolvido por falta de provas e pôde voltar a sua vida em liberdade. O jornalista explica que Lobo contava sobre os homicídios que testemunhou e cometeu como se não fosse nada demais:

E de fato não seriam se eu, seu interlocutor, enxergasse o mundo da mesma forma que ele. Como um soldado que lutou em uma guerra e matou diversos inimigos, Lobo não tinha por que negar seu passado. Fora do combate passou a ser um cidadão comum preocupado com a volta para casa do enteado depois do curso de gastronomia (MANSO, 2020, p. 9).

O relato do jornalista sobre Lobo evidencia que o ex-miliciano tinha orgulho de ter sido assassino e parte da milícia carioca. Isso porque, na visão de Lobo, ele colaborou para construção da ordem e da proteção da sociedade contra os traficantes e bandidos, “a violência fardada dos paramilitares se justificava por ser um meio de defender os interesses dos cidadãos de bem contra a ameaça dos criminosos” (MANSO, 2020, p. 9).

A partir da entrevista com Lobo, Manso conseguiu informações importantes para tecer o arco narrativo que queria. Isso foi possível porque, quando Lobo era parte da milícia, ele atuava com os policiais milicianos do 18º Batalhão de Jacarepaguá. Este batalhão era o mesmo do qual Fabrício Queiroz fazia parte: “lotado no 18º Batalhão, Queiroz, assim como Lobo, era apenas uma pequena peça na longa engrenagem social de produzir conflitos no Rio. A história dele só ganharia relevância anos depois, em 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro” (MANSO, 2020, p. 37). No segundo capítulo, chamado “Os elos entre o passado e o futuro”, o jornalista se dedica a explicar um pouco da trajetória de Queiroz como miliciano e suas conexões com o miliciano Adriano da Nóbrega e com a família Bolsonaro. Durante a vida política dos Bolsonaro, tanto Queiroz quanto Adriano receberam medalhas de honra ao mérito e congratulações por suas atuações como policiais militares. Assim, através de pesquisa, Manso investiga o passado deles e relata como se davam essas relações. O jornalista conta que Jair Bolsonaro e Fabrício Queiroz se conheceram em 1984 e são amigos desde os tempos de Exército:

A ligação do clã Bolsonaro com a rede de paramilitares e milicianos que se formava na zona oeste se estreitou em 2002 com a eleição de Flávio Bolsonaro para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O deputado de apenas 22 anos, neófito no Parlamento, pretendia se vender como o representante político e ideológico dos “guerreiros fardados” que lutavam por espaço e poder nos territórios do Rio. Ao longo dos anos, coube a Fabrício Queiroz o papel de principal articulador dessa rede de apoio no mandato do deputado primogênito. Queiroz seria fundamental para ajudar a fortalecer a base de votos do clã Bolsonaro nos batalhões policiais, para onde levou Flávio em sua primeira campanha, para pedir votos (MANSO, 2020, p. 43).

Manso explica que as homenagens e condecorações aos policiais não passavam de “agrado” à base eleitoral, mas que a família, assim, ia deixando rastros de seu relacionamento com os milicianos mais perigosos do Rio: “a insistência em condecorar os maiores vilões da corporação deixou cristalizada a ideologia de guerra que Jair Bolsonaro sempre sustentou” (MANSO, 2020, p. 45). Fabrício Queiroz estava entre estes laureados, mas, segundo o autor, Adriano da Nóbrega trabalhava com Queiroz e tinha, também, grande evidência. A partir disso, o jornalista narra as origens dos grupos milicianos e as justificativas que davam para seus crimes: estavam “em guerra contra o tráfico”. Entretanto, eles sempre negociavam com as bocas de fumo das comunidades para receberem uma porcentagem do lucro da venda de drogas.

Apesar de centrais, estes personagens do livro não possuem citações diretas advindas de uma entrevista com o autor do livro, as citações de integrantes da família Bolsonaro, por exemplo, são retiradas de outros acontecimentos, como sessões parlamentares e em outros espaços assim. Como confirma o autor em entrevista, ele não procurou ninguém da família Bolsonaro para entrevistar porque isso não fazia parte da sua proposta:

A minha linguagem não é do inquérito. É um pouco meio da compreensão, aquela coisa quase de uma psicanálise olhando pra si próprio. Então é óbvio que tem descrições críticas à família, mas não acusações criminais que no jornal você teria que colocar um outro lado como se fosse um inquérito policial. Você tem de dar o direito a defesa da acusação pontual que você está fazendo. Eu estava fazendo uma reflexão em cima de muita coisa que já foi publicada e muita coisa que já foi falada e de informações que são verificadas. Nada que existissem dúvidas. Mesmo porque já saíram na imprensa e tudo mais então eu não tive essa preocupação por ser justamente uma outra ideia, de descrição e de leitura da realidade; eu não recebi nenhum processo (MANSO, 2022).

Outros personagens relevantes na narrativa são Marcelo Freixo e Marielle Franco. Eles têm um capítulo só com seus nomes e Manso conta a história deles como testemunhas do sofrimento causado pelas milícias cariocas. Como já foi dito, Franco foi assassinada junto ao seu motorista, depois de anos na luta contra essa organização criminosa. Ela já era amiga de Marcelo Freixo e já tinha sido assistente parlamentar. Freixo perdeu sua amiga e seu irmão para a milícia, e foi responsável pela instauração da CPI das milícias no Rio de Janeiro em 2007.

Em entrevista, Manso explica, no entanto, que o “molho” do livro são alguns personagens que permitem a construção do arco narrativo, que possibilitam que o jornalista faça ligações destas engrenagens com o cenário atual brasileiro. Para ele, estes personagens são o Lobo, o Bigode (ao qual ele se refere em entrevista como “o cara das armas”), o Pescador e, por fim, diz que testemunhos de “alguns traficantes” que entrevistou também foram importantes. O jornalista utiliza o testemunho desses personagens como uma linha para tecer as relações das suas experiências com o contexto atual. Isso também fica claro quando ele introduz o capítulo 4, intitulado de “Fuzis, polícia e bicho”, descrevendo o personagem que apelidou de “Bigode”. Bigode é um ex-contrabandista de armamentos, munições e drogas que atuava na fronteira do Brasil com o Paraguai e vendia essas mercadorias para militares e traficantes do Rio de Janeiro. Através do relato e de explicações que seu entrevistado trazia sobre esse tipo de

comercialização, Manso pôde conectar Bigode ao miliciano Ronnie Lessa, acusado pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O autor conta que Lessa utilizou de estratégias para transportar as armas para o Rio de Janeiro. Tem-se aqui um exemplo da forma com que Manso utiliza o testemunho de seus entrevistados “na mídia” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009), para compor a sua própria narrativa e testemunho no livro.

Ao apresentar o personagem Bigode, o jornalista conta que o ex-traficante de armas chegou a se tornar milionário e ser conhecido como o “Senhor da Guerra”. Segundo o autor, Bigode foi preso mais de uma vez e “era considerado pelas autoridades como o principal fornecedor de armas do Brasil” (MANSO, 2020, p. 109). O jornalista diz que Bigode ganhou essa notoriedade no mercado por conta de sua postura altamente profissional e confiável. Manso, em seu livro, destaca: “um pouco dessa credibilidade eu mesmo senti durante nossa entrevista, quando ele me contou sobre seu passado em tom professoral, com um sotaque paranaense cantado que me lembrou o do filósofo Mário Sergio Cortella” (MANSO, 2020, p. 109). Mais adiante, o autor narra que, após uma conversa com sua filha, Bigode refletiu sobre o que fazia e, depois de um tempo, resolveu não mais fazer parte do mundo do crime. De acordo com o jornalista: “Bigode explicou que o lucro milionário que ele obtinha com a venda de armas exigia dele certo cinismo, capaz de justificar a guerra que ele indiretamente alimentava com armas como uma fatalidade sem solução” (MANSO, 2020, p. 114). Logo em seguida, Manso traz uma citação de seu entrevistado:

Comecei a me questionar mais seriamente quando minha filha de nove anos me perguntou um dia, na lata: ‘Pai, você está matando as pessoas no Rio de Janeiro?’. Naquela mesma semana, uma menina com a idade da minha filha tinha sido morta por uma bala perdida em Vila Isabel. Eu tinha entregado armas umas semanas antes na região. Expliquei pra minha filha que as armas estavam à venda nas lojas em Ciudad del Este: O papai pega as armas e a munição aqui [em Foz] e leva para o Rio de Janeiro. Entrego e recebo o pagamento. Para onde elas vão e o que as pessoas vão fazer com elas não é responsabilidade do papai.” Bigode sentiu que não tinha sido muito convincente. Na verdade, nem ele mesmo acreditava naquele argumento furado” (MANSO, 2020, p. 114).

Depois da segunda vez que foi preso, Bigode se tornou evangélico e começou a atuar como missionário da Assembleia de Deus, se aposentando, então, da vida do crime. Foi por isso, inclusive, que Manso chegou até ele, através de uma colega dele da igreja. Quanto a essa “virada profissional” na vida de Bigode, o jornalista conta: “Bigode passou a não ver mais sentido em fornecer armas e drogas para o crime,

tornou-se religioso, ficou pobre e foi trabalhar como taxista. Me garantiu que era incomparavelmente mais feliz” (MANSO, 2020, p. 110).

Além da relação que o autor fez com o caso da morte de Marielle Franco, a partir do testemunho de Bigode, ele também pôde dissertar sobre o funcionamento das facções criminosas do Rio e as suas relações com a milícia. Na sequência, ainda no mesmo capítulo, Manso apresenta outro importante personagem de seu livro, o qual ele apelida de Pescador. Pescador ganha este apelido por quebrar as expectativas do autor quanto a sua aparência, ele era um ex-miliciano que lhe foi apresentado através do que ele caracteriza como um “amigo bem relacionado”. Entretanto, quando o jornalista avistou o ex-miliciano, ele se surpreendeu por julgá-lo com a aparência de um pescador, bem diferente do que ele poderia esperar de alguém com seu passado profissional: “Parecia mais um pescador do que um mandachuva” (MANSO, 2020, p. 122). Quanto à importância desse entrevistado, Manso conta:

Eu já o conhecia de nome e a chance de ouvi-lo seria, de fato, uma oportunidade única, desde que eu conseguisse desarmar seu espírito, para ele me contar o que fosse possível sobre os bastidores do poder policial. Para conquistar essa confiança, eu receberia do meu amigo uma aula sobre o jeito de ser carioca. Minha postura de jornalista e de pesquisador, forjada em São Paulo, junto com meus trejeitos de paulista — poucas piadas na conversa, econômico na euforia —, poderiam colocar tudo a perder (MANSO, 2020, p. 121).

O autor diz em seu livro que seu amigo lhe deu a dica de que no Rio de Janeiro as coisas só são resolvidas “ou por amor ou por dinheiro” (MANSO, 2020, p. 121), e que Pescador não era alguém que iria conversar com ele por dinheiro, poderia oferecer-lhe 50 mil reais que ele não falaria. Então, Manso teria que conquistar a confiança do ex-miliciano, para ele falar “por amor”. Quanto a isso, em entrevista, o jornalista falou que era necessário entender como eram essas relações entre as pessoas no Rio de Janeiro, as quais se davam, segundo sua percepção, de maneira muito diferente da forma com a qual ele estava habituado em São Paulo:

Tem um choque cultural de você quando vai conversar com as pessoas no Rio, é muito natural que eles tentam te aproximar e que você tem que ser um amigo deles. É difícil você manter um certo distanciamento, é difícil você manter a identidade de jornalista: “o jornalista que está lá ouvindo”, não. Você tem que ser o “*brother*” [...]. Tem que ter uma conectividade aí, uma empatia, que você tem que abrir alguma porta aí que normalmente você não precisa abrir aqui em São Paulo (MANSO, 2022).

Dessa forma, o amigo de Manso o alertou sobre como se portar com o entrevistado e não cometer nenhum deslize com ele. Manso entendeu que, além de ocultar a identidade do entrevistado e o bairro que morava, também poderia mostrar que é confiável interagindo na frente de Pescador com seu amigo, fazendo piada e provando que possuem intimidade há anos. Esse amigo também contou que a casa de Pescador possuía uma “sala anti-grampo”, para onde Manso foi levado para terem a conversa. Era uma sala em que havia uma “tecnologia para evitar gravações; consistia em cerca de quarenta gaiolas penduradas nas paredes, com passarinhos que não paravam de cantar. Mesmo se quisesse gravá-lo, dificilmente conseguiria escutar o que havia sido dito” (MANSO, 2020, p. 123)

Com isso, durante a leitura do livro é possível notar que, de fato, o jornalista seguiu as condições colocadas para garantir o anonimato do entrevistado. No livro, ele explica que a conversa foi bastante amigável e que mais ouviu do que falou. Disse que suas “paulistics” em nada atrapalharam: “Em entrevistas delicadas como essa, com pessoas bem diversas de mim, aposto na autenticidade. Não nego minha origem, nem finjo ser quem não sou, até porque sou um péssimo ator” (MANSO, 2020, p. 126). Segundo o autor, a falta do “charme carioca” não foi prejudicial, pois ele acredita que “a transparência ajudou na formação dos vínculos com Pescador, que se sentiu confortável para falar sobre seu cotidiano” (MANSO, 2020, p. 126-127). Entretanto, na introdução do segundo episódio do *podcast* “A república das milícias”, é colocado um áudio em tom hostil no qual há uma repreensão do amigo do jornalista. Percebe-se que seu amigo, que fez a ponte entre o jornalista e o entrevistado, está irritado com o fato de que Manso escreveu as histórias que ouviu de Pescador e que isso traria problemas a eles:

Foi uma negociação difícil porque eu já tinha feito a entrevista, eu já tinha escrito o livro. E a pessoa me cobrou quando o livro já tava pronto. E aí, ela falou assim pra mim: “não, eu não sabia que você ia escrever sobre isso. Eu já levei outros jornalistas lá e eles não escreveram sobre isso. Eu não sabia e você...”. Aí eu falei “pô, mas se eu tava indo lá contigo, né? É porque eu ia escrever, óbvio. Pra mim é evidente, você me levou lá e tal”. Aí ele falou, “não, eu não tava sabendo, [...], você vai me ferrar”. E eu não podia, realmente, é uma pessoa amiga minha há muitos anos e ficou numa situação muito difícil, assim, eu não podia pisar na bola com esse cara. Não era por medo, eram por 20 anos de relação e o cara me apresentou várias pessoas [...] e é uma pessoa que eu tenho muita consideração (MANSO, 2022).

Ainda durante a conversa com Pescador, Manso relata que o momento da conversa em que o entrevistado mais pareceu amistoso foi quando encontraram um

momento em comum: ambos estavam presentes no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2007, quando houve uma grande operação policial das tropas da polícia durante o primeiro ano de governo do ex-governador Sérgio Cabral Filho. Essa operação resultou em 19 mortos. Manso, no momento, era repórter do jornal O Estado de São Paulo e conta que percorreu as favelas para “entrevistar os moradores que denunciaram inúmeras irregularidades e abusos” (MANSO, 2020, p. 124). Enquanto isso, Pescador estava lá, “na linha de frente, liderando soldados e cabos de seu batalhão e participando dos tiroteios que duraram o dia inteiro. [...] Pescador era um dos algozes” (MANSO, 2020, p. 124). Em seguida, o jornalista cita uma fala de Pescador onde ele conta com orgulho sobre as trocas de tiro e as pessoas que assassinou naquele dia: “ele disse, sem esconder o orgulho por aquela execução, que via como façanha, para o meu contido incômodo” (MANSO, 2020, p. 124).

O jornalista se conteve em expressar seus pensamentos durante a entrevista, mas, no livro, fica evidente sua posição contrária às condutas de Pescador. Depois que saiu da casa de Pescador, Manso diz que recebeu “carta branca” para circular pelo bairro e para conversar com alguns milicianos que controlavam a região. O autor descreveu a aparência dos três homens com quem conversou e, também, a forma como foi recebido. Ele narra que os homens sempre estiveram no mundo do crime, mas, antes, eram traficantes de uma facção que dominava o bairro. Resolveram mudar de lado e trabalhar nesta “nova ordem”, quando a milícia assumiu o território: “Eles me receberam com uma postura de relações-públicas da administração local. Defenderam a gestão que faziam naquela área, que garantia aos moradores a sensação de segurança no bairro” (MANSO, 2020, p. 125). Logo em seguida, Manso diz que não daria muito, naquele momento, para “bancar o jornalista” e que precisou ter apenas uma breve conversa com um deles:

De pé, meio sem jeito, fiz algumas perguntas rápidas ao miliciano: “Você saberia apontar a diferença entre o controle das facções e o controle das milícias?”. Estávamos numa rodinha com outras pessoas, inclusive amigos dele, numa conversa informal. Não havia muito como [...] aprofundar a entrevista. Ele defendeu o trabalho que vinham fazendo: “Agora está melhor. A molecada não quer ir mais para o tráfico nem usar drogas. Tem muita gente aqui querendo prestar concurso para a polícia”. Perguntei se ele não tinha receio de que uma facção do tráfico tentasse tomar a comunidade de novo e reiniciar os ciclos de conflito. “Esse risco praticamente não existe mais”, ele respondeu. “Um batalhão especial da polícia foi construído aqui ao lado. O tráfico sabe que não pode entrar, porque não aguentaria o peso da resposta” [...]. Perguntei se os moradores não se incomodavam com as cobranças de taxa. A resposta foi que eles ganhavam dinheiro somente com o

gás, [...]. E que, como eles eram cria da região, sabiam lidar com os limites financeiros dos moradores (MANSO, 2020, p. 125).

Os milicianos ex-trafficantes estão incluídos na lista de entrevistados que Manso considera como os personagens que o ajudaram a conduzir a narrativa que construiu em seu livro. Ele descreve sempre como seus entrevistados aparentam, os assuntos abordados e suas impressões sobre o conteúdo das conversas. A partir de seus entrevistados, Manso discorre sobre outros personagens, como Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, Adriano da Nóbrega, Ronnie Lessa, Marielle Franco e Marcelo Freixo. Não há indícios no livro de que, alguma vez, estes outros personagens tenham sido entrevistados pelo jornalista, exceto por meio do *podcast*, em que fica evidente que Marcelo Freixo foi entrevistado. Na entrevista, Manso afirma que a maior parte das pessoas que ele tentou conversar, recusou-se a dar entrevista. Ao final do livro, Manso apresenta nas “Notas” as fontes de sua pesquisa, as quais mostram que as informações utilizadas foram retiradas de documentos oficiais, trabalhos de pesquisa e notícias divulgadas.

Apesar de não ser um dos personagens citados por Manso na entrevista, Reginaldo Lima possui um importante papel, além de Freixo, como uma testemunha que ainda resiste ao sofrimento causado pelos policiais e milicianos em sua comunidade. Ele traz o relato do de Reginaldo que esteve presente diante de muitas execuções durante a sua vida, pois nasceu e foi criado no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, onde a presença da polícia em operações sempre foi habitual. Desde seus onze anos, ele trabalhava para complementar renda em casa e, depois que cresceu, se tornou educador, ativista, mediador de conflitos e empreendedor. Mesmo não sendo um personagem central, mostra-se essencial na narrativa para mostrar o olhar de quem é vítima da criminalidade e dos abusos policiais.

A partir disso, pode-se considerar que o testemunho de Manso em seu livro, em relação às suas fontes, personagens e entrevistados, ocorre de três maneiras: quando ele escreve a partir da narrativa do que os entrevistados lhe disseram, quando ele escreve a partir da sua percepção dos acontecimentos nos quais esteve presente e quando escreve a partir da interpretação e leitura de outros materiais midiáticos ou acadêmicos. Como já foi dito neste trabalho, de acordo com o estudo de Frosh e Pinchevski (2009), o testemunho *na* mídia diz respeito ao relato da testemunha, dado ao jornalista que desenvolve o material midiático, que viveu diretamente o acontecido. O testemunho *pela* mídia, que será melhor trabalhado no tópico seguinte, diz sobre o testemunho do

repórter através da sua vivência como uma pessoa que também está inserida nesta mesma realidade e busca apurar os acontecimentos, estando essa vivência presente na escrita de seu produto midiático. E, por fim, o testemunho *através* da mídia, que será visto, de forma mais profunda, junto ao terceiro operador de análise, corresponde ao testemunho do leitor do material midiático, que testemunha o acontecimento através do que o jornalista escreveu. Desse modo, essas três formas de testemunho do profissional se misturam em sua narrativa, considerando que, o tempo todo, ele cruza informações que ouviu dos entrevistados, com suas percepções vivenciadas e suas leituras sobre os temas que ele relaciona.

Este conjunto de experiências toma sua forma narrativa evidenciando a relação repórter-fonte de forma mais transparente, a partir do exercício de alteridade, o qual colabora para a subversão dos modos de objetivação jornalística que desconsideram o afeto entre o jornalista e o entrevistado (PERES, 2021). Dessa forma, configura-se uma das ações de resistência contra os controles discursivos trazidos pelas autoras Marocco, Zamim e Silva (2019).

Em entrevista, Manso frisou a importância de problematizar a noção de isenção do profissional do jornalismo. O autor explicou que, em seu trabalho, ele mistura os seus instrumentos de análise de pesquisa e de reportagem com sua reflexão e que é muito evidente que o que ele enxerga é, de fato, muito pessoal:

Com todos os meus filtros de história, de vida, de percepção, de preconceitos e tudo mais. Então eu, inevitavelmente, pra de alguma forma ser um pouco mais transparente, eu tento colocar a forma como eu tô vendo, eu tento colocar as minhas percepções ou as minhas estranhezas, para que, no final das contas, vire um personagem, também. [...]. Então, eu achava que era uma forma de eu, meio que, desconstruir essa ideia de isenção, de cientista, de uma análise que consegue se afastar disso que, de fato não consegue, óbvio que é um exercício de tentar fazer uma reflexão tirando seus preconceitos, suas idiossincrasias e todas as suas questões, mas eu achei que na narrativa isso era uma forma de deixar isso mais claro (MANSO, 2022).

Sobre as características e descrição dos personagens e dos locais das entrevistas, ele acredita que isso perpassa um estilo próprio de apuração e de narrar. Ele diz que, para ele, algumas histórias e trajetórias de pessoas são muito importantes para fazê-lo refletir e concluir diversas coisas que antes ele já havia lido em sua vida como cientista social: “esse contato com personagens, com pessoas, com trajetórias de vida, pra mim sempre foram muito importantes pra refletir depois sobre o contexto” (MANSO, 2022). Isso fica muito evidente quando percebemos o cruzamento que o autor faz entre as

histórias dos seus entrevistados e outros personagens e contextos mais amplos do país: “trabalho jornalístico, de contar uma história, tem que aproveitar desse privilégio da presença, mas você tem aí um exercício de reflexão, de narrativa e que exige você olhar de cima também pra entender o que aquelas figuras representam” (MANSO, 2022). Assim, a forma como o jornalista se expressa em sua narrativa, para falar sobre seu personagem, também evidencia traços subjetivos sobre o próprio profissional (MAROCCO, ZAMIM, e SILVA, 2019). No tópico seguinte, apresenta-se a análise do segundo operador metodológico que diz sobre a construção da narrativa e o processo da escrita.

3.1.2 A construção narrativa de “A república das milícias”

Como foi visto no tópico anterior, o autor de “A república das milícias” utiliza como fio condutor da sua narrativa as conversas que teve com seus entrevistados. Elas são uma forma de introdução da temática abordada e conectam a narrativa a uma contextualização histórica, política e social do Brasil da atualidade. Para fundamentar esta contextualização, o autor fez diversas leituras de notícias, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais. Além disso, Manso explica em seu livro que, antes de escrever sobre um grupo de pessoas, ele procura “conhecer o lugar, sentir o ambiente, conversar com os moradores” (MANSO, 2020, p. 69). A relevância dessa pesquisa para o processo de apuração é vista, por exemplo, quando Manso se refere ao caso da comunidade de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro: “a visita me despertou diversas perguntas que até aquele momento eu não considerava importantes” (MANSO, 2020, p. 69).

A partir da experiência de Manso, pode-se perceber a importância de o jornalista ir aos locais de apuração e investigar sem um roteiro engessado, sem esperar que suas fontes respondam o que ele acredita que seja a realidade delas. Como Resende e Perez (2016) afirmam, o testemunho jornalístico diz respeito a uma correlação de afetos, essa dimensão relacional é de extremo valor para o jornalista escrever sobre o Outro. O processo de escuta dos testemunhos das suas fontes vai permitir que ele mesmo testemunhe sobre a realidade delas e possa relatar sobre o que vivem para seu público.

Esse processo de escuta das fontes também se mostra importante no momento da escrita, pois, a partir da visão de acontecimento de Quéré (2012) e França (2012), o acontecimento narrado pelo jornalista desorganiza o presente, à medida que novos fatos

sobre o passado surgem. Torna-se possível, assim, criar uma temporalidade única e estendida, ao se estabelecer essas relações temporais, e, inclusive, ditar possíveis futuros. A partir disso, novos discursos se criam, também, produzindo novos sentidos e significados sobre a realidade social. O acontecimento presente em textos jornalísticos traz a perspectiva de uma atualização contínua do presente, conforme Antunes (2007), determinando uma temporalidade social sincrônica. De acordo com a pesquisadora Marta Maia (2020, p. 13), “muitas vezes confinado somente como o espaço do presente, o fazer jornalístico, entretanto, pode ser pensado como o lugar do entrecruzamento das temporalidades, já que o tempo presente não se faz sem as marcas do passado e as perspectivas do futuro”. Assim, tendo em vista que a visita à comunidade despertou novas perguntas à Manso, as quais, antes, pareciam irrelevantes, nota-se a afetação do acontecimento jornalístico que desorganiza o presente, uma vez que fatos passados, antes desconhecidos, dão novos significados à realidade social.

Durante a entrevista, Manso explica uma das estratégias que ele utiliza para escolher quais das histórias que os entrevistados lhe contam vão entrar em sua narrativa. Ele conta que, desde quando era repórter do veículo O Estado de São Paulo, passou a adotar a seguinte estratégia: se enquanto está apurando para escrever uma reportagem, ele ouvir histórias de suas fontes e passar a contar para pessoas próximas antes de escrever sobre o que ouviu, esta história entraria na sua reportagem. Isso também aconteceu com Manso durante a apuração para escrever o livro “A república das milícias”. Quando soube da “sala anti-grampo” que Pescador tinha em sua casa para reuniões sigilosas, ele passou a contar para pessoas próximas. Sobre isso, ele diz:

Quando olhei ao redor percebi que estava em sua sala antiescota. Meu amigo já havia me alertado para a existência desse ambiente, onde ocorriam algumas conversas mais tensas e comprometedoras com os figurões da política e da segurança pública (MANSO, 2020, p. 123).

Outra história contada por Pescador que chamou a atenção do autor é descrita no quarto capítulo do livro. Pescador conta sobre quando utilizou de sua malícia e sagacidade para desafiar a hierarquia do batalhão do qual fazia parte e, através de manipulação, conseguiu fazer com que seu capitão recuasse e não punisse mais seus colegas policiais que abusavam do poder contra a comunidade. Este capitão tinha um caso amoroso com uma líder comunitária que sempre protestava pelos Direitos Humanos do bairro em que morava. Um dia, Pescador a seguiu na rua e, sem dizer nada,

bateu-lhe no queixo com o cabo de seu fuzil. Em seguida, ele foi embora e a deixou desmaiada na calçada. A mulher entrou com uma queixa na polícia, mas Pescador alegou que a agrediu pois ela havia chamado o capitão de “boiola”, disse que, se ela tivesse apenas o chamado de corrupto, não seria um problema, mas de homossexual ele não poderia permitir. Com isso, Pescador inverteu a lógica hierárquica de seu batalhão e fez com que o capitão parasse de repreender os policiais colegas de Pescador contra a violência policial:

Agora, o Pescador que é um grande personagem, um miliciano que é um cara importante da milícia e tal, mas ele contou uma história que é sensacional, assim, mas é uma história meio perdida. Tanto que ela entra no meio do capítulo 4 que é quando eu tô falando dos traficantes, que eu pego para falar da questão da hierarquia, como que ele desconstrói a hierarquia, fala aquela história do capitão que tem uma amante... era uma história sensacional, mas que tava meio sem lugar. Mas eu falei “meu, essa história tem que entrar, essa história tem que entrar” (MANSO, 2022).

O autor acrescenta ainda que esse processo de apuração e busca de fontes foi, também, um processo de muita sorte. À medida que essas histórias iam surgindo, ele percebeu o quanto ia mergulhando numa realidade que, aos poucos, foi conhecendo melhor: “é muito incrível! Essas histórias te dizem tanto, tudo, assim, né? Se eu falar, “não, porque a hierarquia, né? É o andar de baixo se revoltando com o de cima, beleza”, [...] mas como que isso acontece? Não, essa história já disse tudo!” (MANSO, 2022). No livro, ele demonstra como esta história diz muito sobre as relações corruptas da polícia e como elas se refletem no funcionamento do sistema:

[...] era uma afronta dissimulada contra a autoridade do capitão, que o obrigava a tomar uma decisão. Um movimento arriscado de Pescador, mas certo. [...] Nessa realidade do submundo do poder policial existem normas em que as leis e o Código Penal não passam de abstrações. São levados em consideração, mas pouco funcionam na prática cotidiana. As leis até podem ser defendidas em público ou usadas de forma tática para atingir adversários ou punir inimigos, entretanto não são levados tão a sério (MANSO, 2020, p. 129).

O jornalista diz que, a partir dessas histórias, ele vai estruturando o arco narrativo em sua cabeça. Segundo o autor, ele começa a pensar primeiro em toda contextualização que quer abordar e, depois, vai atrás de fontes que têm histórias dentro deste meio para contar sobre suas experiências. É como se encontrasse pequenas peças ou engrenagens que compõem um enorme e complexo sistema. Assim, para sua construção narrativa, o ponto de largada são indagações que o autor faz a si mesmo e as

respostas que pretende obter através das suas pesquisas e de sua escrita. Manso já havia passado por esse processo em São Paulo, estudando acerca do pico de homicídios da cidade. Depois de anos de pesquisa, ele já sabia por qual caminho poderia seguir.

A partir das suas perguntas e das relações existentes entre os elementos do seu livro, Manso ia procurando as suas respostas através da pesquisa e das entrevistas. Segundo o autor, o personagem Lobo foi de grande valor. Além do fato dele ter trabalhado junto ao batalhão do qual Fabrício Queiroz fazia parte, ele também mostrou a Manso como os bicheiros eram fundamentais para entender a milícia carioca:

Eu falei “pô, um miliciano tem esse medo do bicheiro”, aí... é óbvio, né? Todos os matadores do Escritório do Crime são ligados com bicheiro, é óbvio que o jogo do bicho é fundamental para entender a milícia. Daí eu fui com os dois pés na história do jogo do bicho. Aí eu falei, “pô, essa narrativa é fundamental e tá passando um pouco à margem...”. Aí você entra no jogo do bicho e, inevitavelmente, você entra no DOI-CODI, na ditadura militar, na relação com a polícia... e aí você já começa a ter uma narrativa, você já começa a ter uma história (MANSO, 2022).

Manso trilha essa linha do tempo de forma muito bem estruturada e clara. Utiliza os bicheiros como protagonistas da narrativa nesta contextualização sócio-histórica e, dessa maneira, chega até os dias de hoje e à relação deles com os milicianos e toda a criminalidade carioca:

A partir dos anos de 1960, a infiltração do jogo do bicho nas instituições se aprofundou, reproduzindo estratégias das máfias internacionais. [...] Alguns bicheiros cariocas cativaram o público pela via cultural e emocional, bancando duas das maiores paixões nacionais: o futebol e o samba. [...] O Carnaval e o dinheiro ilegal também aproximaram os bicheiros dos políticos da Nova República – sempre de olho nos financiamentos de campanha e do Judiciário, diversas vezes fotografadas nos camarotes dos bicheiros no Carnaval. [...] Quando, na segunda metade dos anos de 1970, os movimentos guerrilheiros já haviam sido derrotados e a mão de obra dos porões da ditadura estava à deriva, os bicheiros estenderam a mão a esses oficiais (MANSO, 2020, p. 140-141).

O jornalista complementa, no livro, que, a partir dessa relação criada com os bicheiros, os milicianos passam a financiar a luta dos policiais militares, adotando um discurso que legitima os crimes e os excessos de poder policial: “em vez de lutar pela defesa da pátria, a polícia passou a matar além do limite em nome do ‘cidadão de bem’” (MANSO, 2020, p. 144).

Assim, à medida que Manso vai encontrando suas respostas, ele passa a entender melhor, afinal, sobre o que realmente estuda. Em seu *podcast*, Manso relata que, com o passar dos anos estudando a respeito da violência, ele foi percebendo que o centro de seu estudo acaba por ser a masculinidade e o poder. Para começar, segundo ele, a maioria dos autores de violência e agressão são homens. E, por outro lado, o autor reflete que inicialmente tinha-se uma ideia de que, ao se falar de crime, já seria possível associá-lo a um certo comportamento antissocial e desviante. No entanto, depois de estudar muito sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), e tudo que veio depois, ele percebeu como a violência está vinculada ao poder e a uma sociedade patriarcal, sendo esta violência parte de um discurso político-social que é:

[...] contra o Estado e antissistema, e que depois com o passar do tempo Bolsonaro de alguma forma reproduziu por outras formas, né, esse discurso da guerra, do ódio, e do uso da violência, né. Então é um pouco isso que eu falei, você mais do que crime, ou mais do que uma discussão sobre polícia, a gente tá tendo um debate sobre poder, e como a violência é um instrumento na busca desse poder. Num país com instituições frágeis, que é quase uma selva, e o mais forte sobrevive, né? De uma guerra de todos contra todos. Então você tem a postura do predador, assim... que já vem de um ambiente histórico e patriarcal, né? [...] Tem a história do cangaço, a história dos coronéis, tem a história dos bandeirantes. Você tem uma série de grupos masculinos e violentos que de alguma forma buscam algum tipo de consolidação de poder e perdem, se fragilizam ou não, tá sempre nesse ciclo, né? E que, agora, a gente tá vivendo esse ciclo atual, então, na verdade, eu achava que escrevia sobre crime, sobre violência, mas tem muito a ver com essa, esse poder nessa sociedade patriarcal, né? Também é importante pra entender o que eu tô escrevendo, não é simplesmente ladrão. Essa visão estereotipada do negro com um gorro e o fuzil na favela. Tem uma complexidade, tem um discurso, tem uma resistência, tem uma raiva, tem um ódio (MANSO, 2022).

A partir desses entendimentos, Manso se conectou melhor com seu trabalho e pôde perceber melhor o papel dele como autor-repórter. Antes de entrar para o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, Manso trabalhou por dez anos como repórter do jornal O Estado de São Paulo e passou vinte anos trabalhando dentro de redações. Conforme o jornalista, os colegas da redação eram muito agradáveis, mas era um trabalho muito intenso do qual vinha muita pressão em seu cotidiano:

Quando eu tô numa situação ruim, sabe quando você é criança e sonha que tá fazendo prova de matemática e não estudou: Sabe, uma situação meio impotente... eu, é que eu tô no *Estadão* e não consigo apurar, ou que... eu percebi que na verdade, apesar de eu gostar de jornalismo, o trabalho em redação é muito, me violentou demais, me violentou demais... porque você tá numa indústria (MANSO, 2022).

O fato de precisar escrever todos os dias sobre assuntos que nem sempre atendiam ao seu gosto, ou que ele não considera relevante, tornava seu emprego muito desgastante. Um exemplo dado foi quando um avião com mais de 200 pessoas caiu e ele precisou trabalhar a semana inteira em cima daquele tema, entrevistando a família das vítimas que já recebiam visita de diversos outros jornalistas. Ele não gostava de escrever sobre essas tragédias, mas não podia ficar sem fazer esse trabalho. Ele também lembrou de quando Isabela Nardoni foi assassinada pelo pai e pela madrasta em março de 2008. Manso diz que não suportava precisar escrever durante um mês sobre o mesmo tema e, principalmente, sobre um tema que não lhe interessava. Então, geralmente, o tipo de pauta que Manso sugeria nas redações era sobre: urbanismo e questões sociais ligadas ao tráfico e à polícia. Entretanto, nem sempre ele podia escrever sobre esses temas e o livro jornalístico acaba permitindo que ele escreva sobre o que lhe interessa:

Pra mim é o paraíso, isso, né, enquanto eu conseguir fazer isso pra mim é o paraíso, porque assim, eu não preciso escrever ou estar atento nesse dia a dia insuportável. Por exemplo, COVID eu não aguentaria mais estar escrevendo a respeito, eu não aguento mais ouvir sobre COVID. Eu gosto, claro, tentar entender essas coisas do novo vírus, tal... não tem como sair, e isso vira um pesadelo, vira um pesadelo. Já no meu caso, tô escrevendo agora sobre os evangélicos, eu sempre quis escrever sobre os evangélicos. Eu não tinha espaço pra escrever sobre os evangélicos no jornal, não era assunto (MANSO, 2022).

Como foi visto no segundo capítulo deste trabalho, o jornalismo se encontra em eterno estado de mudança. A precarização da profissão é um tema amplamente discutido, assim como o esvaziamento das redações de jornais e a procura de trabalho *freelance* pelos profissionais da área, ou até a migração para outros empregos dentro da comunicação (NEVEU, 2010; DEUZE e WITSCHGE, 2016). Um espaço de ampliação da profissão é representado, segundo as autoras Marocco, Zamim e Silva (2019), pelos livros de repórteres. É um meio de comunicação em que o profissional do jornalismo poderá questionar, interpretar e ressignificar os modos de prática do jornalismo. Ele poderá usar sua palavra como arma ao denunciar abusos sociais; ele possui uma relação repórter-fonte diferente do jornalismo tradicional, uma vez que ele pode se colocar mais na sua escrita e explicitar nuances na relação com seu entrevistado, assim como características descritivas e impressões; ele evidencia experiências sensoriais quando descreve sensações em lugares, ao ouvir, ver, sentir e escrever sobre isso, trazendo sua visão de mundo; e se dedica também ao processo de escritura ao ouvir seu entrevistado

e escrever de forma que o leitor sinta-se transportado para a realidade em que esteve presente (MAROCCO; ZAMIM, SILVA, 2019). Assim, “A república das milícias” também se mostra um livro de repórter no qual é explicitada a lógica do paradigma relacional da comunicação, considerando as trocas entre os sujeitos e suas respectivas subjetividades, além de uma visão crítica do leitor.

O eixo norteador relacionado ao processo de escrita é o testemunho *pela* mídia, que, conforme visto no estudo de Frosh e Pinchevski (2009), considera que o jornalista testemunha os acontecimentos mesmo sem estar presente quando e onde ocorreram. Notamos que Manso faz esse movimento de testemunhar por outros olhos ao relatar em seus livros sobre as vivências de seus entrevistados e dos outros personagens os quais leu e pesquisou sobre. As descrições sobre o Outro e sobre os ambientes pelos quais o jornalista passou nos aproximam da sua experiência e demonstram a potência do testemunho *pela* mídia.

3.1.3 O processo de escrita de “A república das milícias” que pressupõe o leitor

Sobre o processo de escrita, ao ler o livro, é possível notar uma espécie de diálogo direto com o leitor. Manso está sempre explicando termos e contextualizando profundamente os acontecimentos, percebe-se a preocupação em informar, educar e se fazer claro. Além disso, sua linguagem é informal o que pode aproximá-lo ainda mais de um público não-especialista em sua área de formação. O jornalista diz em entrevista que, primeiramente, pretende escrever para responder às suas próprias questões e inquietações. O autor procura escrever de forma clara e direta para um público não especializado, mas, segundo ele, não estabelece um perfil de público muito específico:

[...] eu escrevo num diálogo comigo mesmo, assim, as minhas questões, as minhas perguntas, o que eu acho que é dúvida importante e tá mal explicado, e eu tento contar pra mim mesmo e convencer a mim mesmo das perguntas iniciais que eu tinha e de conseguir me convencer do que eu tinha dúvidas, eu não penso num leitor específico. [...] Um diálogo quase de mim comigo mesmo a partir das perguntas que eu faço, né? [...] Por que que o bicho teve importância? Como é que começou essa relação? Como é que o tráfico de drogas tem papel nisso aí? [...] São perguntas que eu vou fazendo pra mim mesmo numa tentativa de compreender o fenômeno, então no fundo é um processo dialético de investigação e tal [...]. E eu não penso num público, sabe, ah, “tô escrevendo pra...”, claro que eu penso pro público, é uma forma que eu contaria pro meu avô, vamos dizer assim, sabe, se eu tivesse que explicar. Mastigado, [...] mas eu também tô dialogando com um professor. É, então são questões que eu acho importantes pro ponto de vista acadêmico e prático, mas que eu consigo explicar de forma prática também pra qualquer um (MANSO, 2022).

O autor acredita que seu livro seja mais “popular”, uma vez que tenta torná-lo acessível ao máximo de leitores diversificados possível. Ele entendia que era um livro que tinha uma potência e uma força por conta da temática abordada e por ter o nome do Bolsonaro na capa relacionado às milícias, apesar de acreditar que não deva furar muitas “bolhas”: “eu acho que não fura tantas bolhas também, mas eu vejo muita gente reproduzindo isso quando tá falando várias coisas que eu tenho escrito, de alguma forma já entra no debate público, e já faz parte dos argumentos, né?” (MANSO, 2022). Ele entende a relevância do livro neste contexto do governo Bolsonaro e diz que foi seu livro mais vendido.

Manso nos mostra a perspectiva de escrever sem o intuito de denunciar culpados, mas, sim, procurando entender os caminhos que levaram à eleição de Bolsonaro, por intermédio de entrevistas com esses milicianos e traficantes. Ele apresenta ao leitor a sua intenção de colaborar com a análise social do presente. Assim, o jornalista procura levar seus leitores a uma análise crítica que ele constrói sobre os percursos, causas e consequência que trouxeram os brasileiros até a atual conjuntura. Por meio de leitura crítica, Manso espera que a população evite que haja erros semelhantes no futuro. Conforme o filósofo Paul Ricoeur (1994), dentro do círculo hermenêutico, a *mimeses* III tem um importante papel, pois nela há a configuração e a refiguração dos sentidos realizadas pelo leitor. Ou seja, a partir da produção destes novos sentidos e símbolos propostos pelo autor do texto, o leitor possui o papel de configurar e reconfigurar estes significados novos, fazendo com que o texto se encontre, finalmente, com as referências do mundo. Isso possibilita que a narrativa siga seu percurso e atualize a história. Assim, a obra se torna completa, pois o filósofo a considera como um conjunto entre o texto e seu leitor ao unir o sentido com quem o sente. Dessa forma, a partir do texto de Manso, os seus leitores podem levantar discussões no mundo da ação que colaborem para um melhor entendimento do contexto atual, visando tempos futuros melhores.

A reverberação do livro foi relevante no país e, de acordo com o autor, até o momento da escrita deste trabalho já foram vendidas cerca de 30 mil cópias. No ano seguinte à publicação, a Globoplay, em parceria com a Radio Novelo, convidou o autor para criar um *podcast* homônimo em que fossem discutidos os pontos centrais do livro e algumas questões para além dele. A empresa de *streaming* Deezer publicou um *ranking* no qual o *podcast* “A república das milícias” aparece entre os programas de *podcast*

mais ouvidos da sua plataforma¹⁸. Além disso, outro grande acontecimento foi o livro ter sido vencedor do Prêmio Jabuti de literatura na categoria de Biografia, Documentário e Reportagem, em 2021. Manso diz que ao recebê-lo ganhou uma espécie de encorajamento para seguir com seu trabalho. Quanto a ataques e agressões, Manso diz que praticamente não recebeu nenhum. Ele reconhece que jornalistas mulheres são o tempo todo agredidas ao fazerem seu trabalho e enxerga que, por ser homem, não recebe o mesmo tipo de ataque:

É uma misoginia evidente, uma covardia clara, assim, e isso acontece no NEV, também. Quando eu, muitas vezes eu dei entrevista em televisão pra falar sobre segurança pública, sobre violência policial, né, e beleza, sempre existe. Agora, quando é uma mulher na entrevista, invadem o *Facebook* delas e começam a xingar, ameaçar. É muito, muito evidente, né. É, esses celibatários involuntários, esses *incels* aí, que vêm da *deep web*, é uma galera que veio, saiu, saíram do armário hoje, na rede social, né, então tem muito desses caras aí, desses misóginos *haters* que vão pra cima da Patrícia e de outras, e das deputadas, né, das candidatas, trans e mulheres e negras, várias ameaçadas de morte, você vê que tem uma violência direcionada aí sobre, de homens meio macho alfa Bolsonaro assim, né, muda alguma coisa, assim, com o protagonismo feminino e a própria ocupação do mercado de trabalho, a perda da ocupação do homem anos 50, né, que tinha um papel claro, e tal, você vê que tem um mal estar também aí, social, de uma transformação que tá acontecendo e que faz parte esse medo de perder o espaço, né, como o macho alfa mesmo, né? O cara que era o pai de família, o chefe, meio patriarcal mesmo, né, aquela posição meio “topo da pirâmide”, que mexeu, sem dúvida, e causa esse estranhamento e esse estranhamento causa a violência, né? E as mulheres são muito alvo, com certeza (MANSO, 2022).

A partir disso, é possível entender o papel fundamental do leitor no processo hermenêutico da narrativa jornalística, uma vez que ele se encontra, no texto do jornalista, com sentidos já pré-determinados no meio social e, também, com novos sentidos propostos ali. De acordo com a leitura de Frosh e Pinchevski (2009), no testemunho *através* da mídia, o leitor também se torna testemunha dos acontecimentos relatados pelo jornalista e não há uma subtração praxiológica devida a esta mediação da narrativa, como afirma Leandro Lage (2013b). Dessa forma, o leitor atua com relevância na disputa de sentidos do mundo da ação e possibilita que a narrativa siga seu curso, como afirma Ricoeur (1994), numa eterna espiral do círculo hermenêutico.

3.2 A resistência e luta contra a violência digital em “A máquina do ódio”

¹⁸ Disponível em: <https://www.deezer.com/br/channels/module/f920674e-c3c1-463c-92be-915cfa73286b>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Mello testemunha em seu livro sobre sua experiência ao ser alvo de ataques por fazer seu trabalho de apuração. Além disso, em sua narrativa, há evidências que mostram como todas as mulheres que trabalham nesta profissão podem ser violentadas, afinal, ela traz, além de sua experiência particular, relatos de outras colegas do jornalismo. Mello também mostra os altos índices de assassinatos contra jornalistas no país e como o Brasil de Bolsonaro segue como os outros governantes da extrema-direita pelo mundo, tratando os profissionais da imprensa com ataques cotidianos e ameaças. O livro possui 294 páginas e é dividido nas seguintes partes: “Introdução: como as redes sociais me transformaram em uma ‘jornalística’ comunista”; “1. A eleição do Whatsapp no Brasil”; “2. Assassinato de reputações, uma nova forma de censura”; “3. Fatos alternativos e a ascensão dos populistas no mundo”; “4. Bolsonaro e o manual do Viktor Orbán para acabar com a mídia crítica”; “Conclusão: será que uma pandemia pode salvar o jornalismo?”; “Epílogo”; “Agradecimentos”; “Notas; “Índice remissivo”; “Sobre a autora”.

A pesquisadora Marta Maia (2008) frisa que é através da transparência que os receptores podem obter a compreensão sobre os resultados finais e as considerações trazidas pela imprensa. Para a autora, é importante a utilização da intitulada *Regra da transparência* por meio de práticas como o *making of*, “ou blogs que possam detalhar o processo de produção da informação ou ainda livros-reportagem que acrescentem informações complementares dos mecanismos de apuração para os leitores” (MAIA, 2008, p. 134). Um dos pontos de grande evidência no livro é justamente sobre a opinião da jornalista acerca da importância de um fazer jornalístico transparente e de como ele é necessário para a manutenção da democracia no Brasil. A seguir será feita a análise do livro começando a partir da relação entre o narrador e os personagens durante a captação.

4.2.1 A relação entre o narrador e os personagens durante a captação de “A máquina do ódio”

Em seu livro, Mello traz diversas informações sobre violência digital, exército de robôs que disseminam desinformação *on-line*, contribuindo para a eleição de populistas pelo mundo, misoginia contra jornalistas, a importância do jornalismo nos tempos atuais, censuras contra a imprensa e o jornalismo em um cenário pandêmico. A jornalista descreve detalhes do processo de apuração e de algumas entrevistas que foram

essenciais para obter todas essas informações. No primeiro capítulo do livro, conta sobre os caminhos que seguiu para investigar sobre o uso do WhatsApp durante a campanha eleitoral de 2018 no Brasil. Ela diz que, a partir de uma conversa com alguns marketeiros políticos e funcionários de agências, ela chegou à conclusão de que a melhor estratégia para investigar seria “seguir o dinheiro”, ou seja, buscar pelas contratações dos serviços dos disparos:

Entrevistei ex-funcionários de agências de marketing digital que prestavam serviços para candidatos, funcionários dessas empresas, clientes e donos. Ao longo de algumas semanas de apuração, troquei inúmeras mensagens, recebi propostas de serviços, armazenei depoimentos, tanto em on quanto em off. Foram ouvidas todas as empresas ou pessoas que foram mencionadas na reportagem – trata-se de um princípio básico do jornalismo: é necessário dar a chance e o espaço para “o outro lado” se manifestar ou contestar uma reportagem (MELLO, 2020, p. 41).

A partir disso, ela conta que publicou a primeira de uma série de reportagens sobre as empresas que financiaram os disparos de *fake news* contra o PT. A jornalista informa que durante a apuração ela recebeu mensagens que revelavam este esquema de financiamento:

Ao longo da apuração da matéria, obtive mensagens que revelavam que o dono de uma das agências de marketing havia dito a um cliente que não poderia atender a seu pedido de disparos de mensagens políticas por *Whatsapp* porque estava abarrotado de trabalho para uma campanha presidencial. Segundo ele, “empresas” e “empresários” haviam comprado pacotes de disparos para serem realizados na semana anterior ao segundo turno, e eram “mensagens contra o PT”. Ele dizia que estava “ajudando a limpar o país”. Também oferecia venda de cadastros, com milhões de números de celular, CPF, faixa de renda (MELLO, 2020, p. 47).

A jornalista conta que a reverberação da reportagem resultou até em um processo de Jair Bolsonaro contra os acionistas da Folha de São Paulo contra a própria repórter e os adversários políticos Fernando Haddad e Manuela D’Ávila. Bolsonaro queria que fossem divulgados os materiais sigilosos que embasavam a reportagem: “em outras palavras, queria que eu violasse o sigilo das fontes, assegurado pela Constituição” (MELLO, 2020, p. 49). Em sequência, a jornalista diz que cabe uma autocrítica. Mello fala sobre a importância de o jornalista sempre descrever em seu texto da forma mais transparente possível sobre como conseguiu as informações. Ela diz que a “autoridade” do jornalista ou do veículo não é suficiente para respaldar as informações, uma vez que este é um momento em que os chamados “tecnopopulistas”

trabalham cada vez mais para descredibilizar a imprensa, os especialistas e os acadêmicos. Como foi dito, é por meio da transparência que se torna possível mostrar aos leitores como o profissional chegou àqueles resultados (MAIA, 2008). Mello afirma, em entrevista, que a transparência é uma arma que o jornalista pode usar contra essa descredibilização:

Então, se você ao menos faz uma transparência em relação a, primeiro, o que que é opinião, o que que é análise, o que que é notícia, como é que você obteve essa notícia, um: você reduz o flanco, né? Desses ataques, dessas tentativas de descredibilização e dois, você deixa mais claro, assim, os leitores, os espectadores não têm, assim, obrigação de entender que uma coisa que é uma opinião de alguém num *blog* ou nas redes sociais não é a mesma coisa que uma reportagem na qual você usou documentos, na qual você ouviu pessoas, né? Então acho que isso é importante (MELLO, 2022).

Durante o livro, percebe-se o esforço da autora em explicitar as estratégias de captação das informações. Logo depois dela frisar a importância disso na profissão, a jornalista conta sobre como chegou até Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário de uma das agências contratadas para fazer disparos de *fake news* contra o PT. Ela conta que, inicialmente, utilizou um método clássico na investigação jornalística: fez um levantamento das ações trabalhistas de ex-funcionários contra agências de *marketing*. Dessa forma, ela e sua equipe chegaram até Hans Nascimento e até a empresa Yacows, uma das empresas que fazia disparos em massa durante a campanha. A autora relatou que no processo haviam sido anexadas várias fotos e trocas de mensagens que comprovavam que a empresa havia se tornado uma gigante “linha de montagem” de disparos naquela eleição, e o número de funcionários passou de dezenas para mais de duzentos, a fim de darem conta de todos os serviços. Com isso, a jornalista entrou em contato com o ex-funcionário e colocou na íntegra, no livro, a mensagem que enviou para ele:

Entrei em contato com Nascimento pela primeira vez pelo Whatsapp. Mandei uma mensagem: “Oi Hans, tudo bem? Meu nome é Patricia, sou jornalista da Folha de São Paulo. Estou fazendo uma matéria sobre empresas de marketing digital. Vi um processo trabalhista que vc está movendo, acho que posso te ajudar e vc pode me ajudar. Podemos falar?”. Ele deu uma resposta entusiasmada: “Tenho muito o que falar sobre” (MELLO, 2020, p. 51).

A partir disso, Mello inicia uma descrição sobre o local em que combinaram de conversar e, também, sobre a aparência física do entrevistado. Ela diz que pediu autorização para gravar a entrevista e ele respondeu que não havia nenhum problema.

Em seguida, a jornalista revela que esperava que a reportagem ajudasse Nascimento a conseguir um bom acordo trabalhista com a Yacows, que, segundo o entrevistado, não pagou horas extras nem dava intervalo para almoço durante as cinco semanas em que trabalhou lá. No entanto, “os antigos empregadores afirmavam que ele faltava muito e chegava atrasado, e havia registros dessas reclamações nas trocas de mensagens” (MELLO, 2020, p. 52). A jornalista relata ainda que Nascimento queixou-se da falta de dinheiro, do qual precisava, inclusive, para comprar remédios para tratar sua diabetes. Mello ofereceu dinheiro para pagar a insulina e, também, um almoço, ele aceitou. Assim, eles conversaram e, nos dias seguintes, Nascimento continuou enviando fotos e detalhes sobre os serviços de disparo em massa, durante o período eleitoral, por parte da empresa onde trabalhava. Depois de Mello e sua equipe reunirem todos os indícios de irregularidades da empresa, os donos da Yacows enviaram uma nota dizendo que não havia evidências desses atos ilícitos no processo de Nascimento e que não compactuavam com práticas ilegais:

No dia 25, Nascimento mudou de ideia, de repente. Mandou uma mensagem dizendo: “Pensei melhor, estou pedindo para você retirar tudo que falei até agora, não contem mais comigo”, disse. Perguntei se estava sendo ameaçado, e por isso não poderia mais falar, ou se havia voltado atrás porque tinha fechado um acordo com a empresa. Ele não respondeu. No dia 27, entrou no site do Tribunal Regional do Trabalho a informação de que Nascimento acabara de fechar um acordo trabalhista com a Yacows (MELLO, 2020, p. 57).

Mello publicou a matéria e conta, no livro, que tomou essa decisão por causa de todos os indícios concretos e ilegalidades descobertas. Disse que, depois da publicação, não falou com a fonte novamente. Nascimento veio a testemunhar na CPMI das *fake news*, instalada em julho de 2019. O ex-funcionário mentiu na comissão, acusando a jornalista de ter oferecido relações sexuais em troca de informações. Jair Bolsonaro foi gravado ridicularizando Mello e a insultando ao dizer que ela queria “dar o furo”, fazendo um trocadilho vulgar e agressivo a partir do que Nascimento disse à CPMI. Isso desencadeou ainda mais mensagens e memes agressivos contra a jornalista.

Outra pessoa importante para a investigação da repórter foi Luis Novoa, um espanhol dono da agência de *marketing* Enviawhatsapps. Mello conta que estava embarcando para Nova Delhi, quando uma fonte enviou um áudio que havia gravado no qual Novoa revela que sua empresa havia vendido inúmeros pacotes de disparos para empresas no Brasil que enviaram mensagens pró-Bolsonaro durante as eleições. Mello

disse que confiava na procedência do áudio, uma vez que conhecia a fonte há muito tempo:

O esquema mostrava quão fácil era influenciar uma eleição. Bastava uma conexão de internet e um cartão de crédito ou uma conta no PayPal, e se enviavam milhares de mensagens de WhatsApp em benefício – ou em detrimento – de algum candidato (MELLO, 2020, p. 60).

Entretanto, a jornalista disse que não poderia publicar a matéria com base apenas no áudio, segundo ela, era necessário confirmar a informação com o dono da agência que tinha sede na cidade de Coruña, na Galícia, localizada na Espanha. A autora descreve seu trajeto e explica que ficou sentada em um café em frente ao prédio de Novoa, esperando que pudesse vê-lo e abordá-lo. Depois de algumas horas, resolveu mandar uma mensagem para o espanhol, falou que estava escrevendo uma matéria sobre *marketing* digital eleitoral e perguntou se ele poderia tomar um café com ela para conversar. O empresário pediu que Mello lhe enviasse seu currículo e perguntou quem havia passado seu número a ela, a repórter explicou que tinha sido um conhecido que trabalha em um partido espanhol. Assim, a jornalista conseguiu agendar a entrevista e inicia o diálogo falando sobre *marketing* digital em campanhas eleitorais. Entretanto, para abordar o assunto do áudio, Mello resolve seguir uma estratégia com a fonte:

Eu queria encontrá-lo para confirmar tudo o que havia sido dito no áudio daquele almoço, era essa a minha razão: precisava ouvir isso dele, ter a certeza de que o conteúdo da gravação era verdadeiro. Então perguntei se poderíamos conversar em *off*, pois lhe poria uma questão delicada. Depois de muita conversa e vários cappuccinos, ele se sentiu mais à vontade e começou a falar dos disparos contratados durante a eleição de 2018 (MELLO, 2020, p. 62).

A repórter narra que, assim que obteve a informação, ela explicou para ele que isso era ilegal segundo a Constituição brasileira. O entrevistado fez uma expressão de desagrado e, em seguida, a jornalista disse que cumpriria o combinado e que não publicaria o que lhe disse em *off*, mas que o áudio que ela recebeu estaria presente na reportagem. Mello disse que o empresário ficou muito nervoso com ela:

Novoa disse que negaria tudo. “Claro”, eu disse, “vamos ouvi-lo [em on] e publicaremos sua posição. Mas, como sei que é verdade, porque você acabou de me confirmar, vamos soltar a reportagem sobre a gravação.” Ele retrucou: “É mentira, não trabalhamos com empresas que tenham enviado campanhas políticas no Brasil. Tanto faz se gravaram sem permissão uma conversa

informal. Repito pela enésima vez: não trabalhamos com campanhas políticas no Brasil” (MELLO, 2020, p. 63).

Como nesta entrevista com Novoa e a que fez com Nascimento, Mello se refere aos seus personagens de forma descritiva no livro. Ela conta como os fatos ocorreram, o que foi falado durante as entrevistas e o que aconteceu quando publicou as matérias, mas ela não traz uma reflexividade sobre o teor dos diálogos. A jornalista não opina sobre as condutas das pessoas envolvidas em irregularidades ou em ataques a ela. Mello mantém uma distância, descreve os fatos e apenas denuncia de forma cuidadosa quando algo não ocorre dentro da legislação. Nota-se que a jornalista, em seu livro, amplia essa perspectiva e adota de maneira sutil a sensorialidade ao descrever locais em que entrevista Hans Nascimento e Luis Novoa; ao trazer características da aparência de Nascimento; e ao evidenciar o seu ato de escuta quando descreve cenas em que seus entrevistados se irritam e se exaltam (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019). Além disso, é possível perceber a utilização de outras estratégias de resistência à lógica de objetivação do jornalismo, entre elas, pode-se destacar o cuidado com a fonte. Segundo as autoras Marocco, Zamim e Silva (2019), a escolha de fontes que não são centrais e usuais na mídia é uma forma de resistir a princípios positivistas no jornalismo. A autora não descreve todas as pessoas que entrevistou para escrever o livro, no entanto, entre os personagens que aparecem na narrativa, há as jornalistas mulheres que sofrem ataques misóginos e podem ser caracterizadas como parte de um grupo oprimido, o qual ganha visibilidade ao ter seu testemunho em evidência. Com isso, há mais uma ação que faz parte do que Marocco, Zamim e Silva (2019) entendem como ato de resistência, que é a utilização da palavra como arma. As pesquisadoras dizem que, com a mediação do jornalista, as testemunhas podem reivindicar seus direitos ao exporem seus sofrimentos. Dessa forma é, também, possível notar a presença do testemunho performado *na* mídia (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Mello não traz citações na íntegra dessas jornalistas, mas faz referência ao que ouviu delas e ao que pesquisou também. Quanto à forma pela qual aborda esses assuntos delicados com as fontes, a autora diz que

[...] se tem algum indício de que a pessoa está desconfortável eu não faço, eu paro. Eu pergunto várias vezes: “Olha você realmente está confortável? Você quer realmente que ponha seu nome você, não quer, se você não quer mais, fala.” então acho que é uma coisa que tem que ter muito cuidado, muito. Com as jornalistas eu perguntei, “olha, eu sei que você passou por uma coisa desse tipo, você gostaria de falar? Isso faria bem pra você?”. Então, assim, eu acho que a gente tem que ter um cuidado muito grande com isso, né? Não virar esse jornalismo sem sensibilidade, né? (MELLO, 2022).

Dessa forma, Mello demonstra sua sensibilidade diante da dor do Outro, o valor do seu testemunho e a potência da escrita para reivindicar os direitos das mulheres que foram oprimidas. Ela também traz testemunhos das fontes que possuem um valor em sua investigação e, no caso de Nascimento, ela expôs o que foi conversado entre eles, mostrando a injustiça que ela mesma sofreu diante das mentiras e do assédio cometido contra ela.

3.2.2 A construção narrativa de “A máquina do ódio”

Durante a leitura de “A máquina do ódio”, é possível perceber, como já dito, uma tentativa de distanciamento entre os fatos que a jornalista apresenta e o que ela reflete sobre eles. Inicialmente, como disse em entrevista, Mello começou a escrever o livro pois queria se aprofundar na questão dos líderes populistas na Índia, no Brasil e nos Estados Unidos, que utilizam as redes sociais e os dados privados de eleitores para disseminar desinformação e tentar manipular o debate público a favor deles. Entretanto, as circunstâncias mudaram quando Nascimento fez falsas acusações contra a jornalista na CPMI das *fake news*. Ela utilizou o livro como uma resposta a todo linchamento virtual que estava sofrendo. A partir desse acontecimento, a autora decidiu se colocar na história e escrever em primeira pessoa. Mello afirma que esse tipo de escrita não é usual para ela, mas que, diante desses acontecimentos, foi inescapável.

O valor dessa explicitação da autoralidade foi esse. Fazia parte da história. Eu acho que ser uma coisa absolutamente importante, essencial pra história. Ok, o que me incomoda um pouco é essa coisa assim, de simplesmente, sei lá, isso muito com correspondente, né, “ah, eu vou viajar não sei onde, aí eu faço a matéria”, tipo não, não interessa, a gente está lá pra mostrar o que as pessoas de lá estão vivendo, e não o que a gente com o nosso olhar ocidental, sei lá o quê, está vendo. Então, é por isso um pouco essa alergia, né? Eu não gosto muito dessa coisa de jornalista como personagem. Do mesmo jeito que eu acho que o jornalista não deve ficar fazendo nenhum tipo de ativismo, isso é uma opinião pessoal, tem gente que não concorda. Eu acho que repórter também não precisa, não deve se colocar muito no texto, porque não é função, né? Você quer tentar ajudar a contextualizar e mostrar outras realidades, e não a realidade filtrada pelo seu olhar (MELLO, 2022).

Diante desse relato da autora, percebe-se um olhar correspondente aos princípios positivo-funcionalistas que colocam o profissional do jornalismo como alguém que

pode se desvencilhar da realidade em que está inserido e escrever um texto imparcial. Silva (2021) afirma que o jornalista também é parte da sociedade, sendo, pois, constituído por experiências que o fazem atravessar por diversas ideologias, e constroem uma visão de mundo, onde ele também vive o racismo, o machismo, o classicismo. Dessa forma, não há um olhar alheio a esses atravessamentos que possa fazê-lo escrever um texto isento. A pesquisadora diz que o rompimento com o mito da neutralidade é importante para haver uma responsabilidade do profissional diante de sua reflexividade e interpretação das informações coletadas.

No entanto, no livro, a autora faz uma crítica à chamada “falsa equivalência” da imprensa, premissa pautada dentro da lógica positivista no jornalismo que se refere a colocar os dois lados de uma história como equivalentes, com o mesmo peso:

[...] para circunscrevermos a nossas fronteiras: “O presidente Jair Bolsonaro afirma que a cloroquina cura pacientes com covid-19. Especialistas divergem”. Não, não tem nada de dois lados aqui. O correto seria: “O presidente Jair Bolsonaro afirma que a cloroquina cura pacientes com a covid-19. Vários médicos e estudos afirmam que não há dados comprovando a eficácia da cloroquina, e alguns pacientes têm problemas cardíacos por causa do remédio. Não saiam de casa para comprar cloroquina” (MELLO, 2020, p. 162-163).

Nota-se que a autora defende que os jornalistas não devem escrever uma matéria utilizando o filtro do próprio olhar e segue o princípio positivista que valoriza apenas métodos de observação de um objeto de forma concreta, desconsiderando a importância da reflexividade e da abstração da razão (MEDINA, 2008).

Por outro lado, quando a jornalista fala de sua experiência pessoal diante dos ataques que sofreu, ela não esconde o que passou. Isso acontece desde o início do livro, quando ela relata a experiência com seu filho, que achou um vídeo em que o deputado Alexandre Frota direciona xingamentos a sua pessoa. Ela também dá detalhes de como recebeu a notícia de que Nascimento estava difamando na CPMI: “eu estava no carro, dirigindo, minhas mãos tremiam, os joelhos batiam um contra o outro. Espumava de raiva” (MELLO, 2020, p. 94). Os ataques fizeram com que a jornalista, sempre que precisava fazer alguma reportagem sobre o governo, temesse o que poderia acontecer depois com ela e se haveria retaliações. Mello fica se perguntando se vale mesmo a pena escrever e diz acreditar que muitos jornalistas passam pela mesma situação. O testemunho performado *pela* mídia é, conforme Frosh e Pinchevski (2009), o momento em que o profissional, por meio da escrita, reflete sobre o que viveu, ouviu e sentiu e

expressa seu testemunho sobre esta realidade. Por intermédio do livro “A máquina do ódio”, Mello relatou seu testemunho sobre o que viveu e viu a respeito da violência digital e das *fake news*, além de expor o que ela e outras pessoas sofreram.

O relato de Mello ganha ainda mais importância ao se considerar a potência temporal da narrativa. Pela perspectiva de Quéré (2012), é possível entender que, ao trazer em seu livro esses acontecimentos, Mello pode tentar controlar uma reaparição dessas ocorrências, ou seja, há a possibilidade de evitar que novas agressões similares aconteçam a ela ou a outras pessoas.

Sobre a violência sofrida pelas mulheres jornalistas, conforme Manso também relatou em entrevista, Mello reitera que não há comparação nas diferenças de violência entre os gêneros. A violência contra mulher é muito maior e mais grave:

E as jornalistas mulheres são as vítimas preferenciais. À diferença de nossos colegas homens, é muito mais corriqueiro termos dados pessoais expostos na internet, sofremos comentários jocosos sobre nosso aspecto físico, ofensas à nossa honra e ameaças on-line que muitas vezes migram para o mundo real (MELLO, 2020, p. 93).

Sobre a narrativa do livro, a jornalista disse em entrevista que há muita diferença entre os livros de repórter e o jornalismo diário, porém, a questão da subjetividade não foi um ponto abordado pela autora. Mello conta que as maiores diferenças estão no aprofundamento das questões, havendo nos livros uma imersão muito maior no assunto; na diferença dos prazos e da urgência de publicação; e falou também sobre o cuidado com o texto, que o autor escreve e reescreve muito mais, sendo o texto constantemente editado.

3.2.3 Processo de compartilhamento que pressupõe o leitor

Segundo Ricoeur (1994), a reverberação é um dos mais importantes estágios da narrativa, pois nela existe o encontro com as referências do mundo, novos sentidos e significados são criados a partir dos leitores e a narrativa alcança seu sentido pleno, quando é restituída ao tempo do agora e do padecer da *mimese* III. Em “A máquina do ódio” é possível notar em vários momentos que há um cuidado com a escrita, pois a autora se preocupa com seu leitor e traz as definições de diversos jargões jornalísticos, além de explicar as estratégias e etapas do fazer jornalístico. Dessa forma, é possível

considerar que ela pressupunha que seus leitores poderiam não fazer parte do mesmo meio que ela e, por ser um público não especializado, essas explicações faziam sentido:

A reverberação do livro foi muito bacana, porque, primeiro, eu acho que tiveram muitas pessoas que eu acho que entenderam um pouco o como é que é que se faz uma reportagem, né? De participar ali de como é que funciona. Segundo, de entender um pouco desse mundo que a gente está vivendo, só um pedaço, né? E, assim, obviamente, eu não sou uma superespecialista, mas do que eu pesquisei, de entender, né? Como essa tática de desinformação e como esse novo tipo de propaganda política funciona né? Então as pessoas ficaram muito felizes, acharam muito interessante, ficaram muito interessadas, eu recebi muitos, muitos e-mails muito legais. Muitas mensagens e muita gente também que como mulher se identificou porque é isso, né? (MELLO, 2022).

O livro “A máquina do ódio” foi escrito “a quente”, ou seja, enquanto os acontecimentos ainda estavam em curso. Além disso, foi após as acusações infundadas que recebeu na CPMI que ela decidiu mudar a perspectiva do livro e fazê-lo em primeira pessoa, contando sobre a sua experiência e os ataques. Mello moveu processos contra seus agressores, inclusive contra o presidente Jair Bolsonaro, que foi condenado a pagar uma indenização de vinte mil reais, e contra seu filho, Eduardo Bolsonaro, também condenado a pagar de trinta a trinta e cinco mil reais por danos morais.

Mello afirma que a preferência por atacar mulheres é associada a preconceitos ancestrais e que “parte dos apoiadores de líderes populistas gosta de poder se libertar do politicamente correto e se deleita com essa ‘licença’ para dar vazão a um machismo encrustado” (MELLO, 2020, p. 101). Como Pinheiro-Machado (2020) apontou, é uma estratégia para a manutenção do patriarcado que busca eliminar qualquer forma de resistência feminina ao sistema atual. Por um lado, Mello foi brutalmente atacada virtualmente desde a primeira reportagem publicada, de outro, Manso quase não recebeu nenhum tipo de ataque depois da publicação do seu livro e do *podcast*.

“A máquina do ódio” ganhou relevância no país e foi um dos indicados ao prêmio Jabuti na categoria Biografia, Documentário e Reportagem. Mello disse em entrevista que reconhece a importância dos livros na luta para “tentar brechar uma escalada do autoritarismo” (MELLO, 2022). Quanto ao seu livro, a repórter diz que

[...] se ele pelo menos abordou o assunto de uma forma um pouco mais clara e mais real ali sobre a desinformação e sobre esse tipo de manipulação de debate público, eu já ficaria bem feliz. Pras pessoas entenderem um pouco o que vai por trás, né? Como pouco disso é orgânico e espontâneo nas redes sociais, então se se ajudou um pouco nisso, eu já fico feliz, mas eu não tenho

nenhuma pretensão de que, sei lá, tenha tido um papel aí nessa luta (MELLO, 2022).

De acordo com os estudos de Frosh e Pinchevski (2009), o testemunho performado *através* da mídia é este em que o leitor é testemunha de tudo aquilo que leu na narrativa jornalística. A jornalista compreende o valor da reverberação de seu livro na tentativa de que seu público testemunhe tudo aquilo que ela traz em forma de relato, para que haja um maior entendimento sobre as questões que ela apresenta, apesar de dizer que não tem a pretensão de assumir um papel de grande relevância na luta contra a violência dos tempos atuais no Brasil.

3.3 Aproximações e distanciamentos das narrativas

Este trabalho não teve o intuito de fazer uma análise comparativa, mas serão destacadas, aqui, algumas relações, diálogos e diferenças entre os procedimentos dos autores sobre as obras. Ambos os livros trazem uma perspectiva jornalística sobre violência, política brasileira e narram, também, acontecimentos que possuem algum tipo de relação com a família Bolsonaro.

Manso reforça a ideia de que a investigação feita para o seu livro nunca teve o intuito de entregar alguém que testemunhou suas experiências para ele, o autor afirma que o seu trabalho não é como um “inquérito policial” em que ele precisa apresentar os dois lados da situação. Até porque, como explica Silva (2021), não existe apenas dois lados e uma verdade, existe uma multiplicidade de verdades e uma pluralidade de sentidos em uma só situação. Em seu livro, Mello também critica o que chama de “falsa equivalência”. Ela diz que o jornalista, em muitos casos, não pode equiparar dois lados como se tivessem o mesmo peso e cita casos em que compara discursos de desinformação e fatos devidamente apurados. Henriques (2021) apresenta e explica duas diferentes perspectivas sobre a questão de trazer dois lados de uma situação no texto jornalístico: a do ritual estratégico e a da intersubjetividade. A perspectiva do ritual estratégico é associada à invocação de um procedimento ritualístico na profissão, e a adoção desses dois lados seria um desses procedimentos, que, de certa forma, procura “blindar” o profissional de potenciais críticas, uma vez que ele apresenta lados antagônicos para se isentar de tomar uma posição sobre a situação relatada: “para o *ritual estratégico* o que importa, quando se trata de objetividade, é o jornalista se

resguardar da exposição e deixar que os fatos “falem por si mesmos”, como se isso fosse uma operação possível” (HENRIQUES, 2021, p. 77). Já a perspectiva intersubjetiva utiliza-se de uma variedade de pontos de vista para uma aproximação do acontecimento:

Nesse horizonte de interpretação, apesar do conhecimento ser considerado uma operação viável, nunca nos é possível acessar a objetividade nela mesma, separada e independentemente de sujeito, restando como concepção de método mais adequado não mais aquele que apreende a “coisa em si mesma”, mas o que permite que o jornalista se aproxime o máximo possível dessa realidade primeira (HENRIQUES, 2021, p. 64).

Dessa forma, é possível compreender que ambos os jornalistas seguem por essa perspectiva de objetividade por aproximação, tendo as entrevistas realizadas com diversas pessoas o propósito de relatarem o acontecimento de forma mais próxima possível da realidade. Porém, há duas diferenças entre Manso e Mello que podem ser destacadas, uma delas é quanto à abordagem temporal de cada um dos livros. Como é um livro escrito “a quente”, Mello trabalha com uma construção de texto estruturada em fatos que se restringem ao tempo presente, enquanto Manso traz um embasamento histórico para analisar os acontecimentos atuais. Outra diferença é quanto ao que pensam a respeito da presença do jornalista em seu próprio texto. Manso acredita que o profissional do jornalismo, por mais que tente se distanciar e apresentar os fatos com precisão e objetividade, está atravessado por sua construção social e seu olhar, de alguma forma, vai estar com uma “lente” colocada pela constituição do ser, sua posição social, sua raça, seu gênero e sua visão de mundo. Já Mello acredita que o jornalista não deve escrever uma matéria com esses filtros, com seu próprio olhar. Ela traz o exemplo de jornalistas que vão cobrir guerras no Oriente:

o que me incomoda um pouco é essa coisa assim, de simplesmente, sei lá, isso muito com correspondente, né, “ah, eu vou viajar não sei onde, aí eu faço a matéria”, tipo não, não interessa, a gente está lá pra mostrar o que as pessoas de lá estão vivendo, e não o que a gente com o nosso olhar ocidental, sei lá o quê, está vendo. Então, é por isso um pouco essa alergia, né? Eu não gosto muito dessa coisa de jornalista como personagem. Do mesmo jeito que eu acho que o jornalista não deve ficar fazendo nenhum tipo de ativismo, isso é uma opinião pessoal, tem gente que não concorda. Eu acho que repórter também não precisa, não deve se colocar muito no texto, porque não é função, né? Você quer tentar ajudar a contextualizar e mostrar outras realidades, e não a realidade filtrada pelo seu olhar (MELLO, 2022).

Entretanto, como afirma Silva (2021), os conhecimentos sociais interferem nas percepções de mundo e na compreensão das relações sociais, podendo ser reproduzidos

nas construções noticiosas. Se não há o reconhecimento de certa subjetividade intrínseca à escrita jornalística, não há uma corresponsabilidade com o que é publicado, e esse reconhecimento é fundamental para a produção de conhecimento, de sentidos e, também, para o processo de cognição da realidade. O jornalismo necessita da objetividade para esta aproximação com o real, mas também é preciso reconhecer as subjetividades existentes para uma compreensão do olhar que o jornalista apresenta no texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, buscou-se compreender de que forma os testemunhos midiáticos presentes nas narrativas “A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro”, escrito por Bruno Paes Manso, e “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, por Patrícia Campos Mello, em consonância com entrevistas feitas com os respectivos autores, apresentam aspectos que demonstram uma ampliação da prática e uma possível resistência aos moldes positivistas da prática jornalística. Além disso, procurou-se entender, dada a disputa de narrativas em curso, como estes livros de repórter podem desempenhar um papel de resistência contra a violência e o mal vividos na atualidade brasileira. Para isso, foram investigadas as relações entre os autores e suas fontes e personagens, a construção narrativa destes livros de repórter, por meio dos testemunhos, e a potência da reverberação destas narrativas.

Ao explorar essas narrativas, tendo como base os testemunhos midiáticos, houve a percepção das diferentes dimensões de testemunho que existem em uma só narrativa. De acordo com os pesquisadores Frosh e Pinchevski (2009), há três diferentes testemunhos performados no texto jornalístico: o testemunho *na* mídia, o testemunho *pela* mídia e o testemunho *através* da mídia. Essas formas de testemunho foram utilizadas como eixos norteadores dos operadores metodológicos adotados na pesquisa e permitiram que fossem analisadas as relações entre as testemunhas diretas de um acontecimento, o repórter como testemunha dos acontecimentos que relata e, por fim, ao pensar na escrita que pressupõem o leitor também como testemunha.

Foi visto, por meio da fundamentação teórica, que a narrativa atinge sua significação plena assim que se encontra com as referências do mundo, sendo restituída no tempo de agora, e o tempo torna-se humano a partir do momento em que é posto em forma de narrativa (RICOEUR, 1994). Ao narrar os acontecimentos passados tendo como base testemunhos, pesquisa e sua própria experiência, o repórter recupera memórias essenciais para a construção da história. Levando em consideração, então, a relação entre comunicação, história e memória, é possível que haja uma disputa memorialística que visa estabelecer novas memórias oficiais, dando luz a acontecimentos que antes não eram postos em evidência (RIBEIRO, 2000; BARBOSA, 2019; POLLAK, 1989). Este destaque dado aos acontecimentos gera a ocultação de outras formas de olhar para o mundo e isso ocorre porque as narrativas passam por um

processo de enquadramento, em que, para haver o foco em alguma conjuntura específica, é necessário deixar de olhar para o que fica para além da “moldura”. O trabalho do jornalista como observador do mundo mostra-se de grande relevância para romper com enquadramentos que desconsiderem a importância e a vida de corpos vulneráveis e, a partir de sua escrita, são criados novos quadros, significados e sentidos (BUTLER, 2015).

O testemunho sobre o sofrimento destes grupos à margem ganha força e a narrativa jornalística pode atuar, dessa forma, como arma contra a opressão e a intolerância. Como foi analisado, o livro “A máquina do ódio” traz os testemunhos das mulheres jornalistas que receberam diversos tipos agressões e busca, assim, explicitar essas relações de violência e de certa impotência desse grupo. Já Manso condena, de forma explícita, em seu livro, a atuação repressiva das operações policiais em morros e o domínio das milícias, nocivo à população. O jornalista traz o testemunho de Reginaldo, criado no Morro do Alemão, que nasceu em uma comunidade onde vivenciou a violência policial de perto. Reginaldo cresceu e se tornou educador, mediador de conflitos, ativista e empreendedor. Manso conta também sobre a trajetória de Marcelo Freixo, político que instaurou a CPI das Milícias no Estado do Rio de Janeiro e que, antes disso, teve seu irmão assassinado pela milícia carioca. Por causa dessa violência e do mal em vigor, especialmente na Era Bolsonaro, é possível entender a necessidade do testemunho jornalístico que revela acontecimentos importantes para a compreensão das relações que viabilizaram a atual conjuntura social e política. Mesmo que a abordagem temporal seja feita de forma distinta, como foi visto no tópico anterior, em que Mello adota uma temporalidade com foco no presente e Manso traz um aprofundamento histórico, social, político e cultural, ambos os livros discutem os abusos, os crimes e a violência advindos da Era Bolsonaro. Dessa forma, eles são de grande valor para a luta contra a barbárie, uma vez que também tiveram uma repercussão relevante no país, além de colocarem em pauta de forma aprofundada todas essas ocorrências. É importante considerar que os autores nunca tiveram o intuito de que suas obras fossem tidas como detentoras de alguma forma de “verdade absoluta” e demonstram, de forma humilde, nas entrevistas, que ficam satisfeitos se, de alguma forma, seus livros auxiliarem na compreensão dos fatos ocorridos, para que acontecimentos similares não voltem a acontecer. Isso pode ocorrer através da reverberação do testemunho jornalístico – que é a última instância do testemunho midiático –, à medida que as causas dos acontecimentos passados são questionadas e

revela-se novos detalhes e descobertas após a investigação e a pesquisa feita por esses profissionais. Dessa forma, é possível estruturar uma predição de futuras possibilidades em virtude das consequências e potencialidades provocadas por esses acontecimentos (QUÉRÉ, 2012).

Considera-se também que os autores dos livros analisados contribuem com ações de resistência diante de alguns controles discursivos positivistas que podem ser associados ao jornalismo de referência (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019). Essas ações podem ser relacionadas, primeiramente, ao cuidado com a escolha das fontes, uma vez que eles trazem testemunhos de pessoas que viveram alguma situação de opressão. Pode-se destacar, neste caso, os testemunhos das jornalistas agredidas presentes em “A máquina do ódio” e as histórias contadas, em “A república das milícias”, sobre pessoas que vivem em áreas que sofrem com operações policiais ou que são dominadas pelas milícias. Dessa forma, eles também trazem a segunda ação de resistência que é a utilização da palavra como arma, uma vez que, ao narrarem as experiências das testemunhas oprimidas, buscam por uma reivindicação de seus direitos. Outra característica presente nas obras que se configura como uma ação de resistência é a experiência sensorial, visto que na narrativa dos autores há a descrição sobre o que viram, ouviram e sentiram em relação aos acontecimentos relatados. E isso evidencia também a última ação de resistência identificada: o processo de escritura, onde, a partir de uma boa escuta dos sons e da forma com a qual os entrevistados se expressam, os jornalistas permitem que o leitor se transporte para o lugar descrito (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019).

A partir disso, considera-se que os livros de repórter subvertem modos de objetivação do jornalismo de referência ao resgatarem a experiência do narrador, trazerem subjetividades presentes na relação repórter-fonte, ampliarem as vozes que compõem esta polifonia de fontes e, também, ao permitirem a reflexividade dos próprios jornalistas sobre a prática (MAROCCO; ZAMIM, SILVA, 2019). Em relação a essa reflexão, ambos os jornalistas ponderam sobre a prática jornalística em seus livros. Mello, por exemplo, critica a falta de transparência sobre os processos de aquisição de informação em algumas matérias que são publicadas e a “falsa equivalência” que é posta em algumas reportagens. Já Manso explica em seu livro sobre a diferença da relação que ele tem com suas fontes, principalmente quando entrevista milicianos, traficantes etc., pois seu propósito como jornalista é usar os testemunhos dessas fontes para compreender melhor a sociedade de hoje, e não para denunciá-los a autoridades ou

inimigos, como acaba sendo feito em algumas matérias de editoria policial de alguns jornais.

Assim, como foi visto, nos livros de repórter os profissionais podem estabelecer uma relação de alteridade com suas fontes ao explicitar detalhes do envolvimento deles nas entrevistas, criando a percepção do Eu na construção do Outro em sua narrativa. Desse modo, mais uma vez, é possível reiterar a manifestação de uma ruptura paradigmática e epistemológica, visto que estas práticas jornalísticas são contempladas com evidenciação de uma dimensão subjetiva em que os repórteres-autores criticam a própria área e entendem-se como sujeitos-repórteres mediadores do acontecimento, descrevendo seu corpo e sua sensorialidade em seus textos (MAROCCO; ZAMIM; SILVA, 2019).

Dessa forma, os livros de repórter são de grande valor na ampliação da prática jornalística, por romperem com o modelo de jornalismo que desconsidera qualquer nível de subjetividade. Como já foi dito neste trabalho, a visão de mundo do jornalista é intrínseca à sua escrita, sendo honesto e responsável que este nível de subjetividade esteja transparente no texto jornalístico e que isso não signifique descartar a objetividade no jornalismo, fundamental para a tentativa de aproximação máxima do acontecimento jornalístico. Trazer diversos lados e verdades para uma produção jornalística é fundamental para a construção de uma comunicação plural, e isso não é sinônimo de neutralidade do profissional. A “falsa equivalência” não é efetiva para a interpretação das situações apresentadas, ela, muitas vezes, existe para camuflar a parcialidade do jornalista, transparecendo a ideia de isenção de opinião. A multiplicidade de fontes é fundamental quando usada para construir uma matriz de verdades que ajudam a restituir um acontecimento e traz um aprofundamento da compreensão da realidade social (HENRIQUES, 2021).

Sendo assim, os livros analisados nesta pesquisa apresentam ações de resistência à objetivação positivista que normalmente é vista no jornalismo de referência. Embora apresentem mais aproximações que diferenças, é possível notar dinâmicas distintas na construção narrativa. Em “A república das milícias”, Manso indica traços de presença autoral no livro, de forma evidente, ao colocar de forma mais expressiva sua opinião sobre o que pesquisa, escuta e compreende. Mello traz algumas características de explicitação da subjetividade ao escrever em primeira pessoa e ao relatar sobre sua experiência como jornalista, sobre críticas à área e sobre as agressões que viveu. Entretanto, em entrevista, ela afirmou que demonstrou esta dimensão subjetiva por

conta da necessidade e da urgência das violências que estava sofrendo, mas que não era seu intuito quando começou a escrever o livro. Manso revela, ao ser entrevistado, que ele entende não haver como se distanciar completamente da sua construção social como homem, de classe média, branco, entre outras classificações, pois isso faz parte dele, apesar de se esforçar para não permitir que algum preconceito dificulte sua interpretação e sua experiência narrativa.

No caso de Mello, nota-se uma aparente contradição entre o que a autora diz na entrevista e o movimento que ela faz ao escrever o livro. Apesar de afirmar que acredita que o repórter não deva escrever um texto jornalístico aplicando o filtro do próprio olhar, a jornalista explica que foi necessário trazer a sua própria experiência e o texto em primeira pessoa para poder enfrentar as violências e as *fakes news* que estava sofrendo. Isso mostra que, ao apresentar essa visão subjetiva para o espaço público, ela trouxe a sua visão da verdade para combater a desinformação e as agressões que estava vivendo. Esse movimento alterou a sua escrita e ampliou a sua própria prática jornalística. Dessa forma, fica evidente que, diferentemente de Mello, Manso contribui, de forma consciente, com a perspectiva que compreende a necessidade de se considerar e de trazer, de certa forma, os níveis de subjetividade intrínsecos à escrita jornalística. No entanto, ambos os jornalistas colaboram com as ações de resistência aos controles discursivos positivistas em seus livros.

Outra característica de resistência a ser destacada é a própria escolha da pauta a ser investigada. Em entrevista, Manso afirma que, quando trabalhava em redação de jornalismo diário, raramente podia escrever sobre os temas que eram relevantes de acordo com o seu ponto de vista, além de considerar que foi um período profissional da sua vida que o violentou muito. Ele vê nos livros de repórter um lugar de liberdade para explorar os assuntos que lhe interessam e faz essa abordagem de forma única e diferente do jornalismo de referência. E, de certo modo, Mello também faz esse movimento ao abordar a temática de forma diferente do trabalho que faz como repórter de *hard news* e ao reconhecer as vantagens do aprofundamento dos acontecimentos e da transparência do processo de apuração.

Por fim, este trabalho buscou analisar a potência dos testemunhos jornalísticos que se apresentam não como atestação de uma verdade – tendo as citações dos entrevistados sido usadas como oposição de olhares para uma mesma situação, sendo ferramenta para a isenção da opinião do repórter –, mas, considerando todas essas formas de testemunho, como um leque de verdades, de condições e de circunstâncias

que trazem pluralidade e uma visão integral e múltipla da realidade. Em um cenário onde a desinformação é altamente disseminada, estas obras mostram-se aliadas à luta contra o mal e a violência presentes na atualidade brasileira, uma vez que investigam e interpretam os acontecimentos jornalísticos trazendo esta pluralidade de vozes e ampliando o alcance dos testemunhos de corpos vulneráveis que ainda sobrevivem à barbárie brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. K. G. **O testemunho jornalístico nas obras “1968: o ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano que o Brasil flertou com o apocalipse”**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.
- ANTUNES, E. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2007.
- _____. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporanea**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 1-21, jun. 2008.
- BARRETOS, D. **Experimentar encontros e compartilhar sentidos: a escrita de si e do outro nas narrativas de jornalistas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8012/1/DISSERTA%
c3%87%c3%83O_ExperimentarEncontrosCompartilhar.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8012/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ExperimentarEncontrosCompartilhar.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BRUM, E. **Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre: Arquipélago Editoria, 2019.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDAU, J. A memória e o princípio da perda. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 843-872, 2012.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. **Leituras do jornalismo**, Bauru, v. 2, n. 4, p. 1-31, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- _____. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-21, 2016.
- FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. Introduction: why media witnessing? Why now? *In*: FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing: testimony in the age of mass communication**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-19.
- FRANÇA, V. Acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. *In*: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 39-51.
- _____. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciber Legenda**, Niterói, n. 5, p. 1-19, 2001.

FROSH, P. Telling presences: witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers. *In*: FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-21.

HENRIQUES, R. S. P. A objetividade jornalística por aproximação ou como ritual estratégico. **Contemporanea**, Salvador, v. 19, n. 2, p. 59-78, mai./ago. 2021.

LAGE, L. R. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. *In*: LEAL, B.S.; CARVALHO, C. A. **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 227-245.

_____. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, ago./nov. 2013.

_____. **Testemunho do sofrimento nas narrativas telejornalísticas**: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. As implicações políticas do testemunho midiático: breve trajetória conceitual. *In*: MARTINEZ, M. L. C.; Storch, L. **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2018. p. 121-138.

LEAL, B. S. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. *In*: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 25-48.

MAGALHÃES, M. **Sobre lutas e lágrimas**: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MAIA, M. R. A regra da transparência como elemento democratizador no processo da produção jornalística. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 132-152, ago./nov. 2008.

MAIA, M. R.; TAVARES, M. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. *In*: SOSTER, D. A.; PICCININ, F. Q. **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas epistemológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p.73-85.

MAIA, M. R. O uso crítico da memória nas narrativas jornalísticas sobre o rompimento da barragem da Vale. **Famecos**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 1-13, jan./dez. 2020b.

MANSO, B. P. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MAROCCO, B. Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística. **Galáxia**, São Paulo, n. 30, p. 73-85, dez. 2015.

MAROCCO, B.; ZAMIM, A.; SILVA, M. V. Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito. *In*: MAROCCO, B.; ZAMIM, A.; SILVA, M. V. **Livro de repórter**: autoralidade e crítica das práticas. Santa Maria: Facos, 2019. p. 23-48.

MAROCCO, B. Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. *In*: MAROCCO, B.; ZAMIM, A. **Crítica das práticas jornalísticas**. Santa Maria: Facos, 2021. p. 83-102.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

NEVEU, E. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 1, 2010.

PERES, A. C. Jornalismo: testemunha lacunar da história. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 25–37, 5 jul. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In*: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

RESENDE, F. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 85-102, 2005.

_____. O Jornalismo e suas Narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

RESENDE, F.; PERES, A. C. Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 121-137, ago. 2016.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. **Lugar comum**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.

RICOEUR, P. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. São Paulo: Unesp, 2019.

_____. **Tempo e Narrativa**: a narrativa e a intriga. Campinas: Papyrus, 1994.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

SILVA, M. V. O jornalismo deve contribuir para ruptura do sistema. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, jan./jun. 2021.

TRAVANCAS, I. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. *In*: MAROCCO, B. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012. p. 15-30.

ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

4: A construção do mito. Carol Pires. Rádio Novelo, 21 out. 2020. *Podcast*.
https://open.spotify.com/episode/2JrxUgnONvqS25yFbvjeVT?si=f-vR9m2XRySzTsWygG9Zlg&dl_branch=1. Acesso em 3 out. 2021.

APÊNDICE A

Entrevista com Bruno Paes Manso (realizada em 26 de janeiro de 2022 via *Google Meet* com respostas adicionais recebidas em 23 de fevereiro de 2022)

Entrevistado por Maíra Theophilo de Souza Amaral

Maíra Amaral: Durante a leitura de “A república das milícias”, pude notar um conjunto de marcas autorais na sua escrita que chamavam minha atenção, como por exemplo a contemplação dos lugares em que você estava, a percepção de sons e, também, a descrição de características que eram vistas e ouvidas a partir das suas fontes, como detalhes de suas expressões, de seus vocabulários, da forma em que se portavam e se apresentavam. Para você, qual é o valor desta explicitação da subjetividade e do seu próprio testemunho dentro de uma narrativa jornalística?

Bruno Paes Manso: Eu acho que em “A república das milícias” foi ficando mais claro. Eu tinha escrito outro, que é o “A guerra”, sobre o PCC aqui em São Paulo. E eu escrevi com a Camila, uma amiga minha, professora, e eu já sentia essa vontade de escrever em primeira pessoa, mas como a gente tava escrevendo em dois eu tinha um pouco mais de dificuldade. E o que me parece, a cada vez, como jornalista que tá trabalhando um pouco com Ciências Sociais, tentando misturar um pouco os instrumentos de análise, de pesquisa, de reportagem, de reflexão, é que primeiro é evidente que é algo muito pessoal o que eu tô enxergando. Com todos os meus filtros de história, de vida, de percepção, de preconceitos e tudo mais. Então eu, inevitavelmente, pra de alguma forma ser um pouco mais transparente, tento colocar a forma como eu tô vendo, eu tento colocar as minhas percepções ou as minhas estranhezas, para que, no final das contas, vire um personagem, também. E é um pouco o personagem observador que vai colocar seus filtros de classe média, estudante da USP e todas essas coisas. Então, eu achava que era uma forma de eu desconstruir essa ideia de isenção, de cientista, de uma análise que consegue se afastar disso que, de fato, não consegue. É óbvio que é um exercício de tentar fazer uma reflexão tirando seus preconceitos, suas idiossincrasias e todas as suas questões, mas eu achei que na narrativa isso era uma forma de deixar isso mais claro. Aí, sobre as características, sobre os contextos, sobre as descrições das pessoas,

ambiente e tal, eu acho que também o meu estilo de apuração ou a minha forma, como depois de tantos anos eu fui ficando mais à vontade, é que eu como jornalista e como cientista social etc., pra mim algumas histórias pessoais são muito importantes, pra me fazer refletir sobre um monte de coisa. Eu não sei, talvez seja a minha personalidade, eu não sei qual é que é, na verdade. Mas eu, muitas vezes, algumas histórias de algumas pessoas me fizeram enxergar um monte de coisa que eu não via mesmo, assim, coisas que eu passei dez anos lendo em livros, em ciências sociais e tudo mais, a ficha caiu durante uma trajetória pessoal de uma pessoa que contou como ela viveu tal coisa, como que ela decidiu de tal forma. O próprio Lobo, o depoimento dele traz muitas dessas coisas que me fazem refletir assim, a partir das ciências sociais. Mas esse contato com personagens, com pessoas, com trajetórias de vida, pra mim sempre foram muito importantes pra refletir depois sobre o contexto. Então, isso eu falava muito, em 2013, quando eu cobri o junho de 2013 nas ruas. Aí eu vi todo aquele fenômeno do Mídia Ninja e tal. Com os celulares, pela primeira vez o *streaming* cobrindo as manifestações. Eu trabalhava no *Estadão*, na época, e eles tavam criticando muito os jornalistas e tal, enfim, foi um momento importante do jornalismo. Mas eu lembro que uma coisa que eu argumentei foi que “beleza, eu acho ótimo você estar lá no meio da manifestação com o celular e gravando, mas chega um momento que você, a partir da hora que você vai escrever e refletir, aquelas histórias são sensacionais, mas você tem que colocar seu celular num *drone* e olhar de cima pra, a partir daí, você entender a história que você tá contando. Porque todo mundo tá junto na manifestação enxergando as coisas, mas o trabalho jornalístico, de contar uma história, tem que aproveitar desse privilégio da presença, mas você tem aí um exercício de reflexão, de narrativa e que exige você olhar de cima também pra entender o que aquelas figuras representam e tal. Então, pra mim sempre funcionou muito assim, histórias de pessoas, histórias de vida, você tá lá do lado, próximo, falando olho no olho e tal, mas, depois, você tenta entender essa pessoa num contexto, né? Então por isso que esses elementos de descrição são muito importantes. Eu acho a história da pessoa, o tipo da pessoa, a personalidade, tudo isso muito importante, mas, depois, eu vou, a partir dessa história refletir sobre o contexto. Mas, então, são dois movimentos que eu acho importante fazer.

.

M.A.: No livro e no *podcast* você relata sobre como você precisava se portar diante de algumas fontes para gerar uma empatia e elas confiarem em você para contar suas

experiências. Na sua opinião, qual é a importância que a transparência dos processos jornalísticos tem durante a apuração e publicação de uma história?

B.P.M.: Pra mim é fundamental, é o único jeito de eu chegar. Porque eu tenho há muitos anos escrito sobre temas muito delicados, né? Eu comecei escrevendo sobre os assassinos, né? Os assassinatos aqui em São Paulo, os autores de chacina, numa época em que São Paulo tinha muitos homicídios. Depois eu continuei nessa cena do crime, investigando e escrevendo a respeito disso São temas que são segredos, né? E, muitas vezes, o jornalismo aborda de uma forma mais investigativa, como no México, isso é muito comum, na Colômbia, aqui mesmo no Brasil... pra denunciar o crime, né? Como se fosse uma narrativa policial mesmo de justiça né? Você expõe o que você tá descobrindo para que a pessoa seja punida. Nunca foi essa a minha abordagem, nem esse meu interesse, o meu interesse era de autocompreensão, vamos dizer assim, de nós mesmos. De onde vem esse ódio, de onde vem essa raiva, de onde que vem essa organização criminosa, qual o sentido disso, por que que cresceu nas cidades, por que que cresceu agora, por que que os fuzis chegaram no Rio e não chegaram em outros lugares? São todas essas coisas que eu tento entender né? São várias perguntas pra tentar entender como que a gente chegou até aqui. E eu não tô contando isso pra dizer “ele é culpado!” ou “ele tem que ser punido, ele tem que ser preso”, eu não tô nem falando que um é melhor que o outro, não é o caminho que eu sigo. Eu tenho que ter a confiança da pessoa e, de alguma forma, eu tenho um argumento bom. Que, de fato, eu não quero condená-la, e é um favor, eu me sinto sempre muito grato quando elas me dão entrevistas que elas não precisavam dar mesmo, né? E eu tento explicar, elas são normalmente sendo apresentadas por alguém que elas conhecem, tenho uma certa vaidade, e elas também tem uma história aí que elas viveram e que às vezes parece que contar pros outros é uma forma também de você existir né. Tem uma vaidade, uma certa ideia de que “bom, ninguém vai saber tudo isso que eu vivi?” né? Trabalho com essas duas coisas. Então, se a pessoa quer e a pessoa tá disposta, e ela compreende o motivo, ela vai ser mais sincera, mais honesta e tá todo mundo desarmado. E aí, as coisas fluem. Nem sempre dá certo, claro, não é fácil. E não é só empatia, às vezes obvio que ela vai filtrar, algumas coisas ela vai contar e algumas coisas ela não vai contar. Mas, pelo menos, você reduz danos, né, de mentiras ou de silêncios. E eu acho que é a melhor forma de você conseguir o máximo, né?

M.A.: À medida em que você ia trazendo as particularidades das testemunhas, dos locais das entrevistas e das suas percepções acerca do que diziam, eu acompanhava a construção que você fez do Outro dentro da sua narrativa. Mas essa sua compreensão e interpretação sobre suas pesquisas, fontes e sobre o contexto em que estamos todos inseridos, também me dizia muito sobre você. Pude conhecer mais sobre o jornalista que passou por todas essas experiências e que refletia sobre o seu trabalho através da sua própria escrita. Entretanto, um sentimento que, para mim, não sobressaiu a partir da sua escrita do livro, de repente, apareceu no segundo e no sexto episódio do *podcast* “República das Milícias”. Foi sobre o seu nervosismo e o medo diante do que parecia ser uma situação de ameaça. Uma das situações de que estou falando é sobre a história do Pescador e o contato que você tinha que mediava essa relação. O que te motivou a trazer essa reação (o “esporro” que você diz que levou) do contato mediador para o *podcast*?

B.P.M.: Eu acho que o *podcast* foi super interessante, porque como eu já tinha escrito o livro, e quando a Globoplay veio oferecer a chance da gente fazer um *podcast*, eu falei que gostaria de fazer um *podcast* com a Rádio Novelo porque eu tinha gostado muito do “Praia dos Ossos”. E eu achava que era mais ou menos parecido com o que eu gostaria de fazer. Que a Branca Viana, né, que fez o Praia dos Ossos, e eu gosto muito desse tipo de narrativa, que é uma espécie de investigação em processo, porque você tá entrevistando as pessoas e você tá refletindo a partir do momento que elas tão falando. E aí você vai descobrindo algumas coisas, algumas ideias pré-concebidas vão sendo desconstruídas. É uma espécie de *making of*, você vai contando a história, mas você é um personagem também. E aí você aproxima o ouvinte a partir do momento que ele tá do seu lado na apuração, ela tá junto com você, tá investigando junto com você. Ele tá aprendendo junto com você da mesma forma que eu tava aprendendo lá ouvindo aqueles caras, as entrevistas são ótimas, os personagens são muito bons, né? No *podcast* tem várias falas lindas, assim, eu acabei de ouvir de novo, depois de um tempo. Várias entrevistas me deixaram impressionado com a qualidade das coisas que eles falavam. Eu to aprendendo, mas a pessoa também tá junto comigo, né, então, eu acho que esse bastidor, esse *making of*, aproxima né. A pessoa tá ali comigo.

M.A.: No final eu chorei! [risos]

B.P.M.: O final é super bonito, né? Não, eu também gostei! E, assim, o roteiro foi feito pelo Aurélio Aragão, né, que eu falo, e pelo Victor Hugo B., e pô, eu ficava surpreso com várias coisas que eles colocaram, que eles escreveram, e muitas pessoas falaram “Gostei mais do *podcast* do que do livro e tal” e eu falei “Pô, sério?”, “É, gostei e tal”. E eu também, várias coisas, do jeito que eles escrevem, eu acho que, em muitas vezes, muitas coisas são muito interessantes que, o Aurélio, por exemplo é um cara de TV, e ele tá muito ligado na imagem né. Na descrição da cena, são cenas e histórias que você visualiza, né? E eu como jornalista, eu tenho cacoete assim às vezes de muita informação num mesmo parágrafo, né, e às vezes, isso não é tão necessário, né? E a gente, eu que tenho esse vício de jornalista de jornal, mesmo, né, de às vezes você tem que ser quase preciso, documental e tal. E ele tinha essa proposta de roteiro que eu gostei muito, e ele falou “você vai virar um personagem”, e eu falei “não, beleza, vamo nessa”. E ele explorou muito isso, né, eu como um personagem, como um cara que tá investigando e tô conduzindo ali a narrativa da história. Então foi essa, foi essa maneira, a história do cesto também. Pô, aquela história eu falei, “meu, tem uma história que foi absurda, que eu cheguei lá”, e eu contei, porra...É muito a história do paulista, mesmo né. Os homens cariocas tem muito dessa coisa: “Ô, filho da puta, como você tá, cuzão?” Né? O tempo inteiro, “e aí, já deu o cu?” umas coisas, assim, absurdas que é muito presente no Rio, né? É muito de homem falando. E não é em São Paulo, né? Quero dizer, pode ter, mas sei lá, tô mais velho, sei la qual é que é, mas pra mim não era natural. E eu achei que um tava xingando o outro e isso foi bem engraçado, que eu fiquei “nossa o que aconteceu?”, não é? [risos]. É muito engraçada essa história. Eu não sabia nem se eu tinha conseguido gravar. Eu falei “olha, tem uma parte nessa entrevista com o Cláudio que eu lembro disso, e aconteceu isso, vê se eu gravei, eu não lembro porque teve umas partes que eu cortei de tão nervoso que eu tava, né?” E é engraçado que eu ainda falei “eu ainda comecei a fazer umas perguntas meio idiotas e tal” e aí aparece e eu falo: “como é que você entrou na polícia?” (risos), “o que te motivou a entrar na polícia” (risos). Então é uma cena super engraçada, aí o Aurélio fez esse gancho que é demais, genial, que é a história do *pitbull* e do, como é que é?, Do *shitsu* e do *pitbull*, não é? E aí ele fala: “ele parece um *pitbull*, mas, na verdade, é um *shitsu*, né? E a história do Adriano, como é que você vai diferenciar o *pitbull* do *shitsu*, aí ele já faz essa emenda, né? Assim, umas coisas que eu achava que o cara teve uma sacada genial e ele, né, foi ele. Foi um trabalho em equipe mesmo. [...]

Mas eu personagem, eu paulista otário, assim, sabe? Vesti essa camisa, assim.

M.A.: Mas você se sentia assim?

B.P.M.: Não me sentia um paulista otário, assim, mas tem um choque cultural aí, né? Tem um choque cultural de você quando vai conversar com as pessoas no Rio, é muito natural que eles tentam te aproximar e que você tem que ser um amigo deles. É difícil você manter um certo distanciamento, é difícil você manter a identidade de jornalista: “o jornalista que está lá ouvindo”, não. Você tem que ser o “*brother*” e tem que falar “ô, e aí, viado, sério?”, sabe? Tem que ter uma conectividade aí, uma empatia, que você tem que abrir alguma porta aí que normalmente você não precisa abrir aqui em São Paulo. Então se eu for falar com o cara do *hip hop*, eu sou o jornalista falando com o cara do *hip hop*, ele vai me contar as coisas, eu acho que até pode ser que role o papo e tal e cada um na sua, assim, eu não vou precisar ficar *brother* dele e falar “e aí, cara, tudo certo, e aí firmeza?”. Não precisa, eu acho que isso se dispensa aqui. No Rio não, né? Eu, no livro, coloquei isso, no *podcast* a gente não colocou, mas é um pouco aquela história do Nelson Rodrigues, né? “O pior tipo de solidão é a companhia de um paulista”, né? Pro carioca, né? Que assim, “por quê? Tira a sua máscara do espaço público. A gente tá em casa, meu. Não precisa ser o jornalista, a gente tá aqui em casa. A gente é *brother*. Tira essa máscara daí, vai! Vamo falar no tete a tete”. Eu sinto que no Rio de Janeiro tem muito isso, no Rio tem muito essa conectividade, assim.

M.A.: E quanto ao áudio, você sentiu medo daquilo? Como que foi isso? Porque eu senti medo [*risos*].

B.P.M.: No Pescador? No pescador foi, assim, foi difícil. Foi foda. Foi uma negociação difícil porque eu já tinha feito a entrevista, eu já tinha escrito o livro. E a pessoa me cobrou quando o livro já tava pronto. E aí, ela falou assim pra mim: “não, eu não sabia que você ia escrever sobre isso. Eu já levei outros jornalistas lá e eles não escreveram sobre isso. Eu não sabia e você...”. Aí eu falei “pô, mas se eu tava indo lá contigo, né? É porque eu ia escrever, óbvio. Pra mim é evidente, você me levou lá e tal”. Aí ele falou, “não, eu não tava sabendo, você vai me foder, você vai me ferrar”. E eu não podia, realmente, é uma pessoa amiga minha há muitos anos e ficou numa situação muito difícil, assim, eu não podia pisar na bola com esse cara. Não era por medo, era por 20 anos de relação e o cara me apresentou várias pessoas, assim, e é uma pessoa que

eu tenho muita consideração. Aí, ele falou pra mim, “bom, então como que a gente vai resolver isso daí?”. Aí eu falei, “bom, eu falo com ele, eu explico, eu ligo pra ele, eu falo com ele o que vai rolar”. Aí ele falou, “beleza, então vou falar com ele”. Aí, ele me ligou depois e falou “ó, já falei com ele, eu disse que você contou tudo aquilo que a gente conversou. Que eu não tava esperando isso, você fez sem me avisar, agora fala com ele”. Aí eu falei, “po, sério que você falou assim?”, “é, sério”, e aí eu liguei pro cara (*risos*), e falei “olha, é o seguinte, a gente tava conversando, tal, e você me contou várias histórias, eu não gravei, não tem nada, mas, assim, eu tô contando porque não vou pôr seu nome, não vou pôr nem o lugar de onde você é e eu achei muito importante, tudo aquilo pra mim foi super...”, ele falou, “Pô, cara, coloca o que você quiser, eu só te falei a verdade e tal”. Então, o Pescador foi bem tranquilo, muito mais tranquilo. E aí eu liguei pro cara e falei “olha, resolvido. Tá desenrolado, já resolvi com ele”. Aí, beleza.

M.A.: Foi mais o medo do outro, mesmo, né?

B.P.M.: Foi, porque era um cara muito importante, era uma fonte, era um cara que me ajudou muito. E realmente ia ser bem ruim se ele achasse que eu traí ele, sabe? Foi uma coisa meio... e isso acontece, isso acontece mesmo, né? Você publica às vezes, você conversa com o cara, por exemplo, eu conversei com o Lobo, gravei, eu não falei com ele que ia sair um *podcast* porque eu não tinha esses planos. E aí quando saiu o *podcast* eu não liguei pra ele pra pedir autorização, eu simplesmente perdi o contato porque, sabe, o cara te conta uma história daquelas e se abre e tal, e aí você publica o livro. O livro repercute, é lido pelas pessoas. Aí o cara lê o livro, ele se sente exposto, é meio natural, assim, no fundo é muito delicado isso, né? Então, aí, você fala: até que ponto, o que você pode contar, o que você não pode contar? Eu conto das tatuagens dele, das caveiras que ele pintou. Aí, até que ponto isso vai ajudar a identificar ou não?

M.A.: Eu pensava nisso o tempo todo enquanto eu lia. Eu ficava assim... essas particularidades, sabe? Das fontes, eu pensava assim, será que não tem quem identifique, sabe?

B.P.M.: É, pois é [*falando com olhar alerta e um pouco preocupado*]. De fato, né? Se alguém quiser, for atrás, enfim... Mas assim, também é um cara que já pagou o que fez e não é alguém que tá sendo procurado, né? Mas assim, são escolhas e pode dar uma

merda também. E, assim, não é nunca 100% garantido, e sua escolha não é 100% tranquila também. E tá cheio de dilemas, assim, e eu vivo esses dilemas e tomo algumas decisões porque eu achei “porra, essa história que o cara tatuava caveira e tatuou o código penal do homicídio... porra, meu!”. O cara realmente acreditava, né? É importante, assim, pra você ver a convicção do cara, né, no que ele tava fazendo... E ele me contou isso e não pediu para não publicar, então, assim.. mas ao mesmo tempo eu sabia que... ao mesmo tempo caveira um monte de gente tatua. Não vai ser isso que, também, vai ser uma prova irrefutável. A história do código penal eu dei uma mudada, assim, pra não identificar e tal. Mas aí como que o cara vai ver isso, né? Quando ele ler, falar “pô, você foi demais, foi muito além”. Mesmo no *podcast*, eu destorci a voz, mas, pô, é possível identificar se o cara conhece o jeito de falar... Ou seja, são decisões delicadas e não são tranquilas. Graças a Deus não teve nenhum problema até agora, assim, sabe? Mas, assim, eu, ao mesmo tempo, ficava pensando: “bom, qualquer dia eu recebo a ligação. Pode ser ou não. O cara vai me cobrar e aí?”. Mas são decisões que você tá sempre pisando meio que na corda bamba, assim, e nem sempre é tranquilo. Na verdade, os mais abnegados são os que dão a entrevista, porque eles não precisavam dar a entrevista. Eles se arriscam dando a entrevista. Eles estão colocando o deles na reta, mais do que eu. Bem mais do que eu, eu acho, assim. Mas enfim, e eu tenho que contar uma história também. Eu também tô nessa, não tenho nenhum tipo de ingenuidade porque não vai levar nada de bom pra eles necessariamente. Eles só tendem a se ferrar por darem a entrevista. A não ser que você pense do ponto de vista mais, que é o que eu penso, mais político, mais sociológico ou social, né? Talvez isso ajude as pessoas a refletirem, né? Mas eu nem chego com esse papo pra eles, me soa meio falso, assim, sabe? Não é nem isso... “é uma coisa meio necessária de falar, vamo nessa, tá a fim? Vamo lá. Sua história, assumo aí e essa coisa meio no fio do bigode, vamo tentar”. E às vezes as pessoas falam e aí rola, tem material. Mas muitas vezes as pessoas não falam, né? As pessoas na maioria das vezes preferem não falar.

M.A.: Difícil.

B.P.M.: É...

M.A.: Como foi o processo de escolha das fontes para sua pesquisa e a escrita do livro e esse processo todo de apuração?

B.P.M.: É uma coisa quase aleatória, vou te falar a verdade, porque eu tinha um prazo, assim, foi como uma reportagem. Teve um tempo de uma reportagem. Eu sabia mais ou menos o que eu queria: eu queria falar com miliciano, eu queria falar com gente que viveu a milícia, né? Com pessoas que moraram lá, eu queria falar com traficante, eu queria falar com juiz, com promotor, queria falar com policial, queria, de alguma maneira, falar com alguns dos personagens. Com o Ministério Público, porque tinha a história da Marielle; com políticos. São algumas figuras que você tem que falar, né, pra sentir, assim, diversos lados. Mas, por outro lado, era um assunto muito conhecido, né? Milícia... os jornais do Rio são muito bons, né? Eu acho. Os repórteres do Rio são excelentes: O Globo, o Extra, O Dia... tem uma galera que cobre isso há anos, assim... se arrisca, se envolve em várias histórias. E já tem muito bem documentado isso daí. E com o tempo, foi mais ou menos o que eu tenho feito no jornalismo com esses livros, quando eu comecei a escrever livro, que eu acho que, às vezes, falta um arco narrativo que dê um nexos pra todas essa imensa quantidade de informação. Então, a gente sabe de milícia, a gente sabe do bando de tal, é o Ecko, é o Carlinhos Três Pontes, é o Gerominho, o Natalino, o Félix, e tem o Marcinho VP, o Fernandinho Beira-Mar, enfim, toda essa galera que tá aí há tantos anos, né? Mas qual é o fio narrativo que permite que a história tenha um começo, meio e fim e como é que você explica que essa fotografia de hoje... como é que você explica um certo nexos que permita as pessoas entenderem como que a gente chegou a essa fotografia de hoje, né? Então, tinha muita informação que eu podia trabalhar e eu tinha esse desafio de construir esse arco narrativo, né? Que, há 20 anos de pesquisa e tal, eu já tenho trabalhado muito com isso... que essa ideia dos homicídios aqui de São Paulo, quando eu comecei a pensar por que as pessoas matam, a partir da curva de homicídios de São Paulo, né? Que é uma curva que cresce 900% em 40 anos, um monte de gente passa a matar. A minha questão sempre foi: por que as pessoas passam a achar que matar é normal?... em alguns lugares, com o passar dos tempos. Como é esse processo de multiplicação dos assassinatos? Por que que em 40 anos 900% mais de casos de homicídio passaram a acontecer... numa mesma cidade sem que ninguém perceba direito? Por que todo mundo passa a se matar? Sendo que eu tinha ouvido os homicidas contarem por que razão eles matam, né? Mas aí eu tinha que ir para história, né, quando é que os homicídios começaram a ser praticados; quem eram os grupos que matavam e aí eu comecei a ver os justiceiros aqui, os esquadrões da morte. Eu já tinha vivido esse processo em São Paulo, e eu achei que

dava pra seguir no Rio também para entender as milícias. E tem gente que já faz isso. Michel Misse trabalha muito com essa abordagem sócio-histórica, sociológica, histórica de acumulação social da violência. O próprio Zé Cláudio Souza Alves que escreveu sobre os Barões do Extermínio na Baixada Fluminense. Todo mundo também de alguma forma observa o contexto histórico, né. Eu acho que eu trouxe algumas coisas legais, importantes que ficavam, mais ou menos, à margem, mas eu acho que fui mais contundente, e botei mais luz. No caso do jogo do bicho, que eu acho que, a cada vez mais, tá ficando evidente como ele é fundamental para entender as milícias hoje. E foi o Lobo que me deu esse toque, que eu não tava percebendo. Quando Lobo me conta aquela história dos... do bicheiro que chega lá e os caras falam: “não, esses caras, eu não quero confusão com eles. Eles são a verdadeira máfia do Rio, tal...”.

M.A.: Os caça-níqueis...

B.P.M.: É, os caça-níqueis... Eu falei “porra, um miliciano tem esse medo do bicheiro”, aí... é óbvio, né? Todos os matadores do Escritório do Crime são ligados com bicheiro, é óbvio que o jogo do bicho é fundamental para entender a milícia. Daí eu fui com os dois pés na história do jogo do bicho. Aí eu falei, “pô, essa narrativa é fundamental e tá passando um pouco à margem...”. Aí você entra no jogo do bicho e, inevitavelmente, você entra no DOI-CODI, na ditadura militar, na relação com a polícia... e aí você já começa a ter uma narrativa, você já começa a ter uma história. Com personagens que ajudavam, então aí você tem o cara que vendeu armas, que eu consegui falar, aí o cara conta: “Não, os policiais eram meus sócios, então eles me ajudavam”. Aí são coisas que casam. Aí você vai tendo... eu tive muita sorte, sinceramente. O Lobo, por exemplo, quando eu conversei com o Lobo, ele me deu a entrevista e ,aí, ele me conta essa história de que ele trabalhava lá em Jacarepaguá e que ele trabalhava junto com o 18º Batalhão, né, pra pegar as armas e tal. O 18º Batalhão era o batalhão que trabalhou o Fabrício Queiroz, eu falei, “cacete, o segundo capítulo já posso colocar o Bolsonaro na história”. Com esse título “República das Milícias” que eu queria chegar ao Bolsonaro, sem forçar a barra. E aí ele me conta essa história do 18º Batalhão e eu já falo “beleza, encontrei a solução aqui. Já posso, a partir daí, colocar o Fabrício é contar a história do Adriano. E aí a coisa foi indo, assim, foi também meio com sorte e meio aleatório. Fui pegando os personagens aleatórios que dava. Agora, o Pescador que é um grande personagem, um miliciano que é um cara importante da milícia e tal, mas ele contou

uma história que é sensacional, assim, mas é uma história meio perdida. Tanto que ela entra no meio do capítulo 4 que é quando eu tô falando dos traficantes, que eu pego para falar da questão da hierarquia, como que ele desconstrói a hierarquia, fala aquela história do capitão que tem uma amante... era uma história sensacional, mas que tava meio sem lugar. Mas eu falei “meu, essa história tem que entrar, essa história tem que entrar”.

M.A.: É, aquela ali me impactou, eu lia ao lado do meu namorado e as que mais me impactavam eu falava: “não, essa aqui você tem que ouvir” e essa foi uma dessas!

B.P.M.: Mas essa é demais! Você sabe como é que, assim, durante um tempo uma coisa que eu comecei a estabelecer como critério pra mim... que isso, no jornalismo, não sei se você já trabalhou em redação, mas, assim, às vezes você chega da rua, né, e isso aconteceu muito comigo... você tá apurando, sei lá, matéria sobre lixo. Eu trabalhei muito em metrópole, cidade, trabalhava muito com questões da cidade... chegava da rua com uma história que você ouviu e eu fico entusiasmado com as histórias [risos], conto, “pô, vi isso! Não sei o que, e tal...”. Mas aí quando você ia escrever o texto, como às vezes tinha um exercício lá burocrático de você contar denúncia de faturamento e tal, essas histórias às vezes ficavam fora e, aí, pô, meu, você falava “como eu não escrevi essa história?”, aí a partir de determinado momento da minha carreira, todas as histórias que eu contava tinham que de uma forma entrar, eu comecei a fazer esse acordo comigo mesmo no texto, né? Eu disse, “se eu falei a história ela vai entrar. Se eu contei pra alguém ela vai entrar e ela vai ser uma das principais”. Então, essa história eu sempre contava, a história da sala de grampo...

M.A.: Ah, essa aí eu contei para o meu pai! [risos]

B.P.M.: Não, inacreditável... [risos], não, é demais, é demais! E quem me contou foi esse amigo.

M.A.: São coisas que a gente não imagina! Eu nunca ia imaginar aquilo da sala!

B.P.M.: É, é! Também, também. E quem me contou foi esse amigo meu que eu tava negociando com ele, ele que falou pra mim que era uma sala de anti-grampo. Porque eu

nunca perceberia... então, você vê, esse cara é um cara esperto, ele sabe das coisas e saca o que pode ser uma boa história, inclusive. Então, não podia pisar na bola com ele. E aí tem essa história também, da volta que ele dá no capitão! Falei, “puta merda, essa história é inacreditável! Assim, da sagacidade, da malandragem, da inteligência...

M.A.: Da malícia, né?

B.P.M.: Do sangue frio, é muito incrível! Essas histórias te dizem tanto, tudo, assim, né? Se eu falar, “não, porque a hierarquia, né? É o andar de baixo se revoltando com o de cima, beleza”, falamos disso no *podcast*... mas como que isso acontece? Não, essa história já disse tudo! Sorte.... ela surge porque também tem um pouco de sorte. Enfim, eu não fiz uma matéria, uma reportagem com tantos personagens, eu não fiquei em campo por tanto tempo. Podia não ter vindo essas coisas, né? Agora, eu acho que, por exemplo: o Lobo, o Pescador, o cara da arma, talvez, um traficante ou outro... esses caras são o molho do livro, são umas cinco pessoas ou seis pessoas que dão o molho do livro pra essa narrativa que eu conto, histórica, né? Mas essas pessoas são fundamentais, senão o livro não teria... Agora, eu tô vivendo o mesmo drama, porque eu tô escrevendo sobre os evangélicos... tentando escrever sobre os evangélicos. E por qual caminho você vai? Por onde começar? Inclusive eu tô começando, tô lendo a Bíblia, entre outras coisas, que eu não tinha lido ainda, até hoje. Dá mó trabalho, né... eu tô atirando pra vários lados. Mas eu já tenho mais ou menos uma estrutura na cabeça. Também faz muito tempo que eu me interesso por este tema investigando violência, mas você vai ter que encontrar um arco narrativo e um foco.

M.A.: – E realmente, essa questão da religião tá muito perto também, da milícia, eu acho. Eu sou de uma cidade do interior, Friburgo, Nova Friburgo, perto de Petrópolis. E aqui nas eleições passadas teve o prefeito que foi eleito, e as pessoas falavam: “ah, esse aí foi eleito porque ele é fechado com milícia e igreja, ele é pastor”. Então assim, a gente já vê, é intrínseco, parece, diziam... diziam, né, porque eu não fui apurar. Diziam que ele não deixava outras propagandas políticas em determinados morros, porque não tinha como fechar aqueles morros, então ele tinha essas relações. Então eu fico pensando, cara, eu acho que é uma peça-chave também, pra entender onde a gente tá, sabe? Como a gente veio parar aqui? Não tem como, eu acho, ela tá junto com isso também.

B.P.M.: Eu acho que essa cena evangélica é a cena mais legal que tem de novidade, de coisa que aconteceu sem que a gente percebesse. A classe média, os estudiosos viam como se os evangélicos fossem uns ignorantes que dessem seu dinheiro pros pastores e fossem um bando de burro, e os pastores um bando de ladrão, e que a gente conseguisse entender isso com essas chaves, com essas caixinhas, né. E aí esses caras passam a mandar no Brasil em 30 anos; e um monte de gente passa a acreditar neles, e a música gospel passa a ser top na parada e exporta pra outros países, apesar de ter essa coisa muito brasileira, né. Então é uma história muito incrível, também. Algumas histórias vão ser, aí vai depender de gente que eu vou conversar, que alguns personagens eu já conheço, mas também talvez de novos que venham, mas é uma história que já tem muita informação aí, né, aí como é que você encontra um arco narrativo que te ajude a contar alguma coisa que ainda não foi contada, né? Também não que não foi contada, mas que não tá sendo abordada da forma que deveria ou...

M.A.: A questão do seu olhar também.

B.P.M.: É, exatamente.

M.A.: Você entrevistou para o livro muitas pessoas que passaram por grande sofrimento, opressão e violência. Como você aborda essas pessoas, toca nesses assuntos delicados e escreve sobre elas? Qual é a responsabilidade que o profissional precisa ter nesses casos?

B.P.M.: Eu acho que é um pouco do que a gente já falou também, né? Eu acho que tem uma responsabilidade que é, principalmente, física e prática da pessoa né? De fazer com que ela não se ferre por conta disso. Mas é o que eu já te disse também, nem sempre isso é 100% seguro: a pessoa tem mais a perder do que a ganhar, pessoalmente, na prática, falando comigo. Então, é um exercício de desprendimento, também, dos dois lados. E que, talvez, ela acredite nisso que eu acredito também. Que, talvez, a verdade é importante ou as pessoas saberem. Eu acho que eu conto um pouco com isso também, com certo civismo, assim, com esse desprendimento que não é pra ganho pessoal dela. Então tem responsabilidade, mas viver é muito perigoso, né? Como dizia o Riobaldo do Grande Sertão: Veredas [*risos*]. Mas é perigoso... então são coisas que eu tenho

cuidado, mas assim, eu sei que eu também tô colocando a pessoa em risco de alguma forma, quer dizer.... sabe? Viver é perigoso. E não é tranquilo, nem trivial, nem nada. Eu nem posso cometer grandes coisas, é só redução de danos, mais uma vez. Eu tento fazer o máximo para que não haja problema.

M.A.: Embora seja um livro autoral, nota-se que há muita pesquisa envolvida nesse processo, além das fontes que aparecem no livro, quais pessoas e/ou instituições foram importantes para a produção da obra?

B.P.M.: Eu sou pesquisador do NEV, né? Do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Se não fosse esse tempo que eu tô tendo há cinco anos lá no NEV eu não conseguiria escrever essas coisas, me dá uma certa tranquilidade. Além disso, a Todavia também é uma empresa. Quando o Flávio Moura, que é o meu editor, me chamou, eu tinha escrito um livro que se chamava “O Homem X”.... é o livro sobre os assassinos que eu falei em 2005. Na época pela Recorde, eu tava no jornal, tinha, em cima da minha tese de mestrado, mas também era uma reportagem. Um livro que eu adorei escrever, na verdade eu acho que é meu livro preferido, até de marcante que foi pra mim, “O Homem X”. Mas assim, eu me resolvi com o livro, eu já falei “tá um puta trabalho, e vende, é legal e tal, mas assim, já tô feito”. Aí o Flávio veio me chamar pra escrever sobre o PCC, na época ele tava na Companhia das Letras ainda. Aí eu falei “Flávio, de jeito nenhum, cara. Livro dá um puta trabalho, você não ganha nada, é só encrenca, cara, não quero”. E aí dei uma despistada nele, assim, falei “não”. Aí eles montaram a Todavia, o pessoal da Companhia das Letras saiu pra montar a Todavia. E aí o pessoal da Piauí me chamou pra escrever uma matéria sobre PCC. E “o livro da guerra” antes eu escrevi uma matéria na Piauí sobre o PCC que se chamava “A Guerra”; o título da matéria era “A Guerra”. E aí quando eu escrevi essa matéria o Flávio leu, falou “Agora cê vai ter que escrever, né, eu tô na Todavia” e eu falei “Não, beleza, vamo lá”. E aí eu chamei a Camila, porque a Camila era uma fonte importante, ela tinha feito várias entrevistas com gente do PCC, que ia ser difícil eu conseguir,. Eu falei “Beleza, Camila, vamo escrever junto”. Aí já tinha uma boa parte das entrevistas resolvida pra facilitar a vida. E aí a gente escreveu junto, e o resultado foi legal, assim, e o Flávio me chamou pra escrever sobre milícias, e eu percebi que tinha um espaço aí de, como é que vai ser minha carreira como jornalista fora de redação? E redação não dá mais, porque, é, site, internet, coisa chata, e você é pautado por um monte de coisas que não tem o menor

interesse em escrever mais. Eu tenho meus interesses pessoais né, e aí como é que cê vai construir uma carreira pessoal. E achei, aí sim, eu falei, “livro realmente pode ser um caminho”. E aí eu escrevi, eu fui escrever “A República das Milícias”, e aí foi muito legal. “A República das Milícias” abriu um leque muito maior que o de “A Guerra”, o “A Guerra” não tinha aberto ainda, porque tinha o *podcast*, e teve outras coisas, aí, enfim, ficou uma referência importante, aí eu acho que não tem mais volta. E já surgiu um outro projeto, dos evangélicos, já tem uma possibilidade; ou seja, eu não vou ter que vender camisa no shopping. Em algum momento eu falo, “quando é que eu vou ter que ganhar dinheiro, e não vai ser pelo jornalismo, como é que vai ser?”

M.A.: Retorno mesmo, né.

B.P.M.: É. Acabou o jornalismo, né, e eu vou ter que de alguma forma ganhar dinheiro e não vai ser pelo jornalismo. Difícil, muito jornalista tá passando por isso, porque a carreira do jornalista, dez anos atrás, a minha geração...

M.A.: Era outra.

B.P.M.: Era outra, e agora mudou, assim, completamente. E aí o livro foi um caminho, eu falei “realmente, como tem muita informação hoje na internet, tem um excesso de informação e excesso de opinião e excesso de barulho, né?”, eu falei “de fato, né, às vezes você sentar, colocar e organizar essas informações num livro é um caminho jornalístico que me parece consistente. Então assim, eu sou muito agradecido ao Flávio também, de ter insistido, eu ter falado “não, você é louco, vou escrever livro?”, ele foi e insistiu: “não, pode dar certo”, e eu acho que tá dando certo, por incrível que pareça; eu não acreditava mesmo que podia dar, e eu acho que virou uma possibilidade profissional mesmo. E aí academicamente tem vários, tem, o próprio Michel Misse, que eu mencionei, a Alba Zaluar, o Zé Claudio, o Sérgio Adorno, o Ignácio Cano, tem muita gente que escreve sobre o Rio, Luiz Eduardo Soares, o Paulo Lins, com “Cidade de Deus”. Tant gente... o João Moreira Sales com “Notícias de uma Guerra Particular”, enfim, são incontáveis, aí, as influências. No fundo, como eu faço esse trabalho também de juntar as peças do quebra cabeça, essas peças vão sendo produzidas há anos e anos, e eu tenho que de alguma forma juntar algumas peças, mas com gente que também vem juntando, e vem raciocinando sobre isso. Eu fiz esse olhar mais “*pop*”, eu acho que

faltava, de fato, faltava né, um livro sobre milícias, e sobre a história do crime no Rio, né? Tem o do Zé Claudio, só, mas tem uns livros acadêmicos, mas com aquela linguagem acadêmica muito árida, muito abstrata. Eu acho que faltava mesmo um livro mais *pop* assim, com essa pretensão. E aí pega um monte de todos, de todos que vêm escrevendo sobre isso há tantos anos.

M.A.: Durante o processo de escrita, você possui alguma estratégia narrativa para fazer uma articulação de todos os materiais e testemunhos que possui?

B.P.M.: Olha, nada muito organizado. Eu vou anotando algumas coisas no *Word* mesmo, assim, alguns links, vou meio que jogando num papel, daí eu já vou meio que mentalizando. E eu tenho uma conta de *WhatsApp* pra mim mesmo em que eu mando alguns textos, algumas fotos, alguns *links*, algumas coisas que me interessam. Mas eu já vou me organizando mentalmente, a estrutura dos capítulos, isso eu já tenho mais ou menos na cabeça, que são coisas que na verdade eu já penso há muito tempo também. Então eu já tenho mais ou menos a ideia por onde eu vou. Por exemplo, no caso dos evangélicos, eu vou falar com a sua professora, a Marta, né? Eu quero muito saber sobre a história do rádio. Eu quero falar sobre a migração e o papel dos meios de comunicação de massa, então eu vou pedir essa dica pra ela, porque eu não sei até que ponto... eu sei que ela pesquisou sobre rádio.

M.A.: Uhum, acho que foi no doutorado dela.

B.P.M.: No doutorado, né? Eu não sei até onde ela foi, eu vi que ela pesquisou sobre rádio, mas a história do rádio me interessa. A história de rádio, comunicação em massa, construção de um mercado de consumo e vinda pras cidades. E ela é uma pessoa que eu já tenho na cabeça; essa história do rádio, em algum momento eu vou ter que entrar. Mas são coisas que já tão mais ou menos estruturadas na narrativa que eu vou fazer, na história que eu vou contar, que é um pouco essa história sociológica também.

M.A.: Então ainda nesse processo de apuração você já vai estruturando onde vão entrar as peças.

B.P.M.: Já vou estruturando.

M.A.: Ao produzir o livro, quais foram suas expectativas em relação ao público? Como foi a reverberação do livro e o que representa para você o “A república das Milícias” ter sido vencedor da categoria de Biografia, Documentário e Reportagem do Prêmio Jabuti na edição de 2021?

B.P.M.: Olha, eu acho que não dá pra criar muita expectativa, né? Senão você se frustra. Eu sou meio assim em geral, né. E eu na verdade, óbvio que eu tento ser o mais claro e direto possível, mas eu escrevo num diálogo comigo mesmo, assim, as minhas questões, as minhas perguntas, o que eu acho que é dúvida importante e tá mal explicado, e eu tento contar pra mim mesmo e convencer a mim mesmo das perguntas iniciais que eu tinha e de conseguir me convencer do que eu tinha dúvidas. Eu não penso num leitor específico. Porque as questões quem levanta sou eu pra mim mesmo, e isso que eu investigo, um diálogo quase de mim comigo mesmo a partir das perguntas que eu faço, né? Por que o jogo do bicho teve importância? Como é que começou essa relação? Como é que o tráfico de drogas tem papel nisso aí? Como é que eu consigo explicar o quadro político no Rio e qual o papel do território nisso, sabe? São perguntas que eu vou fazendo pra mim mesmo numa tentativa de compreender o fenômeno, então no fundo é um processo dialético de investigação e tal, que é um diálogo de mim comigo mesmo, né, vamos dizer assim. E eu não penso num público, sabe. Claro que eu penso pro público, é uma forma que eu contaria pro meu avô, vamos dizer assim, sabe, se eu tivesse que explicar, mastigado. Não tô só dialogando com um professor, mas também tô dialogando com um professor. É, então são questões que eu acho importantes pro ponto de vista acadêmico, mas que eu consigo explicar de forma prática pra qualquer um. Isso é uma coisa. Agora, eu achava que era o tema desse livro talvez seja mais popular ou mais candente, assim, porque escrever sobre... botar o nome do Bolsonaro, eu queria botar o nome do Bolsonaro no título. E “República das Milícias” é um título forte, né, escrevendo no segundo ano do governo Bolsonaro sobre milícias, que é um assunto não muito tratado. Eu achava que esse era o livro mais “produto de editorial” que eu tinha escrito. Eu acho que tinha mais potencial mesmo, e de fato foi o livro que mais vendeu que eu escrevi. E ganhar o prêmio foi super legal, fiquei muito feliz, muito feliz mesmo. Porque as pessoas reconhecem o prêmio, né. E é quase um lastro pra você continuar trabalhando, eu acho que tem um pouco isso, assim. Então é quase um incentivo pra você continuar nessa atividade. É uma coisa que até o ano

passado, ano retrasado realmente eu tava “bom, até quando eu vou conseguir trabalhar com o que eu gosto, com o que eu quero fazer”? E de fato é difícil, tem uma hora que você tem que se vender pra ganhar dinheiro, e tal, pra ganhar salário, né. E “se eu vou conseguir me sustentar fazendo isso aqui”, e o prêmio me deu um encorajamento, assim, “bom, acho que sim”. E mesmo assim não é tranquilo, mas você vê, a situação difícil que a gente tá vivendo hoje. Mas o prêmio foi muito bom por isso, assim. Fiquei muito, muito feliz.

M.A.: Ótimo. Também fiquei, fiquei torcendo, porque quando eu comecei a fazer a pesquisa ainda não tinha saído o prêmio, e aí quando eu fui vendo que você foi passando, foi passando, aí eu fiquei muito feliz assim, falei “ah... que ótimo”.

B.P.M: E eu tinha certeza, assim, eu via a Patrícia como minha concorrente. Não como minha concorrente, porque eu adoro o livro da Patrícia também, gosto muito da Patrícia, a Patrícia é uma figura incrível, assim, muito jornalista raiz. A Patrícia, de fato, tem algumas pessoas que a gente não tica assim, e eu acho que ela, pela curiosidade, você vê que é uma pessoa muito curiosa e muito animada em ouvir história, e sabe que tá ouvindo uma boa história e quer ouvir uma história. A Patrícia, como eu tenho alguns amigos que são assim, mas não era todo mundo. Porque tem um pouco a ver com personalidade, de você ter essa curiosidade. A Patrícia é muito assim. Eu gosto muito dela. E eu tinha certeza, eu achava que o da Malu, minha amiga, a Malu Gaspar. Que foi da Piauí e tal. Eu achei que aquele livro dela sobre a Odebretch também... não foi nem entre os dez. Assim, eu achei que o livro da Thaís Oyama também, ia estar entre os dez. Aí eu fiquei, falei “cacete, meu, esses jurados aí tão heterodoxos.” O mais injusto eu achei o da Patrícia, o da Malu também. O da Malu é um puta livro, né... o da Malu eu também achei que ia ganhar. Porque assim, são anos, e ela teve acesso a muitas fontes internas dentro da Odebretch. Mas eu acho que como era um livro que tava num momento inadequado, e você tem toda essa questão de toda a reviravolta da Lava Jato, e o livro dela é sobre o escândalo da Odebretch. É sobre a história da Odebretch, mas fala muito sobre o escândalo, né. E aí eu acho que por causa disso ela acabou sendo meio escanteada. Mas é um puta livro, uma puta apuração também. Eu achava que esses, o da Patrícia e o da Malu e o meu, pelo menos pelo que eu tinha lido eram...

M.A.: Com maiores chances.

B.P.M: É.

M.A.: E você falou da Patrícia e me veio uma pergunta na cabeça que eu não coloquei no roteiro mas que talvez possa ser interessante. É porque no livro dela ela traz muito sobre os ataques, né, porque ela sofreu muito e tal, e ela traz sobre outras jornalistas mulheres também. E como é que foi pra você, você recebeu muito ataque?

B.P.M: Olha, praticamente zero. E isso é evidente que é uma covardia contra mulheres. E a Patrícia é linda, bonita, então aí piora ainda, né. As pessoas ficam com mais raiva. É uma misoginia evidente, uma covardia clara, assim, e isso acontece no NEV, também. Quando eu, muitas vezes eu dei entrevista em televisão pra falar sobre segurança pública, sobre violência policial, e beleza, sempre existe. Agora, quando é uma mulher na entrevista, invadem o *Facebook* delas e começam a xingar, ameaçar. É muito, muito evidente. É, esses celibatários involuntários, esses *incels* aí, que vêm da *deep web*, é uma galera que saiu do armário hoje, na rede social, então tem muito desses caras aí, esses misóginos *haters* que vão pra cima da Patrícia e de outras, e das deputadas, né, das candidatas, trans e mulheres e negras, várias ameaçadas de morte. Você vê que tem uma violência direcionada aí, de homens meio “macho alfa Bolsonaro” assim, muda alguma coisa com o protagonismo feminino e a própria ocupação do mercado de trabalho. A perda da ocupação do homem anos 50, né, que tinha um papel claro, e tal, você vê que tem um mal estar também aí, social, de uma transformação que tá acontecendo e que faz parte esse medo de perder o espaço como o macho alfa mesmo, né? O cara que era o pai de família, o chefe, meio patriarcal mesmo, aquela posição meio “topo da pirâmide”, que mexeu, sem dúvida, e causa esse estranhamento, e esse estranhamento causa a violência, né? E as mulheres são muito alvo, com certeza.

M.A.: Mas então você quase nenhum mesmo?

B.P.M: Olha, assim, zero, praticamente. Eu também não ligo muito, vou falar a verdade, às vezes me xingam, assim, e eu nem leio. Tem isso também. Agora, as que mais me marcaram foi quando eu tava, teve uma época que eu tava cabeludo, e que falaram que eu tava parecendo o Coringa do Batman, tiravam sarro de mim direto. E depois, quando eu cortei o cabelo, tiravam sarro do meu cabelo, assim, foi o máximo, eu

achava engraçado, dava risada, né. Falavam que eu parecia o Coringa, eu adorei, assim, tava parecendo né, o cabelo do Coringa, cortei o cabelo. Mas assim, isso foi, pra você ver, pra você ter uma ideia, é o que me vem à cabeça.

M.A.: No máximo, né?

B.P.M.: É. Claro, tem um outro, que aparece um *hater* ou outro, mas assim, eu nem guardo isso, porque nada que tenha sido relevante.

M.A.: Nada invasivo, como foi o caso dela, assim.

B.P.M.: De jeito nenhum. Ou uma campanha, né, porque no caso dela... foi uma campanha de robô pra intimidar, mesmo, assim.

M.A.: É, impressionante mesmo.

M.A.: Você já teve a experiência de trabalhar dentro da dinâmica de redações de jornal diário. Para você, qual é o lugar dos livros de repórter dentro da prática jornalística e qual a principal diferença entre esse trabalho e o trabalho dentro das redações? E como você vê o lugar do livro no jornalismo, tendo em vista o fato de que as redações estão cada vez mais reduzidas?

B.P.M.: Eu, olha, eu trabalhei vinte anos em redação. É... os últimos dez anos antes de trabalhar no NEV eu trabalhei no *Estadão*. E era uma redação muito agradável, assim, as pessoas eu gostava muito, eram muito legais, só que até hoje eu sonho que tô trabalhando na redação. Quando eu tô numa situação ruim, sabe quando você é criança e sonha que tá fazendo prova de matemática e num estudou? Sabe, uma situação meio impotente... eu, é que eu tô no *Estadão* e não consigo apurar, ou que... eu percebi que na verdade, apesar de eu gostar de jornalismo, o trabalho em redação é muito, me violentou demais... porque você tá numa indústria. E você escreve as matérias de acordo com a pauta da semana, da pauta do dia, e tem vezes que você num quer escrever sobre aquilo, você acha uma bobagem, não é um assunto relevante, tem outros assuntos mais relevantes... só que não tem como você negociar ou como você fugir do que tá sendo debatido. Óbvio que tem margem pra você ficar um pouco de fora, mas é ruim ficar de

fora dos assuntos do dia, né? E os assuntos do dia, eles mudam todo dia, assim, com uma força... às vezes, caiu um avião. Eu lembro... caiu um avião, 200 pessoas morreram, eu falava “não é possível que eu vou ter que escrever um mês sobre isso, falar com as pessoas, com as famílias”. Assim, isso é pra mim, insuportável. É insuportável. Era muito ruim, eu odeio falar sobre essas tragédias, falar com os familiares, e ainda mais naquele contexto que tá todo mundo indo atrás, eram as piores coisas pra mim do universo, assim, quando aí morria assassinada aquela menina, lembra, que foi jogada do prédio, e ficou...

M.A.: Lembro. Foi a Nardoni, né?

B.P.M.: É, a Isabela Nardoni. Você fica um mês em torno daquilo, eu falo “gente, o quanto eu odeio escrever sobre isso”, eu odeio. Eu num gosto, é chato, é todo mundo atrás, cê tem que conseguir um furo, mas é assim, uma especulação, eu achava isso tudo insuportável. E ao mesmo tempo eu gostava de alguns temas, né, PCC eu sempre gostei... ou, mesmo de comportamento urbano, eu sempre gostei muito de cidades. E eram os temas que normalmente eu sugeria, ou mesmo urbanismo também, polícia... polícia não o dia a dia da polícia, mas essas questões mais sociais, ligadas a PCC ou violência policial e tal. Que o livro me permitiu fazer. Pra mim é o paraíso, isso, enquanto eu conseguir fazer isso pra mim é o paraíso, porque assim, eu não preciso escrever ou tá ligado nesse dia a dia insuportável. Por exemplo, COVID eu não aguentaria mais estar escrevendo a respeito, eu não aguento mais ouvir sobre COVID. Eu gosto, claro, tentar entender essas coisas do novo vírus, tal...

MA.: Viver todo dia sob a mesma pressão...

B.P.M.: É, não tem como sair, e isso vira um pesadelo, vira um pesadelo. Já no meu caso, tô escrevendo agora sobre os evangélicos, eu sempre quis escrever sobre os evangélicos. Eu não tinha espaço pra escrever sobre os evangélicos no jornal, não era assunto. Porque, o que você vê sobre os evangélicos? Tem uma menina na Folha que eu esqueci o nome, Virgínia alguma coisa, do Rio de Janeiro. A gente conversa bastante. Ela escreve bastante sobre os evangélicos. Mas assim, no meu, na minha editoria, seria uma outra... então tem umas salas divididas, ali, que aí a sua pauta acaba não seguindo adiante. Então isso era muito chato de redação. Já o livro não, te permite você propor

um assunto, mergulhar e ficar um tempo fazendo. Isso é sonho de qualquer repórter, né. Se você consegue sobreviver dessa forma.

M.A.: Ótimo, respondido também. Tá acabando, aqui [risos]. Só mais duas.

M.A.: No *podcast* você diz que ao passar dos anos, estudando sobre violência e crime organizado, você foi chegando à conclusão que um dos pontos centrais da sua pesquisa acaba por ser a masculinidade e o poder. Você pode falar um pouco sobre isso?

B.P.M.: É, é porque, bom... primeiro, os homicídios, né, eles são praticamente feitos, 99,9% são feitos por homens, né? E você tem toda essa história da agressividade masculina, que é incomparável em termos de gênero, né? Os autores das violências são homens, né? E ao mesmo tempo, você tem esse aspecto de gênero nesse sentido, né? E por outro lado, no começo, quando a gente falava sobre crime, a gente pensava em algum tipo de desvio, ou algum tipo de comportamento antissocial e desviante, né? Mas depois de PCC e todas essas coisas, você vê com um discurso político e social, contra o estado e antissistema, e que depois com o passar do tempo, Bolsonaro de alguma forma reproduziu por outras formas, né, esse discurso da guerra, do ódio, e do uso da violência. Então é um pouco isso que eu falei, você mais do que crime, ou mais do que uma discussão sobre polícia, a gente tá tendo um debate sobre poder, e como a violência é um instrumento na busca desse poder. Num país com instituições frágeis, que é quase uma selva, e o mais forte sobrevive, né? De uma guerra de todos contra todos. Então você tem a postura do predador. Que já vem de um ambiente histórico e patriarcal, né. De muitos anos. Tem a história do cangaço, a história dos coronéis, tem a história dos bandeirantes. Você tem uma série de grupos masculinos e violentos que de alguma forma buscam algum tipo de consolidação de poder e perdem, se fragilizam ou não, tá sempre nesse ciclo. E que agora a gente tá vivendo esse ciclo atual, então, na verdade eu achava que escrevia sobre crime, sobre violência, mas tem muito a ver com esse poder nessa sociedade patriarcal, né? Também é importante pra entender o que eu tô escrevendo, não é simplesmente ladrão. Essa visão estereotipada do negro com um gorro e o fuzil na favela. Num é, tem uma complexidade, tem um discurso, tem uma resistência, tem uma raiva, tem um ódio, tem uma mentalidade até suicida, de “Eu prefiro morrer antes dos 25 anos do que abaixar a cabeça pra esse sistema”, como tem o jihadismo do Estado Islâmico, do “Eu não quero esse sistema ocidental; eu prefiro

morrer como um homem bomba do que aceitar esse sistema que tão querendo impor. Esse sistema profano, com esses valores profanos”, e tal. O quê que tem disso aqui também, né? Essa atitude suicida do crime, do roubo, do confronto, e muito ligado à masculinidade, né? Jovem, o cara tá deixando de ser adolescente, tá virando homem, tá buscando uma identidade, “o quê que eu vou ser? Vou ser o tiozinho que vai ser humilhado até os 80 anos? E tomar tapa da polícia, viver na miséria e ser humilhado? Ou vou ser o cara que vai bater de frente com esse sistema aí mesmo que morra cedo, pelo menos eu morro como homem”? Então tem várias dessas questões, vieram e foram aparecendo pra mim, eu achei que era importante, cada vez mais importante pra entender o fenômeno.

M.A.: Pra fechar então, a última. Tem relação, talvez um pouco também, com o que você falou agora. Eu tenho pesquisado sobre como essa ampliação do jornalismo por meio de livros jornalísticos é importante para uma luta pela democracia, por um combate a forças dominantes opressoras. Como você enxerga o seu livro nessa luta civilizatória contra a barbárie?

B.P.M.: Eu assim, sinceramente, não tenho grandes ilusões. Eu acho que a gente tá num processo, é mais um livro nesse processo. Agora, eu não sei, assim, a minha dúvida é até que ponto consegue furar bolha ou não. Eu acho que não fura tantas bolhas também, mas eu vejo muita gente reproduzindo isso quando tá falando várias coisas que eu tenho escrito, de alguma forma já entra no debate público, e já faz parte dos argumentos, né. O próprio Freixo agora vai ser candidato, eu acho que de repente o livro, de alguma maneira e o *podcast*, principalmente, pode ser uma forma de mostrar porque que se deve votar nele, por mais que assim, eu ache muito complicado a gente tomar posição política. Mas nesse caso é barbárie contra a civilização, não é, assim, não tem outra, o governador atual tá vinculado com todos os grupos milicianos, o Freixo...

M.A.: É extremo demais.

B.P.M.: É muito extremo, então nesse caso, assim, até a Globo, até o Pedro Bial leva o Freixo lá, né. Então tá, você vê que já vai se formando um consenso, ele também já saiu do PSOL, foi pro PSB, tá tentando compor, tá tentando costurar e tem essa ideia da ponte, de costura, da própria Marielle.

M.A.: Tem apoio do Lula...

B.P.M: Apoio do Lula... e vai construindo uma força, então eu acho que vai, beleza, de fato é uma coisa mais pessoal mesmo, quando... eu já, assim, não escrevo com pretensões mais amplas a não ser pretensões intelectuais pessoais, mesmo. De responder perguntas que eu faço pra mim mesmo, assim, sinceramente, assim, vou ser honesto. Essas são os principais desafios do momento, conseguir colocar no papel e conseguir responder perguntas que eu faço pra mim mesmo e que eu acho que se responder vai ajudar outras pessoas a pensarem. Como tá sendo no caso dos evangélicos agora também. Mas no caso do livro eu acho que como vai ter essa eleição em 2022, e o *podcast* agora também tá sendo mais ouvido, assim, muita gente tem ouvido, eu acho que pode ter alguma coisinha na eleição aí, porque o *podcast* ele deixa muito evidente, né. Que o Freixo é, assim, ele... não foi a minha intenção, óbvio, mas foi quase que natural, ele é um personagem, o cara fez a CPI das milícias, o irmão dele foi assassinado, ele era amigo da Marielle...

M.A.: Não tinha como ele não estar ali...

B.P.M: Não tinha como não sair e não tinha como não fazer aquelas perguntas. Só que eu acabei ouvindo, de ouvir o *podcast* agora, falei “não tem como você ouvir esse *podcast* e não votar no Freixo, ou se você foi até o final, você fala “meu, é esse o cara, vai ter que ser”. Então talvez, quem sabe, pode ser que tenha esse papel aí também um pouco. Mas não que tenha sido premeditado, não.

M.A: Ah, perfeito, assim. Acho que não tem mais nada. Acho que você respondeu tudo. Foi ótimo, sim. Muito obrigada, realmente vai ser, já tô com a cabeça assim, ó.

B.P.M: Ah, que bom.

M.A: Fervendo, enfim... muito obrigada, eu aprecio muito o seu trabalho. Eu gostei muito do seu livro, muito muito mesmo, acho que tudo, a forma como você narra, que você traz tanto detalhe, como você tece tudo, como você articula tudo, eu achei muito precioso mesmo e mereceu o prêmio que você levou com certeza. E o seu *podcast*

também acho que preencheu aqueles espaços que às vezes eu sentia falta de alguma coisa mais pessoal, algum ponto de vista diferente ou mais coisa, ouvir as vozes, ouvir tudo. Eu acho que dá outra dimensão, assim, né. Então assim, aprecio muito, muito obrigada pela ajuda mesmo, tá?

B.P.M.: Foi um prazer e pô, boa sorte aí no trabalho. E manda um beijo pra Marta.

Perguntas complementares enviadas por mensagem e respondidas por áudios gravados via *Whatsapp*

M.A.: Dos personagens que você traz no livro, quais deles você de fato conseguiu entrevistar? Suponho que tenha procurado algumas pessoas que recusaram, você tentou entrevistar a família Bolsonaro e outros personagens relacionados?

B.P.M.: Oi, Maíra. Sobre os personagens, enfim, tem vários que eu entrevistei, que eu coloco aspas, ali do Lobo, do Pescador, o próprio contrabandista de armas... Enfim, eu acho que isso seria mais... eu acho que eu deixo claro. Assim, mas eu não sei te dizer de cabeça, né? Quantos e quantos foram, eu não cheguei a fazer esse cálculo, talvez “A República das Milícias” ajude um pouco a quantificar, né, essas entrevistas. Agora, sobre ter tentado falar com a família Bolsonaro, não tentei falar porque havia já uma história. Principalmente o livro que o Flávio fala do pai, pra mim era importante pra contar a história dele. Então você tinha já um uma leitura que dava pra entender um pouco o perfil deles. Não era um livro de acusação, ou que precisasse de um outro lado pra se defender. Ou que historicamente eles não venham se defendendo. Eles já vêm de alguma maneira evitando tocar nesse assunto, inclusive as próprias rachadinhas eles têm negado né que fazem. É diferente de uma matéria que você está fazendo uma acusação quase como se fosse um policial, né? E aí você tem um outro lado que é quase a defesa, como se tem a linguagem do inquérito na matéria. A minha linguagem não é do inquérito. É um pouco meio da autocompreensão, aquela coisa quase duma psicanálise olhando pra si próprio. Então óbvio que tem descrições críticas à família, mas não acusações criminais que num jornal você teria que colocar um outro lado como se fosse um inquérito policial. Você tem que dar o direito à defesa, da acusação pontual que você está fazendo. Eu estava fazendo uma reflexão em cima de muita coisa que já foi publicada, e muita coisa que já foi falada, e de informações que são verificadas. Nada

que existissem dúvidas a respeito, mesmo porque já saíram na imprensa e tudo mais. Então eu não tive essa preocupação por ser justamente uma outra ideia de descrição e de leitura da realidade. Tanto que eu não recebi nenhum processo, né? A gente chegou a ler, fazer uma leitura jurídica, pra ver se tem alguma coisa que a gente precisasse ter cuidado e tal, fizemos essa leitura e por enquanto não fui processado, né?

M.A.: Quantas cópias do livro já foram vendidas?

B.P.M.: O livro já passou das trinta mil cópias. Eu não sei exatamente, eu só sei que já foi mais de trinta mil, isso eu sei.

APÊNDICE B

Entrevista com Patrícia Campos Mello (respostas enviadas por meio de áudios gravados via *Whatsapp* em 4 de fevereiro de 2022)

Entrevistada por Maíra Theophilo de Souza Amaral

Maíra Amaral: Durante o processo de escrita, você possui alguma estratégia narrativa para fazer uma articulação de todos os materiais que possui? Como foi o processo de escrita do livro “A máquina do ódio”?

Patrícia Campos Mello: Processo de escrita, então, eu não tenho uma, eu sou um pouco caótica, né? Sobre livros que eu escrevi, vou te falar os três exemplos. Livro sobre o casal que eu conheci na Síria, o livro sobre a Índia e o livro sobre as redes sociais, sobre a máquina do ódio normalmente são matérias que eu começo a fazer, me interesse pelo assunto e aí eu vou lá e me aprofundo para transformar num livro, né? Eu vou lendo mais sobre o assunto, entrevisto as pessoas, entrevisto mais pessoas, e meio que o processo da escrita foi assim. É, mas como você pergunta na pergunta dois... de fato, o livro meio que mudou no meio do caminho. O livro originalmente era essa ideia de fazer uma comparação.

M.A.: Durante a leitura de “A máquina do ódio”, pude notar um conjunto de traços de que demonstram sua presença na sua escrita. Em uma entrevista que você concedeu para o podcast Pauta Pública que foi ao ar em março de 2021, você comenta que quando começou a escrever o livro, não pretendia se colocar diretamente na escrita dele e que, para você e outros profissionais, escrever em primeira pessoa era como “arrancar o dente siso”. Entretanto, na entrevista você seguiu dizendo que depois que a testemunha Hans River mentiu na CPMI, você viu que era necessário se colocar no livro para poder falar sobre sua experiência e a manipulação do debate público através de redes sociais no Brasil, na Índia e nos EUA e como isto enfraquece o jornalismo profissional. Dito isso, para você, qual é o valor desta explicitação da autoridade e do seu próprio testemunho dentro de uma narrativa jornalística?

P.C.M.: Então assim, o livro era bastante isso. Eu queria aprofundar e fazer um livro mostrando, olha, olha como líderes populistas na Índia, nos Estados Unidos, no Brasil

estão usando as redes sociais e os dados privados dos eleitores pra tentar manipular o debate público. Aí quando o Hans, aquela pessoa adorável, falou aquelas mentiras no depoimento da CPMI e aquilo virou uma coisa absolutamente avassaladora, ficou muito claro uma coisa, que assim, longe de ser a primeira, né? Assim, você tinha tido várias ondas de linchamento virtual com a Constança Rezende, teve com a Vera Magalhães, com a Miriam Leitão. E aí ficou muito claro que essas duas estratégias elas são muito juntas, né? Que você por um lado, você como diz o Steve Bannon você *“flood the area with shit”*, né? Ou seja, você sobrecarrega os canais de informação, principalmente redes sociais, com as versões que você quer emplacar, né com a desinformação ali ou com o viés partidário que você quer dar ao mesmo tempo em que você deslegitima, tem que intimidar a imprensa, que era o que estava sendo feito principalmente com mulheres e o meu caso foi um exemplo. Então, eu me coloquei na história, assim... quando eu digo parece que é arrancar o dente do siso, pra mim é uma opinião pessoal. Eu não sou uma pessoa que escreve coisas em primeira pessoa, não é um negócio que faz parte, mas, nesse caso, como a imprensa, os jornalistas, viraram um pedaço da estratégia dos populistas, do ataque à imprensa, meio que foi inescapável eu colocar essa experiência. Valor dessa explicitação da autoralidade, então, eu acho que é isso. O valor foi isso. Fazia parte da história. Eu acho que ser uma coisa absolutamente importante, essencial pra história. Ok, o que me incomoda um pouco é essa coisa assim, de simplesmente, sei lá, isso muito com correspondente, né, “ah, eu vou viajar não sei onde, aí eu faço a matéria”, tipo não, não interessa, a gente está lá pra mostrar o que as pessoas de lá estão vivendo, e não o que a gente com o nosso olhar ocidental, sei lá o quê, está vendo. Então, é por isso um pouco essa alergia, né? Eu não gosto muito dessa coisa de jornalista como personagem. Do mesmo jeito que eu acho que o jornalista não deve ficar fazendo nenhum tipo de ativismo, isso é uma opinião pessoal, tem gente que não concorda. Eu acho que repórter também não precisa, não deve se colocar muito no texto, porque não é função, né? Você quer tentar ajudar a contextualizar e mostrar outras realidades, e não a realidade filtrada pelo seu olhar. De novo, no caso de repórter.

M.A.: Em seu livro você diz que os veículos de informação precisam fazer uma autocrítica para entenderem como a mídia passou a ser tão descredibilizada e a solução que você sugere para recuperar essa credibilidade é a transparência. Na sua opinião, qual é a importância da transparência na prática jornalística? E quais você acha que são

as principais causas para o jornalismo profissional ter perdido aos poucos sua credibilidade para muitas pessoas?

P.C.M.: Então, eu acho essencial, porque é isso. Como uma das armas. A gente vive num momento em que é muito triste porque as pessoas acham que você dizer assim, ah, eu li no jornal X, eu li na TV Y, eu recebi da minha tia no *WhatsApp*, tudo é enviesado, tudo tem uma agenda política. Então as pessoas ficam meio niilistas, né? Meio assim olha está tudo na mesma, todo mundo é partidariado. Então, se você ao menos faz uma transparência em relação a, primeiro, o que que é opinião, o que que é análise, o que que é notícia, como é que você obteve essa notícia, um: você reduz o flanco, né? Desses ataques, dessas tentativas de descredibilização e dois, você deixa mais claro, assim, os leitores, os espectadores não têm, assim, obrigação de entender que uma coisa que é uma opinião de alguém num *blog* ou nas redes sociais não é a mesma coisa que uma reportagem na qual você usou documentos, na qual você ouviu pessoas, né? Então acho que isso é importante.

M.A.: Como foi o processo de escolha das fontes para sua pesquisa e a escrita do livro?

P.C.M.: Eu li muito, né? Li muito, e ao longo do tempo eu fui entrevistando muitos especialistas. Aí eu tinha mais dicas de pessoas, então foi meio se desenvolvendo assim.

M.A.: Ao produzir o livro, quais foram suas expectativas em relação ao público? Como foi a reverberação do livro? Você recebeu ataques por causa da publicação dele também?

P.C.M.: Então, eu não sei, quando eu produzi o livro, eu fiquei muito tempo sem falar nada sobre essa história. Não dei entrevista, porque, eu justamente, eu tenho essa posição, que eu acho que não é nossa função, mas teve um momento que eu falei, “é, eu não tenho mais como escapar disso”, que foi depois que aconteceu o negócio em fevereiro, o depoimento da CPMI. Aí, depois, teve o deputado Eduardo Bolsonaro falando, depois o presidente Bolsonaro falando, e, aí, eu sempre pensava assim “olha, se eu ficar quieta isso para, né? Eles vão esquecer de mim”, e continuo achando que essas coisas da internet são assim. Mas, aí, logo depois eles pegaram uma outra, uma coluna que eu tinha feito não sei quando. E de novo puseram nas redes sociais e começaram a

me atacar. E, aí, eu falei “isso não vai passar”. Então eu precisava eu me colocar, né? Pras pessoas entenderem que um: não era uma piada, que era o que algumas pessoas vinham dizer, algumas pessoas não, alguns bolsonaristas vinham dizendo; e dois: as pessoas precisam entender o quê que está acontecendo e como isso é uma estratégia, né? Como não é gratuito, como não é totalmente orgânico. Então, quando eu tava produzindo o livro, eu já tinha meio que me colocado, escrito aquele texto. Foi um texto que eu escrevi que saiu no dia 8 de março na Folha, então eu só passei a dar entrevista, lá, sobre o assunto quando estava pra sair o livro, porque antes eu tava com muito medo de tudo que tava acontecendo, mas que eu entendia, era assim, eu falando ou não falando não ia passar, sabe? Porque eu, até então, não tava falando sobre o assunto, não tava dando entrevista, não falava sobre isso, só que eles continuavam atacando. Então, quando saiu o livro, eu meio que fiquei com medo, claro que eu fiquei com medo, fiquei com medo do que podiam fazer, de que ataques que iam vir, em 2018 eu passei umas coisas bem difíceis, né? Fiquei com medo por causa do meu filho etc., mas meio que eu tava conformada que não ia passar sozinho, de qualquer maneira, entendeu? Então, ou eu ia contar a história e a investigação, ou essa história ia continuar alvo de uma campanha de desinformação, de tentativa de desacreditar, seja acusando a jornalista de oferecer sexo, seja dizendo que a investigação não existiu ou não era nada. Então, foi mais ou menos isso. Eu acho que eu recebi alguns ataques, sim, por causa da publicação do livro, mas nada muito acima. Alguns blogueiros bolsonaristas, mas nada muito mais grave do que eu já vinha recebendo e recebo hoje, em dia mais muito menos, né? Um volume muito menor.

A reverberação do livro foi muito bacana, porque, primeiro, eu acho que tiveram muitas pessoas que eu acho que entenderam um pouco o como é que é que se faz uma reportagem, né? De participar ali de como é que funciona. Segundo, de entender um pouco desse mundo que a gente está vivendo, só um pedaço, né? E, assim, obviamente, eu não sou uma superespecialista, mas do que eu pesquisei, de entender, né? Como essa tática de desinformação e como esse novo tipo de propaganda política funciona né? Então as pessoas ficaram muito felizes, acharam muito interessante, ficaram muito interessadas, eu recebi muitos, muitos e-mails muito legais. Muitas mensagens e muita gente também que como mulher se identificou porque é isso, né? Assim, você ser esculhambada, uma pessoa falar que sua lateral é uma porcaria, totalmente do jogo, a gente está disposto, mas assim, o que estão fazendo, de novo, não sou só eu, tem

trocentas mulheres, né? Esse tipo de campanha mesmo de assassinato de caráter por causa do gênero é uma coisa muito inaceitável.

M.A.: Você já tem a experiência de trabalhar dentro da dinâmica de redações de jornal diário. Para você, qual é o lugar dos livros de repórter dentro da prática jornalística e qual a principal diferença entre esse os livros jornalísticos e o trabalho dentro das redações?

P.C.M.: Bom, na prática jornalística eu sou uma repórter de *hard news*, né? De matéria quente, de *deadline*. Então assim, é isso. Ah, quando você está nessas matérias você não tem muito tempo pra se aprofundar tanto no assunto, você até tem as matérias especiais, mesmo nas matérias especiais você tem um tempo muito limitado, né? Pra ouvir fontes etc. Então acho que o livro jornalístico é uma outra coisa, desde o cuidado com o texto, você tem uma edição do texto, você mesmo reescreve inúmeras vezes, até a profundidade da sua pesquisa, das suas entrevistas. Você meio que tem que refazer tudo, se você vai pegar um assunto que é parecido você tem que começar, tudo bem, você já tá ali na ideia, mas você tem que refazer muitas das coisas, aprofundar muito.

M.A.: No livro você traz testemunhos de pessoas que passaram por muitos ataques, principalmente mulheres jornalistas e, também, fala sobre as violências que você sofreu como mulher e jornalista. Quais são os desafios do jornalista ao abordar assuntos traumáticos em entrevistas e escrever sobre esses traumas das outras pessoas e de si mesmo?

P.C.M.: Putz, então, é uma ótima pergunta. Eu sempre penso naquele estereótipo, que é real, de jornalista que vai na casa da pessoa que acabou de perder a casa na enchente e pergunta “como você está se sentindo?”. Então, assim, eu tenho horror de ser esse jornalista totalmente insensível, sabe? É óbvio que o sentimento da pessoa vai acima, como a pessoa está sentindo, se ela está confortável ou não, de qualquer necessidade de pauta. Eu sempre, já fiz muita cobertura difícil, desde vítima de estupro até guerra. E essa é uma coisa assim: se tem algum indício de que a pessoa está desconfortável eu não faço, eu paro. Eu pergunto várias vezes: “Olha você realmente está confortável? Você quer realmente que ponha seu nome você, não quer, se você não quer mais, fala.” então acho que é uma coisa que tem que ter muito cuidado, muito. Com as jornalistas eu

perguntei, “olha, eu sei que você passou por uma coisa desse tipo, você gostaria de falar? Isso faria bem pra você?”. Então, assim, eu acho que a gente tem que ter um cuidado muito grande com isso, né? Não virar esse jornalismo sem sensibilidade, né? De que você está ali, aquela pessoa é um personagem... essa coisa de falar “o fulano é um personagem”, isso já me irrita, porque ninguém é um personagem, né? Da sua história, do seu livro. Não, é uma pessoa, e você tem que saber se você realmente quer falar sobre isso, como você se sente falando sobre isso.

M.A.: Eu tenho pesquisado sobre como essa ampliação do jornalismo por meio de livros jornalísticos é importante para uma luta pela democracia, por um combate a forças dominantes opressoras. Como você enxerga o seu livro nessa luta civilizatória contra a barbárie?

Eu acho que tem livros muito importantes, né? Nessa luta de você tentar brechar uma escalada do autoritarismo, eu não tenho nenhuma pretensão de que meus livros sejam desses, se ele pelo menos abordou o assunto de uma forma um pouco mais clara e mais real ali sobre a desinformação e sobre esse tipo de manipulação de debate público, eu já ficaria bem feliz. Pras pessoas entenderem um pouco o que vai por trás, né? Como pouco disso é orgânico e espontâneo nas redes sociais, então se se ajudou um pouco nisso, eu já fico feliz, mas eu não tenho nenhuma pretensão de que, sei lá, tenha tido um papel aí nessa luta. É isso, espero que tenha ajudado. Obrigada, beijo.